



Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Rachel Wider Cardoso

A preservação do patrimônio arquitetônico em Petrópolis: tombamento, educação patrimonial e ferramentas turísticas

Rio de Janeiro
2023

Rachel Wider Cardoso

A preservação do patrimônio arquitetônico em Petrópolis: tombamento, educação patrimonial e ferramentas turísticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 2- Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental, Material e Imaterial.

Orientadora: Professora Dr^a. Ana Maria Pessoa dos Santos

Rio de Janeiro

2023

Rachel Wider Cardoso

A preservação do patrimônio arquitetônico em Petrópolis: tombamento, educação patrimonial e ferramentas turísticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 2- Práticas Críticas em Acervos: Difusão, Acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental, Material e Imaterial.

Aprovado em:
Banca examinadora:

Prof. Dra. Ana Pessoa Maria dos Santos (Orientadora)
FCRB

Prof. Dra. Lia Calabre
FCRB

Prof. Dr. José Almino de Alencar
FCRB – Suplente

Prof. Dra. Daniela Martins Costa
Membro externo titular

Prof. Dr. Carlos Fernando Andrade
Membro externo suplente

Rio de Janeiro
2023

RESUMO

CARDOSO, Rachel Wider. A preservação do patrimônio arquitetônico em Petrópolis: tombamento, educação patrimonial e ferramentas turísticas. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2023.

A presente dissertação buscou trabalhar a trajetória do tombamento em Petrópolis, trazendo a história da formação desse espaço e relacionando esse patrimônio com a educação patrimonial e com o turismo, buscando ferramentas que auxiliem nesse processo de preservação, incluindo uma sugestão pedagógica, que parte da elaboração de um mapa parcial do patrimônio imóvel tombado da cidade. Iniciando com um estudo sobre o contexto de Petrópolis no século XIX, de forma a permitir a compreensão sobre o planejamento da cidade e a criação de seu casario. Foi feita também uma abordagem acerca da trajetória histórica dos principais imóveis tombados, buscando compreender as escolhas de gosto de diferentes grupos formadores das identidades presentes na cidade, buscando demonstrar de que forma elas foram incluídas na política de preservação arquitetônica. Trouxe um histórico não só da formação da cidade, como também de seus primeiros estabelecimentos comerciais, com o objetivo de demonstrar as mudanças urbanas vividas no local, assim como a ampliação de sua infraestrutura, pois considerou-se essa abordagem relevante tanto para a compreensão sobre o patrimônio, como sobre o aspecto de uma cidade viva, em constante transformação, e a necessidade de equilíbrio entre esses aspectos. Abordou-se o conteúdo sobre o conceito de patrimônio, sua trajetória e ampliação ao longo do tempo, para auxiliar na compreensão dos diferentes tipos de imóveis incluídos nas políticas de preservação, assim como o trabalho com as diferentes narrativas identitárias. Também buscou trazer uma reflexão a respeito do tombamento e preservação como instituições importantes à manutenção da memória e da identidade, destacando o papel da educação patrimonial como ferramenta utilizada nesse processo, além de abordar de que forma esse tópico vem sendo trabalhado na cidade. Procurou-se também relacionar o impacto do tombamento para o turismo e economia locais, trazendo caminhos sobre a maneira que se pode unir a preservação ao uso turístico. Por fim, elaborou-se a sugestão de um mapa parcial dos imóveis preservados na cidade, com um recorte que traz diferentes formas e estilos de construção.

Palavras-chave: Patrimônio; Tombamento; Petrópolis; IPHAN; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

CARDOSO, Rachel Wider. The preservation of architectural heritage in Petrópolis: listing, heritage education and tourist tools. 2023.120 f. Dissertation (Professional Master's Degree in Memory and Collections) – Postgraduate Program in Memory and Collections, Casa de Rui Barbosa Foundation, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation sought to work on the trajectory of the listing in Petrópolis, bringing the history of the formation of this space and relating this heritage to heritage education and tourism, seeking tools that assist in this preservation process, including a pedagogical suggestion, which starts from the elaboration of a partial map of the city's listed property heritage. Starting with a study of the context of Petrópolis in the 19th century, in order to allow an understanding of the city's planning and the creation of its houses. An approach was also made to the historical trajectory of the main listed properties, seeking to understand the taste choices of different groups that formed the identities present in the city, seeking to demonstrate how they were included in the architectural preservation policy. It brought a history not only of the formation of the city, but also of its first commercial establishments, with the aim of demonstrating the urban changes experienced in the place, as well as the expansion of its infrastructure, as this approach was considered relevant both for understanding heritage, as well as the appearance of a living city, in constant transformation, and the need for balance between these aspects. Content on the concept of heritage, its trajectory and expansion over time was covered, to help understand the different types of properties included in preservation policies, as well as work with different identity narratives. It also sought to reflect on heritage listing and preservation as important institutions for maintaining memory and identity, highlighting the role of heritage education as a tool used in this process, in addition to addressing how this topic has been worked on in the city. An attempt was also made to relate the impact of the listing on tourism and the local economy, providing ways to combine preservation with tourist use. Finally, a suggestion was made for a partial map of preserved properties in the city, with a section that shows different shapes and styles of construction.

Keywords: Heritage; Tipping; Petrópolis; IPHAN; Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Fazenda do Córrego Seco	17
Figura 2 Leilão da Fazenda do Córrego Seco	17
Figura 3 Planta de Petrópolis feita por Koeler	20
Figura 4 Planta de Petrópolis, com destaque para os quarteirões	21
Figura 5 Planta da Vila Imperial	22
Figura 6 Rua do Imperador.....	24
Figura 7 Antiga Matriz	27
Figura 8 Igreja Luterana	28
Figura 9 Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará	29
Figura 10 Jornal Correio de Petrópolis	32
Figura 11 Fábrica de tecidos	33
Figura 12 Hotel Suíço	33
Figura 13 Hotel Bragança	34
Figura 14 Rua Joinville	38
Figura 15 Rua Joinville (Ipiranga) com Rua dos Protestantes (13 de maio)	39
Figura 16 Rua Joinville (Ipiranga) em 1870	39
Figura 17 Residência do Barão do Catete	40
Figura 18 Rua D. Afonso (Koeler)	41
Figura 19 Projeto dos estatutos de Petrópolis	42
Figura 20 Código de posturas	44
Figura 21 Hotel Inglês (antigo Mac Dowell)	52
Figura 22 Palacete do Barão do Catete, 1870	53
Figura 23 atual sede da Prefeitura de Petrópolis	53
Figura 24 Carta de Francisco Antônio Doria a Marcio Tavares do Amaral (1979)	54
Figura 25 Notícia sobre o processo de tombamento em Petrópolis	57
Figura 26 Parecer de Dora Alcântara, 25 de junho de 1981	58
Figura 27 Documento de pedido de impugnação do tombamento da casa Ana Mayworm	60
Figura 28 Casa de Ana Mayworm	61
Figura 29 Casa de Ana Mayworm (2021)	62

Figura 30 Palácio do Barão de Guaraciaba/Câmara Municipal	64
Figura 31 Antigo prédio do Banco do Brasil	65
Figura 32 Sumário apostila HGPT 6º ano	73
Figura 33 Turistas no século XIX	76
Figura 34 Ciclo turismo x educação patrimonial	79
Figura 35 Notícia destaca a importância da cidade como destino de pessoas ilustres	85
Figura 36 Indicadores de Turismo 2019	87
Figura 37 Indicadores de turismo (atrativos)	88
Figura 38 Contatos no Disque Turismo	88
Figura 39 Mapa turístico de Petrópolis	91
Figura 40 Mapa Turístico centro histórico	91
Figura 41 Áreas tombadas	92
Figura 42 Imóveis Tombados	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PETRÓPOLIS: DE SESMARIA A CIDADE	14
1.1 Serra acima do Inhomirim	14
1.2 Uma cidade em construção	17
1.3 Petrópolis se expande	25
2 TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO – HISTÓRIA E TRAJETÓRIA	41
2.1 Primeiras Regulamentações Em Petrópolis	41
2.2 Conceito De Patrimônio	45
2.3 Início Da Prática No Brasil	46
2.4 Trajetória Do Tombamento Em Petrópolis	48
2.5 O Tombamento De Conjunto	51
2.6 O Projeto Petrópolis e a ampliação no conceito de patrimônio	55
2.7 Preservação para além do IPHAN	62
3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	66
3.1 A consciência sobre o patrimônio	66
3.2 A Educação Patrimonial em Petrópolis	72
4 OS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS NO TURISMO	75
4.1 Conceituando o turismo.....	75
4.2 Turismo em Petrópolis	84
4.3 O uso do mapa como ferramenta turística	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	100
ANEXO A	109
ANEXO B	120

INTRODUÇÃO

A história do território petropolitano remete a um período muito anterior à fundação da cidade. O local recebeu variados nomes, como Serra Acima do Inhorimim, Sertão dos Índios Coroados e Rio Seco (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 41). Após a concessão das primeiras sesmarias, em 1723, a região começou a ser sistematicamente ocupada, já que devido ao Caminho Novo, que ligava Rio de Janeiro a Minas Gerais desde o século XVIII, ela fazia parte de uma importante parada para os viajantes. Em 1822 o próprio imperador D. Pedro I se encantou pelo local e posteriormente adquiriu a fazenda do Córrego Seco. Após sua morte, a propriedade passou para seu filho D. Pedro II, que começou o projeto da construção do palácio imperial. Nesse momento se iniciou uma campanha de convencimento para que a corte acompanhasse o imperador em seu novo posto de veraneio.

Aos poucos a elite subiu a serra e passou a construir seus palácios nas áreas nobres, determinadas pela planta do major Júlio Frederico Koeler, que havia sido o responsável por não só elaborar a primeira planta da cidade, como também por implementar um projeto de colonização alemã. Inicialmente, seguindo o modelo do próprio palácio imperial, as casas da elite priorizaram um estilo neoclássico. No entanto, não será só a arquitetura que irá mudar com o tempo, como principalmente o perfil dessa mesma classe social, que antes ligada ao café e tendo fortes raízes ainda no setor rural brasileiro, começa a se transformar em um grupo ligado ao mundo das finanças e indústria, modificando, dessa forma, tanto suas atividades econômicas como também a forma de se expressar na sociedade em busca de prestígio, e a arquitetura de seus palacetes irá refletir essa diferença. Além dessas duas vertentes, os colonos alemães e italianos também deixaram suas marcas na construção de suas moradias, algumas das quais sobrevivem até hoje, sendo os primeiros relacionados a um tipo de construção mais popular e com fortes características germânicas e o segundo grupo ligado às moradias nas regiões fabris, conforme podemos observar na cidade.

A presente dissertação tem como objetivo principal trabalhar a trajetória do tombamento em Petrópolis, trazendo a história da formação desse espaço e relacionando esse patrimônio com a educação patrimonial e com o turismo, buscando ferramentas que auxiliem nesse processo de preservação, incluindo a elaboração de uma sugestão pedagógica que consiste em um mapa parcial do patrimônio imóvel tombado da cidade.

O texto iniciará com um estudo sobre o contexto de Petrópolis no século XIX, de forma a permitir a compreensão sobre o planejamento da cidade e a criação de seu casario. Faremos também uma abordagem acerca da trajetória histórica dos principais imóveis tombados,

buscando compreender as escolhas de gosto de diferentes grupos formadores das identidades presentes na cidade, buscando demonstrar de que forma elas foram incluídas na política de preservação arquitetônica. Traremos um histórico não só da formação da cidade, como também de seus primeiros estabelecimentos comerciais, com o objetivo de demonstrar as mudanças urbanas vividas no local, assim como a ampliação de sua infraestrutura, pois acreditamos que essa abordagem será relevante tanto para a compreensão sobre o patrimônio, como sobre o aspecto de uma cidade viva, em constante transformação, e a necessidade de equilíbrio entre esses aspectos.

Abordaremos o conteúdo sobre o conceito de patrimônio, sua trajetória e ampliação ao longo do tempo. Essa ampliação no conceito de patrimônio poderá auxiliar-nos a compreender os diferentes tipos de imóveis incluídos nas políticas de preservação, assim como o trabalho com as diferentes narrativas identitárias. Também traremos uma reflexão a respeito do tombamento e preservação como instituições importantes à manutenção da memória e da identidade, destacando o papel da educação patrimonial como ferramenta utilizada nesse processo, além de abordar de que forma esse tópico vem sendo trabalhado na cidade. Procuraremos também relacionar o impacto do tombamento para o turismo e economia locais, trazendo caminhos sobre a maneira que podemos unir a preservação ao uso turístico. Por fim, elaboraremos a proposta de um mapa parcial dos imóveis preservados na cidade, com um recorte que traga diferentes formas e estilos de construção, mapa esse trazido em anexo.

O tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tem sido uma ferramenta importante na preservação da história e memória nacional, porém muitas vezes é visto com ressalvas pelas populações residentes em áreas tombadas. Associado algumas vezes com o engessamento e atraso econômico de uma região, em variados momentos o tombamento passa a ser justificativa para o não uso ou descaso com o bem material que deveria ser preservado, conforme observamos ao entrar pessoalmente em contato com muitos desses casos.

Em Petrópolis a situação não é diferente, e muitos imóveis tombados refletem bem esse tipo de posicionamento. A cidade, fundada em 1843 por ordem de D. Pedro II e tendo sua colonização realizada majoritariamente por imigrantes alemães, tem muitos dos seus espaços de memória pouco preservados, sem realizarem um trabalho de ressignificação desses espaços com a população. São muitos os exemplos desses imóveis cujo abandono levou à perda total ou quase total dos itens decorativos, históricos e arquitetônicos. Como exemplo, podemos citar a casa de Nair de Teffé, localizada no bairro Estrada da Saudade e que hoje encontra-se em ruínas e a casa de Alda Maria Nogueira, uma das primeiras da cidade, localizada na atual rua Marechal Deodoro, que foi demolida para a construção de um prédio (DUNLOP, 1985, p. 27). Muitas

das casas históricas que estão em bom estado de conservação, abrigam bancos, clínicas ou escolas, não sendo contempladas no processo de conscientização sobre o patrimônio e não sendo incluídas em nenhum tipo de circuito de visitação externa, o que dificulta, tanto por parte tanto dos gestores como da população e visitantes, que se tenha uma visão geral do patrimônio da cidade, assim como acabam por não contribuir com a dinâmica do sentimento de identidade e pertencimento histórico-cultural, dificultando também a pesquisa sobre esses imóveis e seu período histórico.

A dissertação insere-se na linha de pesquisa 2, pois o objetivo final do projeto está voltado para a difusão, acesso e uso do patrimônio, nesse caso material. Ao abordarmos a questão da história e da preservação desses imóveis em particular e ao demonstrarmos que é possível aproximar a população dos espaços de memória locais, estamos contribuindo ativamente para a preservação da memória e do patrimônio, e ao mesmo tempo para a difusão da história e cultura.

Aprofundando esse estudo, estamos não só buscando evitar a perda dos elementos arquitetônicos e decorativos originais do século XIX, trabalhando com a diversidade de narrativas e identidades, como também trazendo uma reflexão a respeito da importância do instrumento de tombamento e seus principais desafios, envolvendo a educação patrimonial e o turismo como possível solução para conscientizar as novas gerações. Esse estudo pretende permitir também a intensificação dos laços da população com seus lugares de memória, fortalecendo o sentido de identidade, já que irá resgatar não só uma história do patrimônio arquitetônico, como também das pessoas que os construíram e de que forma eles estavam envolvidos no contexto local.

A sugestão pedagógica trazida ao final da dissertação se pauta, justamente, em envolver dois principais aspectos de Petrópolis: as casas históricas e a perspectiva turística. Para isso será elaborado um mapa parcial do patrimônio, onde selecionamos 30 imóveis que vão desde fazendas históricas importantes para a formação de Petrópolis, como a do Padre Correa, Samambaia e Santo Antônio, a espaços já turisticamente consagrados, como o Museu Imperial e a Catedral, assim como também espaços fabris, como a Fábrica Dom Pedro de Alcântara e a Companhia Petropolitana de Tecidos. Abordamos também imóveis que representam o legado dos colonos para a cidade, como a casa de Ana Mayworm e a casa do Colono. Incluímos no mapa exemplares do comércio da cidade, cujos edifícios são tombados, como a casa D'Angelo, tradicional restaurante da rua do Imperador, em funcionamento desde 1914, assim como o prédio dos Correios, entre outros. Optamos por exemplares que fossem tanto de tombamento federal, como estadual e municipal, com o objetivo de demonstrar as diferentes instancias de

proteção ao patrimônio. Como nosso recorte contempla diferentes bairros, para além do centro histórico, separamos o mapa pelos distritos, para que a linguagem direta e objetiva não fosse perdida.

Esse mapa proposto pretende ter uma linguagem atraente e de fácil compreensão, onde tanto técnicos, como principalmente a população, estudantes e turistas pudessem usufruir das informações nele expostas. O principal objetivo desse produto é auxiliar na visão mais ampla sobre em que consiste o patrimônio preservado em Petrópolis, demonstrando que ele vai muito além dos palacetes já conhecidos, e possui tanto diferentes históricos de uso como de identidades formadoras. Através desse mapa, pretendemos também sugerir a criação de um novo atrativo turístico, que consistiria no circuito de visitação externa (e, quando possível, interna) dos imóveis contemplados, sendo que para isso a legenda irá trazer informações objetivas como o atual tipo de uso desses imóveis, assim como seu estado de conservação e possibilidades de visitas internas. Com essa expansão do interesse para áreas além do centro histórico, acreditamos que poderá também se ampliar a consciência na gestão desse território, onde novos olhares e novos cuidados poderão ser dados as áreas dos bairros e distritos, hoje não contempladas com os devidos cuidados pela gestão municipal.

Para o primeiro capítulo, onde abordamos o processo de fundação da cidade de Petrópolis, consultamos a obra *Petrópolis Antigamente*, de Charles Dunlop (1985), *As propriedades do major Koeler em Petrópolis*, de Guilherme Auler (1953), *Biografia de um palácio*, de Lourenço Lacombe (2007), entre outras obras, assim como artigos do Instituto Histórico de Petrópolis sobre o tema. Utilizamos também alguns anuários do Museu Imperial, principalmente o de 1995, que traz a reedição das obras de Carlos Augusto Taunay, Revert Klumb e J. Tinoco, que foram essenciais para a compreensão dos primeiros momentos da história da cidade, já que são relatos originais do século XIX. Outra obra de grande importância e que está presente em diferentes momentos desse trabalho é o livro *Traços de Koeler: a origem de Petrópolis a partir da planta de 1846*, de Flávio Menna Barreto Neves e Eliane Zanatta (2016).

No segundo capítulo, onde abordamos a questão do conceito de patrimônio e a trajetória histórica da preservação, utilizamos principalmente a obra *A alegoria do patrimônio*, de Françoise Choay (2014). O documento base para a elaboração desse capítulo foi o Processo 662, cedido em sua integralidade pelo IPHAN e que traz todos o histórico dos tombamentos de conjunto na cidade, desde a década de 1960 até a extensão em 1981. Para a abordagem de educação patrimonial, presente no capítulo 3, utilizamos os cadernos temáticos do IPHAN, assim como o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, das autoras Maria de Lourdes Horta,

Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999). No capítulo 4, para a reflexão sobre o uso dos mapas como ferramenta turística e de patrimônio, utilizamos diferentes autores que trabalham com o tema, como Claudia Maria Correia Borges Rech, Kênya Naoe de Oliveira e Ruth Emília Nogueira Loch, entre outros.

Alguns autores nos auxiliaram na compreensão de demais aspectos do tema, como Gilberto Freyre (1961), com *Sobrados e Mucambos*, para uma melhor compreensão da história das estruturas sociais aplicadas à realidade brasileira, Maria Cecília Naclério Homem (2010), que traz a reflexão para os exemplos das casas de elite cafeeira usando o exemplo de São Paulo no seu livro *O palacete paulistano*. Já para compreender o papel da preservação dos bens tombados na atualidade e a importância do estudo histórico para essa preservação, utilizaremos a autora Beatriz Mugayar Kühl (2006), seu artigo *História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos* e futuramente consultaremos outros trabalhos sobre o tema desenvolvidos pela autora.

A presente dissertação se desenvolveu a partir de dois métodos de pesquisa. Em um primeiro momento foi feito um levantamento de fontes primárias com foco na pesquisa documental. O objetivo dessa etapa foi reunir o maior número de informações e documentos possíveis que norteiem a compreensão a respeito da cidade de Petrópolis na segunda metade do século XIX, mapeando também o contexto da construção das casas históricas e documentos relativos ao processo de tombamento dos bens na cidade.

A pesquisa documental permitiu o uso das fontes diversificadas, já que o conceito de documento foi ampliado nas últimas décadas, trazendo não só registros escritos, como também iconográficos, jornais, plantas arquitetônicas e demais fontes primárias. Os principais acervos consultados para essa etapa foram: o Arquivo Histórico Municipal de Petrópolis, o Arquivo do Museu Imperial, do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), acervos digitalizados com a coleção da Hemeroteca Digital, do Arquivo Nacional, assim como acervos privados disponíveis.

Na segunda etapa tivemos a pesquisa bibliográfica, que trouxe o referencial teórico para as reflexões acerca tanto da prática de tombamento no Brasil, como da questão do conceito de patrimônio na história, terminando com uma reflexão sobre a importância da educação patrimonial como possível aliada na preservação e o turismo como item a ser levado em consideração.

Dentro dessa etapa levantamos as publicações, livros e demais fontes secundárias que permitiram uma reflexão crítica de todo o tema trabalhado no projeto, desde as questões dos sistemas construtivos típicos da segunda metade do século XIX até o estudo de ocupações e reusos de espaços tombados como forma de preservação.

A linha fundamental que norteará a reflexão desse trabalho está ligada ao conceito de preservação. Preservar nos traz a ideia de ver com antecedência o perigo de destruição de algo, de salvaguarda. No entanto, para temermos a não existência de qualquer elemento, é necessário que para nós ele seja imbuído de algum valor, seja emocional, material ou histórico. Quando falamos de casas históricas que exemplificam determinado modo de viver de uma época, estamos lidando não só com a preservação de um patrimônio material, como, principalmente, com a salvaguarda de um momento histórico completo, que se reflete através desses monumentos que não foram preservados por causa de seu valor monetário, mas sim por ele ter um valor estético, um significado cultural, histórico, memorial e simbólico (KÜHL, 2006, p. 31).

No caso de edificações tombadas, sua história e arquitetura são de tal modo relevantes, que transformam esses espaços não só em algo estático no tempo, mas principalmente em um documento e bem cultural. Conforme reflete o autor Mário de Souza Chagas (1994, p. 35-36), em seu *Cadernos de Sociomuseologia*:

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc.

E continua,

Para além da identificação de dados intrínsecos (tais como: peso, dureza, forma, cor, textura etc.) e de dados extrínsecos de ordem cultural (tais como: função, valor estético, valor histórico, valor financeiro, valor simbólico, valor científico etc.) o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) o DIZ e o valoriza.

Assim, os imóveis tombados, a partir do momento em que nos permitimos aprofundar o conhecimento sobre eles, tornam-se documentos de uma época, dos estilos arquitetônicos e demais informações que a edificação pode nos transmitir. Para que isso ocorra, faz-se necessário, segundo é explorado pelo autor supracitado, que o indivíduo ou coletividade perceba e comunique o valor daquele bem.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si

mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (IPHAN, 1964)

Podemos dizer que aquele espaço precisa se tornar, então, um lugar de memória. O conceito de lugar de memória foi desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora. Segundo ele, esses lugares possuem uma acepção dividida em três partes, são lugares concretos onde a memória social encontra ancoragem e pode ser percebida sensorialmente, tem um aspecto funcional, pois servem de alicerce para uma memória coletiva e são também espaço simbólico, que servem para a identidade se expressar e se revelar (NORA, 1993, p. 21-22).

A perspectiva de tornar ou consolidar algo como patrimônio torna-se uma forma de expressão da memória nacional. Ainda segundo Nora (1993, p. 21-22), podemos observar que esses locais são carregados de uma vontade de memória,

Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica

Assim, ao termos um olhar sobre o imóvel tombado como documento, bem cultural e lugar de memória, estamos consolidando o papel desse espaço como fonte histórica e igualmente como fortalecedor de uma ideia de pertencimento, onde podemos trabalhar com diferentes identidades formadoras da cultura local.

1 PETRÓPOLIS: DE SESMARIA A CIDADE

O presente capítulo irá abordar a formação da cidade de Petrópolis, trazendo a história da ocupação e desenvolvimento de seu território. Começaremos pela concessão das primeiras sesmarias da região, em 1783, passando pela formação das primeiras fazendas. Abordaremos a relação da família imperial com a serra, com a compra da fazenda do Córrego Seco por D. Pedro I. Traremos a participação de Paulo Barbosa e do Major Júlio Frederico Koeler para a construção da cidade, assim como a vinda dos colonos alemães. Fecharemos o capítulo com a demonstração do desenvolvimento local, através da implantação dos primeiros estabelecimentos comerciais. Discorreremos também sobre algumas ruas onde serão construídos importantes exemplares da arquitetura local, o que servirá para uma melhor compreensão para as próximas etapas do presente trabalho.

1.1 Serra Acima do Inhomirim

A história do território petropolitano começa muito antes da construção do Palácio Imperial e da imigração alemã. Região de vale, com 800 metros de altitude, cercada por cadeias montanhosas da qual fazem parte cerca de cem montanhas registradas, como a Maria Comprida, Açu, Alcobaça, entre outras, e pela mata da Serra da Estrela, era ocupada originalmente por índios coroados ou, mais corretamente, da etnia puri.

Antes da fundação da cidade, o local era chamado de variados nomes, como Serra Acima do Inhomirim e Sertão dos Índios Coroados. Segundo artigo do professor Jeronymo Ferreira Alves Netto (2006), publicado no IHP, “a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, datada de 1767, assinala uma vasta área da margem direita do rio Piabanha e da margem setentrional do Rio Paraíba, até Minas Gerais, à qual denomina Sertão dos índios bravos”. Já Flávio Menna Barreto Neves e Eliane Marchesini Zanatta (2016, p. 41) afirmam que esse documento denominava a região como Rio Seco e que o mesmo nome consta na Planta da Província de 1830.

A primeira sesmaria da região foi concedida em 1723, ao Sargento-Mor Bernardo Soares Proença. Chamada de Sesmaria do Tamaraty, o local daria origem ao bairro que hoje é denominado Itamarati. Foram também concedidas as sesmarias de: Quadra das Pedras ao Dr. Euzébio Alves Ribeiro em 1734; Quadra de Araras, ao Capitão Luís Peixoto da Silva em 1751; Quadra do Rio Morto, a Manuel Antunes Goulão, dentro da qual seria construída a Fazenda do Padre Correia; a Quadra da Paciência, ao Capitão Francisco Muniz de Albuquerque que vendeu

a Manoel Correia da Silva; Quadra do Alcobaça, concedida a Francisco Muniz de Albuquerque; Quadra de Itaipava, a José Ferreira Fonte; e a Quadra do Rio Preto, a Boaventura da Cruz Alves correspondente hoje a cidade de São José do Vale do Rio Preto (RABAÇO, 1985, p. 15).

A importância da região se deu por conta da necessidade de se criar uma alternativa ao caminho que ligava o Rio de Janeiro à Minas Gerais desde o século XVIII, já que o percurso pelo trajeto original demorava cerca de um mês. O atalho desenvolvido por Proença, dono da primeira sesmaria, conseguiu reduzir em quatro dias o tempo de uma província a outra. Como o principal objetivo do caminho era o transporte de carga e produção para o escoamento do ouro do interior de Minas ao porto do Rio, era necessário criar uma infraestrutura que oferecesse hospedagem e alimentação para funcionários, tropeiros e animais de carga que por ali passavam. O sucesso desse atalho, finalizado em 1765, impulsionou a ocupação da área, com a criação de algumas fazendas.

A primeira foi a Fazenda Tamaraty, depois desmembrada em 1770, dando origem à Fazenda do Córrego Seco, onde vai ser fundada a cidade de Petrópolis. No dia 25 de março de 1822 D. Pedro I percorreu esse novo caminho pela primeira vez. Ele estava indo do Rio de Janeiro à província de Minas Gerais, com o objetivo de acalmar a agitação política que vinha acontecendo na região. O imperador pernitoou na fazenda da Cordoaria, propriedade do coronel João Antônio de Albenaz, situada na Raiz da Serra, onde funcionou posteriormente a fábrica de pólvora. No dia seguinte continuou a viagem, chegando até a fazenda dos Correias, ou Fazenda do Padre Correia. D. Pedro I voltou a visitar essa região diversas vezes, indo para a serra com sua família em uma tentativa de melhorar as condições de saúde da Princesa D. Paula Mariana (DUNLOP, 1985, p. 9). Como era um desejo antigo da monarquia ter um local alternativo para seus veraneios, o imperador propôs a compra da fazenda, que foi negada pelos proprietários. Não conformado, Pedro I adquiriu então uma propriedade vizinha, a Fazenda do Córrego Seco.

Quando a família imperial regressou da fazenda dos Correias para a Corte o imperador D. Pedro I de passagem pela fazenda do Córrego Seco pertencente ao major José Vieira Afonso perguntou-lhe se queria vender a fazenda e o custo dela, ao que o major respondeu afirmativamente, avaliando-a em 50.000 cruzados (20:000\$000). Concordando no preço o imperador ordenou que se realizasse a compra. As terras da fazenda estendiam-se desde o Alto da Serra até o Alto de Quissamã, limite de Itamarati e apenas existiam nelas uma casa ordinária de moradia, dois ranchos para tropas pernitoarem e duas pequenas oficinas de ferraria, principal indústria do proprietário. Esta fazenda que passou a pertencer ao domínio particular do imperador D. Pedro I coube por herança a S. M. o Imperador o senhor D. Pedro II (TINOCO, 1995, p. 217).

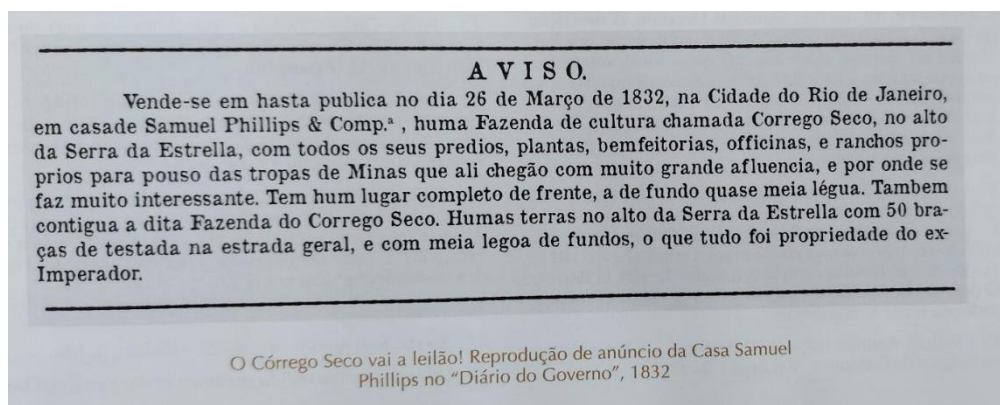
Figura 1 – Fazenda do Córrego Seco



Fonte: <http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com/2013/04/escritura-de-venda-da-fazenda-do.html>

Após a compra dessa propriedade, D. Pedro I adquire também duas terras vizinhas, a de Antônio Correia Maia, no Alto da Serra e os sítios e casas de Vicente Ferreira da Cunha (DUNLOP, 1985, p. 10). Ao abdicar do trono brasileiro e retornar para Portugal em 1831, D. Pedro I deixa como herdeiro da coroa seu filho D. Pedro II, com apenas 5 anos de idade. No entanto, o primeiro Imperador deixou também uma grande dívida, administrada pela Casa Samuel & Phillips Comp. A Fazenda do Córrego Seco, que viria a se transformar na cidade de Petrópolis, não teve venda fácil pela empresa, já que a região era considerada improdutiva e sem atrativos. Seriam necessários mais alguns anos até que a propriedade recebesse um projeto de utilização.

Figura 2 - Leilão da fazenda do Córrego Seco



Fonte: NEVES; ZANATTA, 2016, p. 49.

1.2 Uma cidade em construção

A construção da cidade de Petrópolis se deve a várias articulações políticas e técnicas. Em 1839 foi feita uma proposta de emenda no orçamento do Império para que a Fazenda pudesse ser comprada e devolvida à família Imperial. Ao assumir o trono em 1841, D. Pedro II não só retem a propriedade do pai como também dá continuidade a um projeto de se construir um palácio de verão. A ideia era não só essa construção, mas “formar uma segunda corte e uma estrutura de apoio necessária às estadas de sua majestade no futuro pouso de recreio” (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 44). Assim, D. Pedro II, com o apoio de Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial desde 1833 e do major Jules Frederic Koeler, dão início ao projeto Petrópolis.

Paulo Barbosa nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 25 de janeiro de 1774, filho do Coronel de milícias Antônio Barbosa da Silva e Ana Maria de Jesus. Aos 14 anos ele entrou para o exército português no Brasil na categoria de cadete, sendo promovido a alferes em 1810. Em 1818 matriculou-se na Academia Militar, indo, no ano seguinte, para o posto de tenente e, em 1822, para o de capitão. Nesta graduação passou para o Imperial Corpo de Engenheiros. Aproximou-se de José Bonifácio de Andrada e Silva, que teve grande influência na sua escolha como mordomo da Casa Imperial. Em 1840 Dom Pedro II confirmou-o neste cargo. Em 1843, Paulo Barbosa, foi promovido a coronel e um ano depois reformado como brigadeiro. Foi figura primordial na idealização e construção da cidade de Petrópolis. Foi Paulo Barbosa quem incentivou D. Pedro II a retomar os projetos de D. Pedro I para a construção de um palácio de verão na serra, sendo, inclusive, o responsável por batizá-la.

Na parceria com Júlio Frederico Koeler, o Mordomo matou vários coelhos com uma só porretada: fez crescer paulatinamente as rendas imperiais; atendeu à necessidade de mão de obra livre reclamada pela província fluminense na área das obras públicas com fulcro na construção da Estrada Normal da Estrela; ensejou a criação de uma colônia agrícola na serra acima; provocou o início de uma povoação que se desenvolveria pelos quarteirões nobres da concepção urbanística de Koeler e propiciou ao Imperador uma bela residência serrana de modo a poupá-lo dos rigores e da insalubridade dos verões cariocas (VASCONCELLOS, 2000)

Paulo Barbosa já conhecia Koeler desde os tempos do Imperial Corpo de Engenheiros, onde Barbosa era tenente-coronel e Koeler, major graduado. Sendo assim, após a resolução da questão da propriedade da Fazenda do Córrego Seco, o major alemão arrenda o território, assumindo as obrigações contidas no Decreto nº 155 de 16 de março de 1843 (data considerada de fundação de Petrópolis). As obrigações eram: fazer um projeto e a construção do Palácio Imperial, urbanizar uma Vila Imperial com Quarteirões Imperiais, edificar uma igreja em louvor

a São Pedro de Alcântara, construir um cemitério, cobrar foros imperiais dos colonos moradores e expulsar terceiros das terras ocupadas ilegalmente. Em 1845, Frederic Koeler fundou a Companhia de Petrópolis, com o objetivo de reunir acionistas interessados na criação da cidade.

Nascido em 16 de junho de 1804, Jules Frederic Koeler chegou ao Brasil em 1828. Depois de uma vida escolar e universitária turbulenta, onde cursou diversas áreas por pouco tempo, Koeler conhece Georg Schaeffer, o responsável pela primeira corrente migratória da Alemanha para o Brasil e decide experimentar a vida nos trópicos. Ingressou no Imperial Corpo de Engenheiros, onde teve uma rápida ascensão. Em 1831 foi naturalizado brasileiro e contratado como engenheiro civil pelo governo da Província do Rio de Janeiro. Sob essa função executou o planejamento e execução de novas estradas na região serrana e em Campos, em 1832, melhorias nas estradas de Parati e Itaboraí em 1834, planejamento e construção dos edifícios da cadeia, câmara e fórum de Itaboraí em 1835 (RABAÇO, 1985, p. 61). Como responsável pelas estradas do território central da Província, Koeler passou a trabalhar diretamente na Serra da Estrela, o antigo atalho feito por Bernardo Proença, nos primórdios da sesmaria.

Na fazenda do Tamaraty, Koeler deu início ao projeto de colonização alemã, quando levou para a região os 234 germânicos que se rebelaram contra o Justine, barca francesa que deveria levá-los para a Austrália (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 31). A ideia de Koeler era justamente empregá-los na construção da estrada da Serra da Estrela. A colônia acabou se dispersando, devido aos atrasos de pagamento e problemas na infraestrutura, mas o projeto de Koeler continuou. Em 1841 ele comprou a fazenda da Quitandinha e a Fazenda Julioca.

Figura 3 – Planta de Petrópolis feita por Koeler.

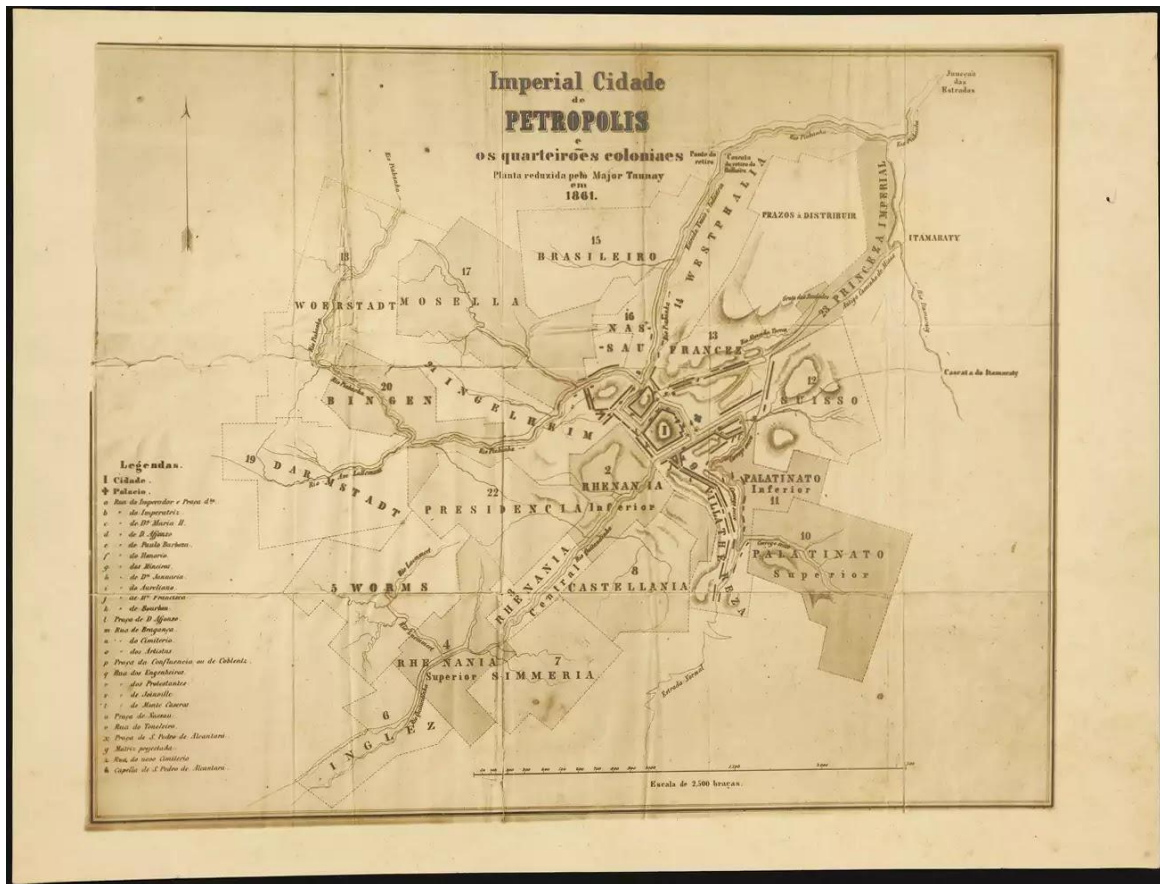


Fonte: cessão de Flávio Menna Barreto.

A versão final da planta para Petrópolis ficou pronta em 1846, com a área de ocupação abrangendo 15,91 km², representando 12% do atual território da cidade.

Nela, Koeler planejou 2 vilas (Imperial e Teresa), 11 Quarteirões, que receberam simbolicamente nomes das regiões da Alemanha (Nassau, Rhenania Inferior, Rhenania Central, Castellanea, Simmeria, Ingelheim, Bingen, Mosella, Westphalia, Palatinato Inferior e Palatinato Central). Definiu a abertura de ruas e os chamados caminhos coloniais e foi minucioso ao incluir no levantamento inúmeros cursos d'água encontrados na velha fazenda (...) (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 58).

Figura 4 – Planta de Petrópolis, com destaque para os quarteirões



Fonte: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/166-mansao-tavares-guerra>

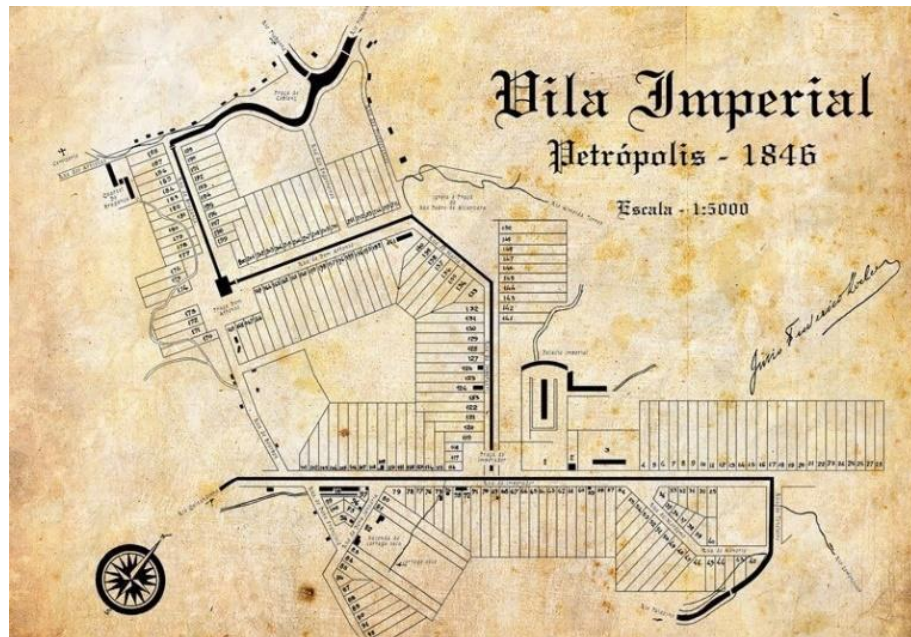
Um aspecto interessante a respeito do planejamento da cidade foi a perspectiva em relação aos rios. Anteriormente, no padrão português, as casas eram construídas de forma que as águas fluviais ficassem na parte traseira do terreno, para o escoamento dos dejetos, sem qualquer elemento estético. No seu projeto para a nova cidade Koeler utilizou o padrão alemão, oposto ao português, onde os rios ficam na parte de frente das casas. Eles não perderam sua função de escoamento, mas passaram a integrar o desenho estético não só das ruas, mas também das casas que para ele estavam direcionadas (PEDROSO, 2014).

Conforme podemos observar pelas primeiras plantas da cidade, e pela forma como foram distribuídos os prazos de terra¹, Petrópolis já iniciou sua história como cidade levando em conta a setorização social, ou seja, a ocupação urbana já foi planejada para demarcar especialmente os grupos sociais. A divisão do território definiu 616 prazos, sendo 466 reservados aos colonos. Os lotes de 1ª classe eram compostos daqueles que compunham a Vila Imperial e seu entorno,

¹ Termo típico utilizado em Petrópolis, para designar os lotes de terra que foram organizados e distribuídos durante a época de sua formação.

hoje região conhecida como Centro Histórico e que abriga a maior parte do casario senhorial. Já os de 2ª classe faziam parte da Vila Theresa e acompanhavam a Estrada Normal. A 3ª classe era composta pela zona agrícola e subúrbios. Posteriormente foi acrescentada uma 4ª classe, ainda mais distante do centro (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 58).

Figura 5 – Planta da Vila Imperial



Fonte: <https://realitas.joaoseocarmona.com/2015/07/planta-da-vila-imperial-de-petropolis.html>

O nome das principais ruas se relacionava à família imperial. A rua de acesso ao Palácio foi nomeada rua da Imperatriz, sendo seguida pela D. Affonso (atual rua Koeler), em homenagem ao primeiro filho do casal Pedro e Teresa; e a rua Joinville (atual Ipiranga), em homenagem aos príncipes de Joinville, o francês Francisco Fernando Filipe Luís Maria e sua esposa, D. Francisca, irmã de D. Pedro I. Havia ainda a rua D. Januária e a rua D. Francisca, irmãs de D. Pedro II, sendo a primeira a atual Marechal Deodoro e onde ficava a sede da fazenda Córrego Seco, e a segunda Rua General Osório, que vai desembocar na Vila Theresa, rua D. Maria II, avó do imperador, e que hoje é a rua Tiradentes, entre outras.

Grande parte das descrições sobre esse início da ocupação de Petrópolis, vem dos relatos de viajantes e escritores que aqui estiveram na segunda metade do século XIX. Alguns relatos contrários à Petrópolis demonstram que não foi tarefa simples fazer as famílias ligadas à Casa Imperial acreditar no potencial da cidade. Os primeiros relatos, como o dos botânicos Von Martius e Von Spix, ainda em 1820, não eram nada animadores, já que eles consideraram o local inóspito, onde passaram fome e frio em uma “taberna miserável” (TAULOIS, 2010).

Dessa forma, foi feita uma intensa campanha para que a corte aceitasse a ideia de subir a serra para veranejar. As descrições de Carlos Augusto Taunay evidenciam esse propósito,

São estas últimas o acesso pronto e fácil por uma estrada modelo e um povoado opulento fornecido de agradáveis moradas e bons hotéis, recortado por ruas largas e direitas, muito bem niveladas e macadamizadas, irradiando em várias direções por passeios de sege, que ao longo dos rios sussurrantes, entre chácaras, pitorescos chalés e choças de colonos, conduzem a graciosas cascatas ou enlevantes pontos de vista. (TAUNAY, 1995, p. 21)

Carlos Augusto Taunay foi um dos primeiros a registrar a cidade em seus primórdios. Ele nasceu na França em 1791, e era filho do pintor Nicolas Antoine Taunay. Carlos se mudou para o Rio de Janeiro em 1816. Ele era responsável pela gestão do sítio da família, que cultivava café, e se dedicou a escrever artigos em jornais e revistas cariocas sobre esse assunto. Faleceu em 1867 no Rio de Janeiro. Ele também integrou o Imperial Corpo de Engenheiros. Em 1862, cinco anos antes de falecer, escreve o livro *Viagem Pitoresca a Petrópolis*, texto que narra as “maravilhas” da cidade serrana, destacando suas belezas naturais e qualidade de vida. Esse tipo de material tinha como principal objetivo criar uma campanha de convencimento, não só para a corte que acompanhava D. Pedro II, como também estimulando o início de uma atividade turística em torno da cidade. Não se sabe ao certo como se deu a encomenda desse tipo de material, o fato é que Taunay não foi o único a embarcar nessa campanha. Revert Henry Klumb, que era fotógrafo de Suas Majestades e Altezas Imperiais, também contribuiu para o atual conhecimento sobre o surgimento da cidade. Em 1872 ele publicou o livro *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Nele o autor descreve todo o percurso de subida da serra, assim como as ruas e casas importantes da região. Além dessa descrição, Klumb ilustrou o trabalho com 31 litografias, 29 vistas e uma planta da Estrada União e Indústria. Segundo ele narra,

Vamos com rapidez, deixando atrás de nós a rua do Imperador; à direita ergue-se gracioso, porém não concluído, o palácio Imperial; entremos na rua dos Protestantes. Uma curva e depois nos achamos no vale encantador de Westfália, último arrabalde deste pequeno Versailles brasileiro.

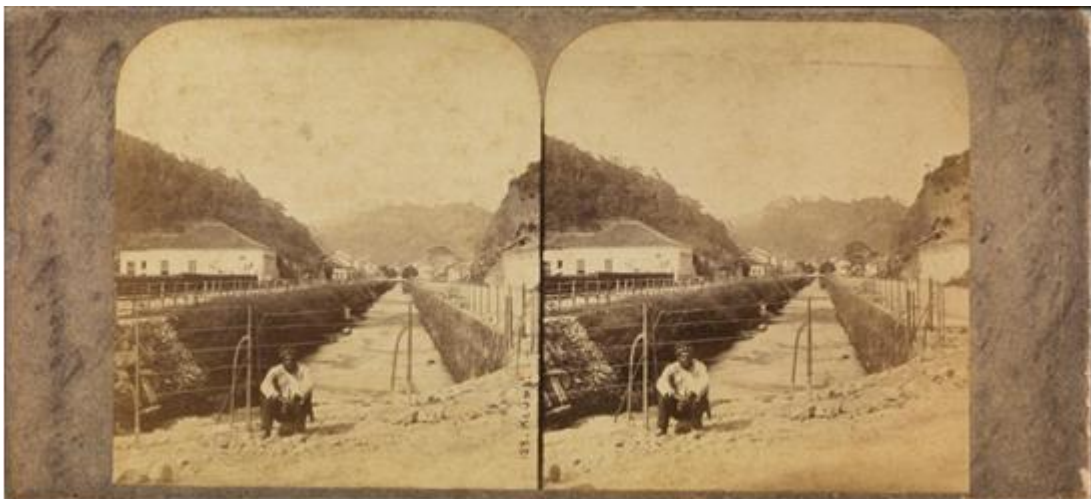
À esquerda, uma ponte atravessa o Piabanha, caprichoso riacho que nasce na vertente ocidental da cordilheira dos Órgãos, e que, depois de haver banhado com seus tributários todos os valesinhos de Petrópolis, nos acompanhará em nossa excursão por mais de 60 quilômetros, ora calmo e límpido como um riacho de idílio, ora violento e feroso como uma torrente indomada. Do outro lado desta ponte existe o palacete do Barão de Mauá, cujo nome e serviços prestados são sinceramente louvados por todos os brasileiros. (KLUMB, 2014, p. 36)

Conforme vai entrando no interior nas regiões de Samambaia, Corrêas e Itaipava, Klumb começa a descrever os trabalhadores rurais, em sua maioria livres (segundo sua percepção) que vão desde lavradores a pescadores, comprovando assim a divisão dos lotes de 3ª classe conforme apontado no projeto original. Ao chamar a cidade de “Versailles brasileira”, fica à mostra, mais uma vez, a campanha de convencimento sobre as qualidades da cidade.

Taunay nos traz relatos importantes sobre a ocupação do centro urbano de Petrópolis. A Rua do Imperador era, segundo o autor, o ponto de partida e comunicação entre as demais ruas do centro da cidade, considerada como a base dessa ocupação comercial, fato que se mantém até hoje.

Geralmente na rua do Imperador os edifícios servem antes para hotéis, oficinas, lojas, armazéns, padarias, tendas de carneiros, cocheiras, etc., do que para moradas: aí é o centro do movimento comercial e ambulatório da cidade, o ponto de reunião onde se tratam os negócios, se encontram os interessados; onde se esperam os carros que trazem passageiros, correspondências e novidades da capital; sobretudo na frente do Hotel Bragança, um dos melhores e mais em voga por ser fronteiro à rua de D. Januária, donde desembocam os tais carros, há muita animação (TAUNAY, 1995, p. 28-29).

Figura 6 - Rua do Imperador, 1860, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=rua-do-imperador>

A ocupação do território foi detalhadamente estudada, como podemos observar. Além disso, Koeler foi responsável pelo que seria o primeiro código de obras e posturas do município, pois determinava cada mínimo detalhe das ações (e proibições) que deveriam ocorrer em cada lote. Segundo a pesquisa de Neves e Zanatta (2016), pautada nos documentos originais, os proprietários de lotes contidos na região de 1ª e 2ª classe só poderiam construir após aprovação

dos projetos por Koeler. Não havia um padrão e regras previamente delimitados, ficando a aprovação pautada nos critérios de gosto de Koeler e demais técnicos. Essa atitude demonstra que havia um plano não só de ocupação, mas de segregação social e controle geral da aparência da nova cidade, que deveria em todos os aspectos remeter ao “melhor” da arquitetura e sociedade europeia que tentava se reproduzir.

Além disso, o major determinava que os proprietários dos lotes deveriam murar, valar ou cercar seu terreno, de preferência com portões elegantes. Era proibido subdividir os prazos e o prazo máximo para se construir era de 4 anos. Existia também a obrigação de se manter uma distância mínima das ruas. As árvores deveriam ser nas ruas e praças, e era obrigação dos proprietários calçar a frente dos seus terrenos. O nível de detalhe chega a determinar como deveria ser a captação das águas pluviais nas casas privadas. Até as atividades comerciais eram controladas, devendo ser previamente combinadas e autorizadas por ele (ALVES NETTO, 2006).

Alguns lotes que compunham a Vila Imperial foram doados, mantendo-se apenas a obrigação do pagamento do foro anual. O próprio Koeler ficou com grande parte dos terrenos, totalizando 17 propriedades com cerca de 500 mil m² totais (AULER, 1953). A doação tinha como objetivo atrair os principais nomes da corte para o então novo refúgio de veraneio imperial, antes localizado na Fazenda Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro.

Apesar de estarmos usando o termo cidade, Petrópolis ainda não poderia ser chamada como tal. A Lei Provincial nº 397, de 20 de março de 1846, criou a Vila de Estrela, que ficava situada na confluência dos rios Inhomirim e Saracuruna, região que hoje pertence a Duque de Caxias, e anexou Petrópolis na categoria de freguesia. Essa era ainda uma situação subalterna, que só iria mudar com a Lei nº 961, de 29 de setembro de 1857, que eleva a freguesia à categoria de cidade:

O comendador Francisco José Cardoso, Presidente da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Faço saber a todos os seus habitantes que a mesma Assembleia Legislativa Provincial decretou o seguinte:

Art. 1º – Ficam elevadas à categoria de cidade as vilas de Valença e Vassouras e a povoação de Petrópolis.

Art. 2º – Anexa-se o segundo distrito da freguesia de São José do Rio Preto ao novo município de Petrópolis, de que o presidente da província designará os limites.

Art. 3º – São revogadas as disposições em contrário.

Assim o projeto vingou, a cidade começou a se desenvolver e o comércio foi expandindo suas atividades. Petrópolis passou a ser um exemplo de cidade planejada, feita com o que era considerado o melhor da arquitetura europeia. Até a questão da mão de obra foi prevista por

Koeler, que queria dar prioridade para o trabalho livre de imigrantes alemães. O arquiteto Manuel de Souza Lordeiro considera que o plano de Koeler foi o primeiro do Brasil que levou em consideração a harmonia com o conjunto do plano, sendo Petrópolis, segundo ele, a primeira cidade brasileira a ter um “autêntico plano urbanístico” (LORDEIRO, 2000).

1.3 Petrópolis se expande

Uma das primeiras determinações do contrato de arrendamento era a de se construir um cemitério. O primeiro, de 1846, era localizado no espaço hoje correspondente ao convento dos Franciscanos e a igreja do Sagrado Coração de Jesus, entre as ruas Montecaseros, Frei Rogério e Frei Lourenço. Logo essa primeira localização se mostrou insuficiente para absorver a quantidade de defuntos da cidade. Em 1872 é criado um novo campo santo na rua Fabrício de Matos, até hoje em atividade. O próprio Taunay se espanta que em tão poucos anos tenha tido a necessidade de se criar mais um cemitério,

Túmulos tão numerosos, que o primitivo cemitério na praça de Nassau já se achou nímiamente exíguo, consagrando-se outro de maiores proporções, mas em lugar mais longínquo e melhor escondido em embrenhando recanto. Esse mistério de ruínas e multiplicadas tumbas em cidade tão novíça e sadia, terá em outro lugar a sua explicação. (TAUNAY, 1995, p. 40)

O local foi considerado pelo autor como de difícil acesso “caminho a percorrer é longínquo e sumamente penoso” (TAUNAY, 1995, p.48), mas com a vantagem de ter tantos lugares quanto necessário. Mais adiante o autor realmente busca uma explicação para a necessidade desse novo local, citando uma epidemia de “cólera morbo” que teria assolado a região. Outro fator que viria a contribuir com o crescimento vertiginoso de número de mortos na região seria justamente o fato de Petrópolis ter ares tão bons para a cura, que seria o local mais procurado não só por convalescentes, mas também para os casos “desesperados”. Além disso Taunay (1995, p. 51) lembra que, ao contrário do contrato de formação da colônia, onde a idade dos recém chegados não poderia ultrapassar 40 anos, muitos idosos imigraram para cá e faleceram antes mesmo que começassem a construir em seus prazos de terra.

Uma outra determinação do decreto que deu origem à Petrópolis era a construção de uma Igreja Matriz, já que o Império tinha como religião oficial o culto católico. A ideia original de Koeler era construí-la no terreno cedido pelo imperador D. Pedro II, no chamado Morro do Belvedere, na junção da rua Joinville (Ipiranga) com a D. Affonso (Koeler). Como era previsto que a construção demoraria para ficar pronta, eles preferiram fazer um templo mais simples, em caráter provisório, em frente ao Palácio Imperial, na rua da Imperatriz. O empreiteiro de

obras Justino de Faria Peixoto foi designado para realizar a construção, que começou em 1847 e terminou em 1848, sediando a paróquia de São Pedro de Alcântara. O primeiro pároco da freguesia foi o cônego Luiz Gonçalves Dias Côrrea.

Figura 7 – Antiga matriz



Fonte: <https://www.catedraldepetropolis.org.br/matriz-actual/>

Apenas em 1876 foi assentada a primeira pedra da construção da catedral. O autor J. Tinoco teve a oportunidade de descrever a criação da nova Igreja Matriz da cidade,

A nova igreja matriz está sendo construída sob a invocação de S. Pedro de Alcântara. A ideia da construção deste templo no lugar em que se está construindo (morro de S. Pedro), data de muitos anos, segundo mostra a planta da cidade feita em 1845. Mais tarde houve intenção de construí-lo, porque a 12 de março de 1876, assentou-se com toda a solenidade a pedra fundamental. Não tendo agradado o projeto e sobrevindo outras circunstâncias não se deu começo aos trabalhos. (TINOCO, 1995, p. 224)

Mesmo com a construção da Catedral São Pedro de Alcântara, a velha matriz ainda manteve atividade até o ano de 1926, já que a Catedral só será inaugurada em 1925. Em 1865 a velha matriz foi reformada. Em 19 de Outubro de 1899, inaugurou-se a nova capela do Santíssimo Sacramento, construída aos fundos e à direita da igreja. O local presenciou eventos importantes como a solenidade da bênção da primeira Bandeira da República, no dia 8 de

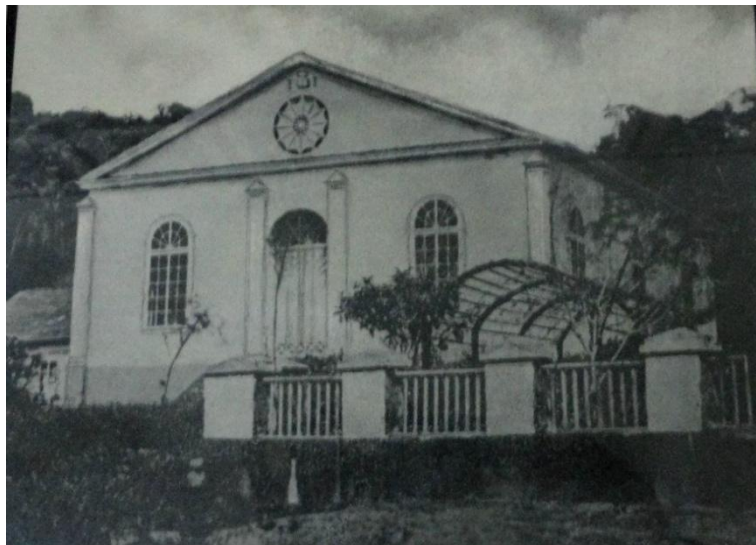
novembro de 1889 e os proclamas de casamento do Marechal Hermes da Fonseca com Nair de Teffé, em 1913 (BRETZ, 1926).

Em 9 de março de 1926 começou sua obra de demolição e em 27 de abril os materiais de construção aproveitados foram leiloados por Augusto Pinto de Carvalho (BRETZ, 1926). Apesar de alguns protestos de intelectuais, como ainda não existia nenhuma política de preservação para o patrimônio arquitetônico da cidade, nada pôde ser feito para evitar o desaparecimento da primeira igreja da cidade.

Em 1885 a cidade contava, além da antiga e da nova matriz, com as igrejas do Santíssimo Coração de Jesus, as capelas de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora do Rosário, tradicional no Brasil por ser de culto específico dos negros e escravizados, fundada em Petrópolis em 1883; e São Benedito, Nossa Senhora da Conceição (da Renânia), asilo de Santa Isabel, Nossa Senhora da Soledade, São José (no segundo distrito) (TINOCO, 1995, p. 230).

Devido à forte presença alemã na cidade foi permitido que eles fundassem, em 29 de agosto de 1845, a Comunidade Evangélica de Petrópolis, sendo o primeiro pastor residente, Pastor Dr. Julius Friederich Lippold, chegado no Brasil em 1846. A construção do templo foi iniciada em 1863. Como havia uma lei que determinava que os templos não católicos poderiam existir, mas não poderiam ter aspecto de igreja, a primeira sede da Comunidade Evangélica era apenas uma casa, distinguida das demais pela escultura de um cálice e pães na parede externa. Em 1903 essa lei foi revogada e construiu-se a torre e os elementos decorativos em estilo neogótico.

Figura 8 – Igreja Luterana



Fonte: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/bauernfest/igreja-luterana/>

Para uma cidade dar certo, não basta que a sua projeção seja adequada e controlada. O principal ponto de sucesso para uma empreitada como a encarada por Koeler, Paulo Barbosa e D. Pedro II é ter um acesso bem estruturado ao território. O atalho do Proença já era considerado de mais fácil acesso do que o Caminho Novo, mas ainda era insuficiente para a nova cidade que crescia. As melhorias feitas por Koeler na estrada da Serra da Estrela também não bastariam. Era preciso mais.

A primeira estrada de ferro do Brasil começou a ser construída em 1852 e ligava o porto da Estrela a Fragoso, em Magé. O empreendimento foi inaugurado um ano e seis meses depois. O responsável pelo empreendimento era Irineu Evangelista de Sousa, Barão e posteriormente Visconde de Mauá. A construção da estrada de ferro facilitou o trajeto, por parte do caminho, de quem pretendia subir a serra até a cidade de Pedro. Em 1856 foi inaugurado o segundo trecho da estrada, já na raiz da serra. A estrada completa, chegando com trens à vapor até a estação da cidade foi concluída em 1883.

Figura 9 – Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, 1882, Marc Ferrez



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2592>

O Barão de Mauá, como ficou mais conhecido, mesmo depois da troca de título para Visconde, considerado o maior empresário do Império brasileiro, não só contribuiu com a

estrada de ferro, como também com diversas melhorias estruturais na cidade do Rio de Janeiro. Envolveu-se com Petrópolis a ponto de adquirir uma residência no quarteirão Westphalia.

Outra estrada que se tornou símbolo no desenvolvimento nacional foi a União e Indústria, considerada a primeira estrada de rodagem macadamizada do país². Ela foi construída por concessão do governo a Mariano Procópio Ferreira Lage, e ligava Petrópolis a Juiz de Fora. O início da construção se deu em 1856 e o primeiro trecho foi inaugurado em 1858. A obra completa foi terminada em 1861.

A criação da estrada de ferro, a construção da União e Indústria e a macadamização da Estrada Normal da Serra da Estrela (1858) melhoraram o acesso à cidade de forma considerável, refletindo nos preços dos fretes dos produtos, no aumento de oferta de mão de obra e conseqüentemente no desenvolvimento geral da cidade. Quanto mais fácil ficava subir a serra mais incentivo as famílias cariocas tinham para imitar o ato do Imperador e passar a veranear pela cidade.

Klumb, Taunay e J. Tinoco narram a subida da serra em diferentes épocas. A visão romantizada do percurso está presente nos três textos, sendo pouquíssimos os pontos negativos citados. O destaque negativo ficou com a questão das chuvas e do preço da passagem. Em 1862, Taunay descreve,

A mesma viagem constitui de per si um divertimento de primor: é um complexo de três modos de locomoção; por mar em barco de vapor, no litoral por caminho de ferro, na serra em caleças e carruagens. A pessoa que o empreender pela primeira vez, por pouco que seja sensível ao belo, não se arrependeria do ensejo, mesmo se ao chegar na garganta da vila Teresa, Moisés da peregrinação, fosse obrigada a voltar no trem descendente. (TAUNAY, 1995, p. 22)

Klumb diz que, em 1872, chegava-se à Petrópolis saindo da “Prainha”, hoje chamada de Praça Mauá às 6 da manhã em domingos e feriados e, nos dias úteis às 14h. Os passageiros podiam ser levados até a estação de tálburis ou carros de quatro lugares. Uma viagem de primeira classe custava 8\$000, enquanto a de terceira era a metade do preço. A terceira classe era para os escravos e também trabalhadores do campo, mas segundo Klumb qualquer um que tirasse os sapatos poderia viajar nessa classe.

Em obra mais recente, de 1885, Tinoco já tem a experiência de subir a serra totalmente por via férrea, sem utilizar as antigas diligências,

² A macadamização consiste em um tipo de pavimentação para estrada desenvolvido em 1820, feito com três camadas de pedras. A técnica foi abandonada após o surgimento de carros e caminhões para transporte de carga, já que o peso desse tipo de locomoção ocasionava grande desgaste e poeira. Foi posteriormente substituído pelo uso do asfalto (ANDREW, Nicholas).

O vale e a serra da Estrela serão para sempre lembrados na história da viação férrea do Brasil. O vale foi o primeiro território nacional cortado por trilhos, a serra foi a primeira onde se empregou o trilho central da cremalheira. Tanto no vale como na serra a Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, construída pelo engenheiro Joaquim Lisboa auxiliado até certo tempo pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, tem a bitola de 1 metro. Foram seus estatutos aprovados por decreto no 8.120 de 31 de maio de 1881, começando a construção da linha em agosto do mesmo ano, e sendo entregue ao tráfego a 20 de fevereiro de 1883. O sistema de viação é o trilho central de cremalheira do sistema aperfeiçoado pelo engenheiro Nicolau Rigggenbach. A linha principia elevando-se da Raiz sobre a encosta direita do vale do Caioaba donde, pouco acima do 2º quilômetro, começa a descortinar-se a baía de Guanabara. (TINOCO, 1995, p. 210)

Petrópolis foi uma das pioneiras também na área da comunicação via telégrafo e telefone. Em 1857 foi inaugurada, na Rua do Imperador, a primeira estação telegráfica da cidade. A cidade também recebeu a primeira linha de telefone interurbana do Brasil, em 1883. A primeira linha telefônica, que ligava o Palácio da Quinta da Boa Vista às casas ministeriais, foi instalada em 1877, mas estava restrita a cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dos avanços nas construções e da procura crescente da corte pela cidade, ainda havia um grande problema nesses primeiros anos: a iluminação pública. O primeiro lampião a gás foi instalado em 1860, da onde podemos ponderar sobre a qualidade de vida das pessoas entre 1843 e 1859, no mais completo breu. Ainda assim, pelo relato de Klumb de 1872, podemos concluir que mesmo o lampião a gás não chegou para todas as localidades da cidade, já que ele não imagina como podem os colonos conviver com essa situação e ainda se divertir:

Nos domingos e dias de festejo principiam a dançar às seis horas da tarde e finalizam às seis horas da manhã. Petrópolis – não tendo a felicidade de possuir o gás – vejam os leitores como esses filhos da grande raça germânica sabem suprir esta falta de luz (KLUMB, 2014, p. 31).

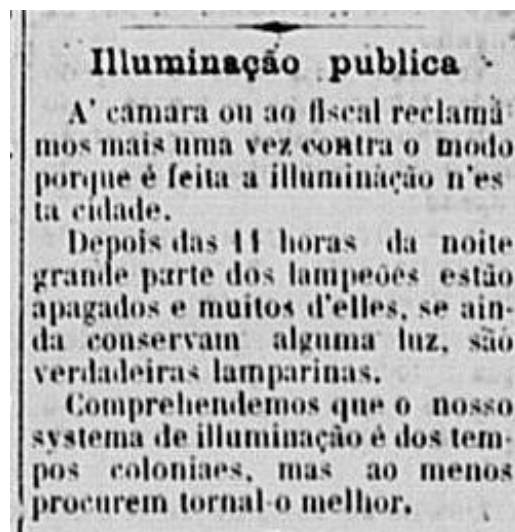
De fato, ao analisarmos as atas das sessões da Câmara dos Vereadores vemos que o assunto foi amplamente discutido pelos políticos locais. Na quarta sessão, ocorrida no dia 27 de agosto de 1859, foram solicitados ao Ministro da Justiça 100 lampiões para a iluminação pública. É interessante notar que no mesmo momento foi pedido à presidência da Província a concessão de uma loteria em benefício da nova igreja matriz.

Em 26 de setembro do mesmo ano foi aprovado o orçamento para a iluminação pública da cidade: compra de 40 lampiões, postes etc. a 25\$-1:000\$000 e custeio dos mesmos por 1 ano (a 8\$000 réis 1 por mês) 3:840\$000, com um total de verba de Réis 4:840\$000 (SILVA, IHP). Já na sessão de 31 de julho de 1862, foram feitas três propostas de fornecerem o gás necessário: de Antônio Joaquim Alves Cabral, por 20\$000 réis mensais para cada lampião; de Bartolomeu Pereira Sudré, por 11\$000 réis; de Silvestre Antônio de Araújo, por 10\$000 réis. Depois da

resolução, onde ficou previsto devolver as propostas aos proponentes para que concorressem mais uma vez, Bartolomeu Pereira Sudré, que era também dono do Jornal Mercantil (o primeiro da cidade), ganha a concorrência.

Em 1893, conforme matéria publicada no Jornal *Correio de Petrópolis*, fica evidente que o sistema implantado em 1859 ainda era o mesmo, e bastante precário.

Figura 10 – Jornal Correio de Petrópolis



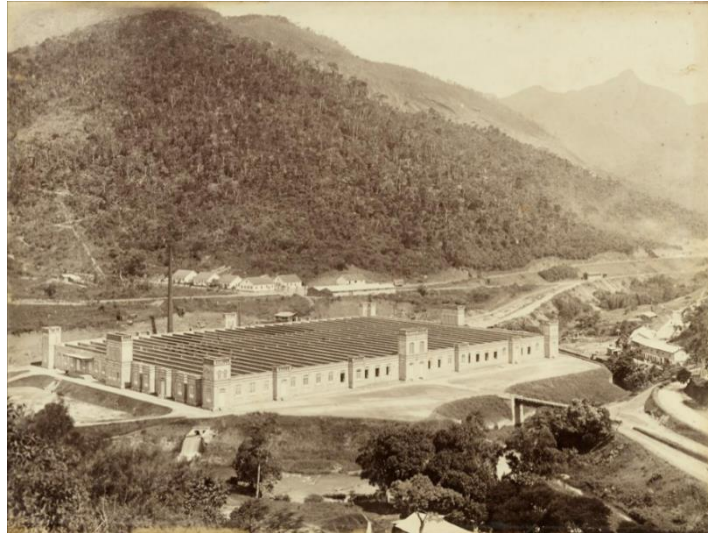
Fonte: Hemeroteca/Biblioteca Nacional

Depois de uma intensa campanha para a melhoria da qualidade do serviço oferecido, no mesmo ano começam os acordos entre o Presidente da Câmara Municipal e a Companhia de Melhoramentos para a instalação da iluminação elétrica na cidade. A modernidade será definitivamente inaugurada no dia 01 de janeiro de 1896, conforme noticiado no artigo *O banco construtor e a iluminação particular* (GAZETA DE PETRÓPOLIS, 1896, p.1).

Em 1852 foi inaugurada a primeira fábrica da cidade, a Fábrica Nacional de tecidos e Pontos de Malha. Já em 1879 havia dois moinhos de Fubá, um de Antônio Carlos de Magalhães no Retiro e outro de Henrique Guilherme Goebel, no Bingen, a Fábrica de Queijos de Julio Buisson, e duas Fábricas de Tecidos de Algodão, de Bernard Caymary, que seria a fábrica de Tecidos de Cascatinha (fundada em 1874) e Rebello e Cia, responsável pela fábrica São Pedro de Alcantara; além de 5 cervejarias, número menor do que o apontado por Taunay para 17 anos antes,

Finalmente se conta em Petrópolis não menos de sete fábricas de cerveja! Enumera o Almanaque Laemmert de 1861 seis fabricantes de cerveja: 1) José Bernasconi (Vila Teresa); 2) Augusto Chedel (rua Teresa); 3) Henrique Kremer (Fábrica Imperial, à rua dos Artistas) [seria a antecessora da Cervejaria Bohemia?]; 4) Timóteo Diniz (rua do Imperador); 5) Joaquim Chedel (rua de D. Januária); 6) Pedro Gerhard (Palatinado - em ponto pequeno [?]). (TAUNAY, 1995, p. 51)

Figura 11 - Fábrica de tecidos, 1885, Marc Ferrez



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/7716>

Sabemos, pela obra de Charles Dunlop, que o primeiro hotel da cidade foi o Suíço, inaugurado em 1847. Estava localizado na rua do Imperador e funcionou até 1855 (DUNLOP, 1985, p. 53). O prédio original foi demolido, e atualmente, no terreno que correspondia à sua propriedade, existe o Colégio D. Pedro II.

Figura 12 - Hotel Suíço

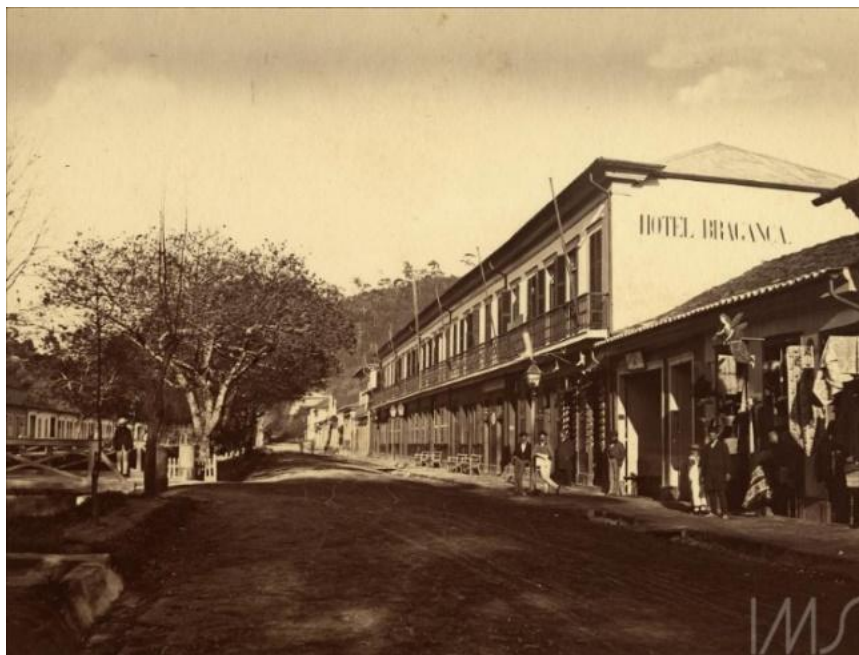


Fonte: <http://colonosalemaes.blogspot.com/2009/10/hotel-suico-na-rua-do-imperador.html>

Pelos relatos de Taunay e Klumb sabemos que o Hotel Bragança, também na rua do Imperador, construído em 1848, contava com noventa e dois quartos, salões de festas, de bailes e um teatro. O prédio original do hotel foi demolido em 1924, e em seu terreno foi aberta uma rua, a Alencar Lima, e ao lado esquerdo construído o prédio do Banco do Brasil, que virá a ser patrimônio tombado pelo INEPAC, conforme veremos no próximo capítulo (SILVEIRA FILHO, 2009). Cameron em seu levantamento dos estabelecimentos comerciais de Petrópolis, descreve,

Deixemo-la - essa história - de parte, e que envolta nas brumas do passado dê ela lugar à luz do presente. Imaginemos o que pode haver de comodidade e de luxo, ponhamos à frente o aparato que deslumbra e o confortável que seduz, enfeixemos na mão todos os desejos e ambições que encerram em si a bondade da vida, encarada pelo lado do bem-estar da matéria e o repouso do espírito, e com essa bagagem de idéias e desejos transponhamos as portadas do hotel em questão. Aí encontraremos o quanto baste para satisfazer-nos e diremos mais quando sonharmos um desejo, ao despertar do sonho deixará ele de sê-lo. (CAMERON, 1995, p. 279-280)

Figura 13- Hotel Bragança, 1884, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2249>

Para o divertimento a população contava com algumas opções. Em 1853 foi fundado o Progresso Petropolitano, primeira casa de teatro da cidade. Já no Club do Commercio, na rua D. Januária, as pessoas poderiam desfrutar dos festejos. O Jockey Club da cidade foi fundado

em 1857. Em 1859 foram contabilizadas 13 casas de bilhar. Grande parte desses primeiros estabelecimentos da cidade ou foram demolidos, ou sofreram grandes transformações estruturais.

Em seu livro de 1862, Taunay faz uma breve descrição da sociedade petropolitana,

Os dois distritos de que a freguesia (se compõe contam de população fixa para cima de seis mil almas, entre as quais dois mil alemães católicos, e oitocentos protestantes. De outras nacionalidades estrangeiras apenas há sessenta franceses, quarenta italianos; o resto consta em grande parte de naturais de Portugal, sendo os brasileiros natos pouco numerosos, salvo no segundo distrito, onde muitas famílias dos conhecidos, sob a denominação de moradores, estão estabelecidos. A população flutuante mal se pode avaliar, variando muito de um ano para outro, tanto no número dos visitantes como dos trabalhadores para as obras da companhia. (TAUNAY, 1995, p. 53)

O primeiro recenseamento nacional, realizado em 1872, demonstra de forma detalhada, a formação da população petropolitana. A cidade possuía nesse ano 3722 homens e 3064 mulheres, totalizando 6.786 pessoas. A maioria era constituída por brancos (4.990), solteiros (3.522), analfabetos (5.921). Vale ressaltar que esse levantamento incluiu apenas as pessoas livres, não nos fornecendo o número de escravizados. Entre o número total de habitantes existiam 2744 estrangeiros, sem ter a nacionalidade especificada.

Sete anos após o primeiro censo, o Almanak Laemmert (CARDOSO, 1879) declara que a população local era de 10 mil almas, podendo chegar a 16 mil na “estação calmosa”, mas mais adiante mostra que a população livre era de 6.786. Já no Censo de 1890, a população aparece de forma bem menos detalhada e só tivemos acesso ao número geral de habitantes da cidade: 6964 homens e 6610 mulheres, totalizando 13.574 indivíduos.

Grande parte dos estrangeiros residentes em Petrópolis era constituída de alemães. Ainda que a primeira experiência de Koeler com a colônia do Tamaraty não tenha dado certo, o major continuou o projeto e trouxe para Petrópolis um expressivo número de germânicos. Aureliano Coutinho, que na época era Presidente da Província do Rio de Janeiro, firmou um contrato com Charles Delrue, vice cônsul do Brasil em Dunquerque, para que esse trouxesse 600 europeus, entre 18 e 40 anos, para as obras da província e para se fixarem em Petrópolis. Em 1845 chegaram 161 alemães a bordo do Brigue Virginie. Depois desses, nos meses seguintes chegaram no porto do Rio de Janeiro cerca de 2.300 futuros colonos, número muito superior ao acordado previamente (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 74). A presença alemã irá marcar profundamente a identidade cultural de Petrópolis, deixando evidentes marcas não só nos hábitos, nomes, como também arquitetura.

Além da população brasileira e alemã, Petrópolis tinha também uma população escravizada, que pouco é comentada nos estudos históricos. Em sua dissertação de mestrado, Paola Gonçalves Dias chama a atenção para esse fato, demonstrando como os autores petropolitanos continuaram afirmando durante décadas a pouca presença do negro em Petrópolis. No entanto, os africanos escravizados estiveram presentes desde os primórdios da ocupação desse território. Era uma condição para a doação de sesmarias que o sesmeiro possuísse escravos suficientes para tratar da terra. A própria viúva de Bernardo Proença, D. Águeda Coutinho Perada, deixou 39 escravos a seus herdeiros (DIAS, 2016, p. 80).

A pesquisa analisou o censo de 1872, que registra em Petrópolis, naquele ano, uma população constituída de 83% de escravos e apenas 17% de homens livres. Também recorreu à bibliografia, identificando relatos de viajantes e outras fontes sobre o trabalho dos negros nas fazendas ao redor da cidade e como serviçais nas casas nobres junto com os imigrantes europeus. São informações que mostram a relevância da população negra em Petrópolis, uma cidade historicamente valorizada em função da presença dos colonos europeus. (MOTTA, 2012, p.277-278)

Neves e Zanatta explicam que, embora houvesse um planejamento de Koeler sobre o tipo de mão de obra a ser utilizada, a escravidão foi autorizada na cidade,

Embora o intento fosse fundar uma cidade com o emprego de trabalhadores livres, o artigo 14 dos estatutos facultava aos investidores tomarem de empreitada as obras que a companhia precisasse executar ‘para alugar seus serviços ou de escravos’. (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 54)

Do ponto de vista arquitetônico, as primeiras construções habitacionais e comerciais de Petrópolis eram bastante simples, conforme o estudo de Neves e Zanatta, das 937 casas existentes em 1854, apenas 14 tinham aspectos de casas senhoriais,

O aspecto geral das moradias permaneceria extremamente simples ainda por certo tempo. Em fins de 1854, quando os primeiros movimentos de terra para a construção do palácio completavam uma década, o padrão das habitações pouco mudara: das 937 casas particulares da Vila Imperial e quarteirões, apenas 14 podiam ser consideradas nobres, entre elas o solar que o Barão de Mauá concluía nas proximidades da praça da confluência, a residência do comendador Pedro José da Câmara, ‘vizinho’ de D. Pedro II, e o próprio palácio imperial. A predominância era de moradias mais simples, em alvenaria enxaimel ou à base de barro, cobertas com telhas, tabuinhas, folhas de zinco ou palha. No pequeno principado criado para D. Pedro II, o entorno era pontilhado de casas de pau a pique. Ainda assim, a Décima Urbana, antecessora do IPTU, foi instituída na colônia em 1855, gerando protestos. (NEVES; ZANATTA, 2016, p. 77)

No Censo de 1872 que traz um panorama bastante detalhado, é contatada a existência de apenas 1241 casas habitadas na cidade, um crescimento pouco expressivo para 18 anos de uma cidade que estava desenvolvendo sua infraestrutura. Muitas ruas, mesmo com grande proximidade ao palácio Imperial, mantiveram um aspecto bastante rural e de pouca ocupação. Esse foi o caso da Rua D. Affonso (Koeler) e da Joinville (Ipiranga), fato ainda mais destacado na última, cujo percurso dava direto na área da estrada mineira e, por esse motivo, era chamada popularmente de rua dos boiadeiros (PAREDES, 2022).

Tomando como base os relatos de Taunay, de 1862, podemos observar que ele menciona o fato da rua não ser calçada, mesmo sendo tão próxima do Palácio e integrante da Vila Imperial. Ao ser um item digno de menção em sua descrição, podemos constatar que outras ruas já estavam ganhando melhorias, ao contrário da Joinville (Ipiranga).

Em direção paralela à rua do Imperador, a de Joinville prolonga o revés do terrapleno destinado à igreja matriz e monte do Belvedere, terminando junto a uma parte pantanosa do leito de um pequeno riacho, pomposamente apelidado rio de Almeida Torres; nesse ponto, na margem direita do pântano, pode-se continuar o passeio por um caminho **que não é ainda rodante**, mas muito liso e cômodo para gente de pé ou montada. (TAUNAY, 1995, p. 33, grifo nosso)

Atualmente as duas ruas que contém o maior número de casas históricas preservadas é justamente a Koeler e a Ipiranga, respectivamente rua D. Affonso e rua Joinville, sendo a rua Koeler a primeira da cidade a receber um tombamento de conjunto, conforme veremos no próximo capítulo. Os palacetes dessa área chamam atenção pela sua arquitetura, sendo alguns construídos de forma concomitante à ocupação dos demais lotes desenhados por Koeler. Outra parte dessas construções foi realizada já no período republicano.

Apesar de relevantes para o estudo da arquitetura petropolitana do século XIX, no início de sua ocupação essas duas ruas, importantes partes integrantes da Vila Imperial, não tinham recebido ainda toda a sua infraestrutura. Segundo Taunay, vê-se que ele estranha o fato da Joinville ainda ser bastante desocupada, e ainda faz um relato interessante dos imóveis existentes,

A rua de Joinville está muito menos habitada do que mereceria ser por sua largura, comprimento e irrepreensível regularidade. Outrora o Hotel Moss, que passou à casa de educação de meninas sob a maternal direção de Mme. Diemer, fazia o atrativo desta rua. (...)

O autor faz menção ao estado de abandono de alguns estabelecimentos, como a casa da Mme. Diemer,

O jardim tão floribundo e amorangado, virou a ser o que fôra antes; verdadeiro lamaçal.

E também destaca as casas mais proeminentes da rua,

O primor atual da rua é a Vila Weitzmann, assentada em crista proeminente do dorso da serrinha que se perfila do lado esquerdo da rua. Rampas suaves que cortam elegantemente os declívios arranjados e plantados com gôsto, conduzem à bela habitação.

(...)

A bonitinha casa do digno dr. Luís Carlos da Fonseca, por estar edificada em esplanada, cujo paredão sobranceia a rua, está de lá quase invisível e só se desfruta das alturas fronteiras.

(...)

Nenhuma, melhor do que o digno dr. Touzet avalia o préstimo da tal travessa, logo que morando no fim da rua de Joinville em pequeno cottage de que pela magnífica coleção de orquídeas e bromélias que ajuntou e arranjou, fez aprazível ninho, ele mais que ninguém, nas quotidianas visitas à sua numerosa clientela, se vale da encurtada passagem (TAUNAY, 1995, p. 41).

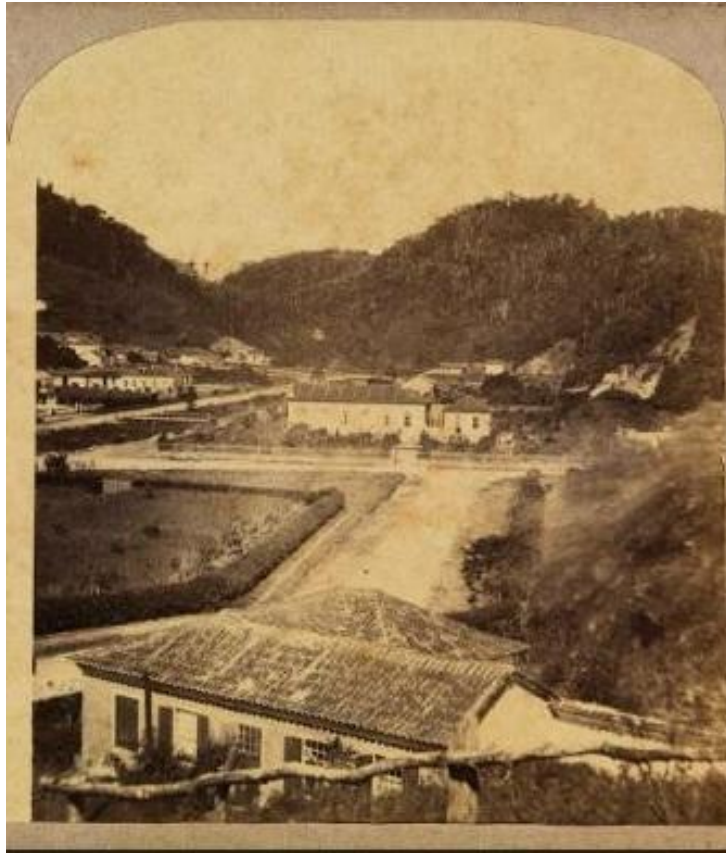
Figura 14 - Rua Joinville (atual Ipiranga), 1860, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/414>

A análise iconográfica corrobora os relatos de Taunay. Podemos notar que a Rua Joinville (Ipiranga) aparentava ter um aspecto bastante simples, com poucas casas. As que aparecem nas fotos demonstram uma arquitetura bem diferente dos casarões atuais, em nada lembrando as casas senhorias que viriam a ser construídas.

Figura 15 - Rua Joinville (Ipiranga) com Rua dos Protestantes (13 de maio), 1860, Revert Kumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/406>

Figura 16 - Rua Joinville (Ipiranga), 1870, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2403>

A Rua D. Affonso (Koeler), apesar de também não estar totalmente ocupada, já revela ter algumas casas de destaque, como a Residência do Barão do Catete, que será o ponto de partida para o início dos tombamentos de conjunto na cidade, e o Palácio da Princesa Isabel. No entanto essas casas de arquitetura neoclássica tinham que conviver com alguns estabelecimentos como a olaria, localizada na mesma rua e que pertenceu ao próprio Koeler.

Figura 17 - Residência do Barão do Catete, 1870, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2405>

Figura 18 - Rua D. Afonso (Koeler),1870, Revert Klumb



Fonte:<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2404>

Ambas ruas se tornam então importantes testemunhas não só desse processo de ocupação como também da escolha e dos gostos dessa geração que formou a cidade. Aos poucos o projeto de Petrópolis começou a prosperar, a grande campanha de convencimento fez efeito e a corte aceitou subir a serra junto ao Imperador. Não só os nobres como também demais visitantes, intelectuais e artistas, que encontram no clima e na beleza da região um bom motivo para sair do Rio de Janeiro. Entre as décadas de 1870 e 1880, Petrópolis não só já estava emancipada como cidade, como já tinha duas estradas macadamizadas, uma estrada de ferro, população de mais de 10 mil habitantes, diversos estabelecimentos comerciais, notórios hotéis, entrando no século XX como um bom exemplo de cidade planejada e que viria a ser destaque nos primórdios das políticas de preservação histórica e arquitetônica.

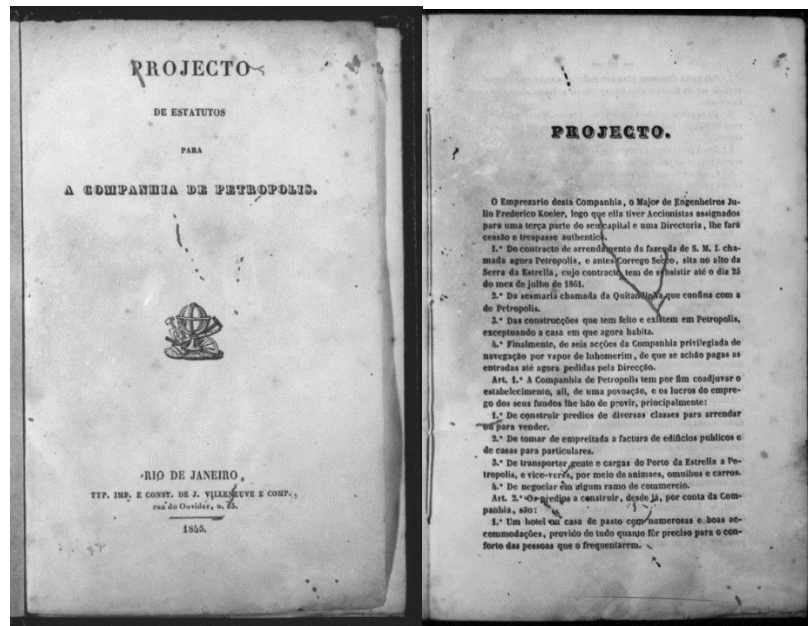
2 TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO – HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

Nesse capítulo abordaremos a trajetória das primeiras regulamentações do uso do território de Petrópolis, com a determinação e fiscalização do próprio Koeler sobre as novas construções, assim como a criação do primeiro código de obras da cidade. Avançaremos com os conceitos de patrimônio e o início da prática de tombamento no Brasil. Traremos a histórias da atuação do IPHAN em Petrópolis, com destaque para o processo que culminou com o primeiro tombamento de conjunto da cidade, fechando o capítulo com um panorama atual dos órgãos de preservação atuantes.

2.1 Primeiras regulamentações em Petrópolis

Conforme pudemos observar no capítulo anterior, a forma como Petrópolis foi construída, incluindo não só a intensa preocupação de Koeler com os tipos e estilos das construções nas áreas mais nobres, como também pela adesão da corte pelo novo local de veraneio, após as reiteradas campanhas de convencimento feitas por viajantes e escritores, como Taunay e Klumb, legaram ao atual centro histórico um rico casario, que reflete, em seu conjunto, o gosto da corte que ocupou a cidade durante o século XIX. A forma planejada de ocupação da cidade criou um cenário controlado, onde podemos observar claramente as preferências estilísticas típicas do século XIX e sua implementação e evolução de acordo com o passar dos anos.

Figura 19 - Projeto dos estatutos de Petrópolis



Fonte: cessão de Flávio Menna Barreto

Depois das primeiras plantas realizadas por Koeler e do projeto de arrendamento elaborado por Paulo Barbosa, o próximo documento a ser elaborado, com o objetivo de regulamentar a ocupação do território petropolitano, foi o código de obras/posturas. O primeiro é datado de 1893, sendo alterado e atualizado em 1900. Esse código do início do século XX trouxe uma série de determinações novas e manteve outras que já haviam sido tratadas nos projetos anteriores. O novo documento declarava, por exemplo, não só o perfeito alinhamento das divisas dos terrenos particulares com as vias públicas, como também previa multa para qualquer indivíduo que construísse ou alterasse as características das residências sem autorização prévia da câmara municipal, ficando sujeitos a uma multa de 50\$000. Até o tamanho mínimo dos cômodos internos estava previsto: 36m³, com exceção de banheiros, despensas e corredores. É interessante notar que nesse código já havia a proibição de se construir próximo a áreas alagadiças ou nas encostas dos morros, devendo o proprietário preservar o mínimo de 3 metros de distanciamento de seu talude, também sob pena de multa, conforme vemos no artigo 13, preocupação que vinha desde os primeiros projetos de Júlio Koeler.

Havia também uma distinção, criada pela segmentação social presente desde os primeiros anos de surgimento de Petrópolis, no que diz respeito as áreas que deveriam ou não ser pavimentadas,

Art. 5. As vias públicas onde haja habitações ou casas sujeitas ao imposto predial, serão pela Câmara calçadas e conservadas, illuminadas, providas de sargetas e esgotos para as águas pluviaes, de registro d'agua para irrigação e extincção de incêndio.

Art. 6. As ruas ou estradas municipaes, cujas habitações ou casas não estejam sujeitas ao imposto predial, serão pela Câmara niveladas com barro, cobertas de cascalho ou saibro e providas do esgoto necessário; competindo aos proprietários ou moradores a conservação de taes estradas ou ruas, na fôrma e sob as penas do art. 57. (PETRÓPOLIS, 1900, p. 4)

Já o artigo 19 deixa clara a necessidade de se aprovar a fachada da av. 15 de novembro, que havia sido a rua do Imperador e onde se encontrava concentrado o comércio da cidade, conforme vimos no capítulo anterior.

Figura 20 - Código de posturas

⊖
operarios maior aluguel do que o que hene por esupriaado,
em compensação de cuja clausula ficarão isentos de pagar o
imposto predial pelo tempo que préviamente se determinar.

Art. 18. Não será concedida licença para edificação em ruas, estradas e caminhos abertos sem o consentimento da Camara dentro dos limites urbanos e suburbanos da cidade e dos povoados.

Art. 19. Nenhum predio na avenida Quinze de Novembro poderá ser construido ou reconstruido, sem ter pelo menos dois pavimentos e sem que o projecto da fachada mereça a approvação da Camara.

Fonte: PETRÓPOLIS, 1900

Os primeiros códigos de obras/posturas da cidade demonstram em seus artigos uma séria preocupação não só com o planejamento e a mobilidade urbana, como também com a manutenção e a harmonia das construções existentes. Provavelmente por dificuldades na fiscalização e punição, vários desses artigos não chegaram a ser cumpridos como deveriam.

Alguns anos após o estabelecimento dos primeiros germânicos com o objetivo de se implantar uma colônia agrícola, Petrópolis viu sua vocação econômica mudar para o ramo industrial. Apesar da existência de estabelecimentos menores, a primeira grande fábrica fundada na cidade foi a Companhia Petropolitana de Tecidos, do empresário Bernardo Caymari, no bairro de Cascatinha em 1873. Depois dessa, várias se seguiram, sendo o ramo têxtil o de maior abrangência na cidade.

No início do século XX Petrópolis era vista como uma cidade industrial, e esse patrimônio fabril está preservado em alguns complexos industriais tombados pelo IPHAN na

cidade. No começo da década de 1920 a cidade possuía uma população de aproximadamente 67 mil habitantes, onde a indústria empregava 3.438 pessoas, 23% da população economicamente ativa (ALCÂNTARA; OLIVEIRA, 2013), dados que demonstram a importância dessa atividade para a população. A partir de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a crise mundial que se estabeleceu, o setor industrial começou a sentir os primeiros abalos. A partir da década de 1960 a crise no setor têxtil se intensificou, pois o comércio à varejo restringiu suas compras e o atacado deixou de renovar estoques. A partir desse momento, as grandes indústrias têxteis começaram a abandonar a cidade, gerando uma forte crise econômica e causando uma estagnação geral nas atividades da cidade, fator que, segundo técnicos do IPHAN, acabaram contribuindo para a preservação do casario histórico de cidades com perfil semelhante ao que ocorreu em Petrópolis.

A excepcionalidade, nesses casos, estaria simplesmente no fato de sua estagnação econômica ter permitido sua preservação e evitado que seus acervos fossem substituídos, o que ocorreu com a maioria das cidades coloniais brasileiras após 1950, em especial nas quais a terra urbana passou a ter um elevado valor no mercado, dentro do modelo de desenvolvimento em curso à época e atualmente. De qualquer modo, para as cidades economicamente estagnadas, preservava-se a homogeneidade do conjunto urbano, enquanto sua população moradora perdia perspectivas e capacidade econômica para, inclusive, propiciar a manutenção adequada aos imóveis tombados (IPHAN, 2010, p. 9)

Esses dois fatores combinados: a criação planejada da cidade e a decadência econômica contribuíram para chegarmos na década de 1960, data do primeiro tombamento de conjunto, com ricos exemplares de edificações neoclássicas e ecléticas, ainda que alguns imóveis já tivessem sido demolidos a essa época. No entanto, caso o contexto econômico e social da cidade fosse outro, poderíamos ter perdido ainda mais exemplares dessa arquitetura original.

Outro fator que nos chama atenção é que da criação da cidade em 1846 até o surgimento das primeiras políticas de preservação passaram menos de 100 anos. Para sermos mais exatos, 93 anos separam o início do arrendamento do território até a criação do IPHAN. Esse recorte temporal também deve ser levado em conta quando refletimos sobre a preservação do patrimônio edificado da cidade, assim como sobre a importância das lutas que culminaram com seu tombamento.

2.2 Conceito de Patrimônio

Na verdade, falar em preservação pode ser considerado algo recente na história. O mais comum, até o século XVIII, era que em trocas de governo ou grandes mudanças históricas, os

vencedores juntassem seus esforços para destruir o legado dos vencidos e assim construir novos monumentos e culturas que apagassem qualquer rastro de memória do que havia algum tempo existido. Na época renascentista, por exemplo, foi feita toda uma campanha para que o período anterior, que chamamos de Idade Média, fosse caracterizado como Idade das Trevas e, dessa forma, boa parte de seu patrimônio arquitetônico foi destruído para dar espaço a novos estilos.

Segundo a autora François Choay, podemos situar o nascimento do conceito de monumento histórico por volta de 1420 em Roma, quando o Papa Martinho V restabelece a sede do papado no local, com o propósito de que ele seja reconstruído (CHOAY, 2014, p. 33). Por muitas vezes a missão de preservar o patrimônio ficou ligada à igreja e às motivações religiosas. Ao avançarmos pelo século XVI e XVII temos um aumento de interesse pelos monumentos clássicos, o que leva a elaboração dos primeiros mapeamentos e inventários.

Para além disso, o modelo das antiguidades clássicas inspira aos eruditos a abertura de um novo campo de recenseamento, o das antiguidades nacionais: monumentos antigos erguidos ou produzidos nos diferentes países europeus antes, e principalmente do romano. Diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento de semelhante interesse: antes de mais nada, o papel exemplar e o efeito estimulante das investigações levadas a cabo pelos territórios nacionais em busca de vestígios greco-romanos. Depois, o desejo de equipar a tradição cristã com um corpus de obras e de edifícios históricos análogo ao da tradição antiga (a Itália será a primeira a desenvolver os estudos paleocristãos). Por fim, conta-se ainda o desejo diferente de afirmar a originalidade e a excelência da civilização ocidental (...) (CHOAY, 2014, p.70)

No entanto, a grande mudança de consciência realmente começa a acontecer no século XVIII, quando a Revolução Francesa, mesmo defendendo novos ideais e tendo também seu momento de destruição de patrimônio durante a época do terror, opta por preservar boa parte do patrimônio arquitetônico do antigo regime e colocá-lo a serviço do povo. É desse momento histórico que começam a surgir os primeiros arquivos públicos e também os primeiros grandes museus abertos à população. Nesse sentido, não só a questão da preservação, mas principalmente a dos novos usos, passa a ser o cerne das ações de recuperação dos edifícios antigos. Nesse momento histórico foram reunidos os elementos necessários para o início de uma política de preservação propriamente dita, como criação de elementos jurídicos específicos, ampliação do conceito de monumento, além da prática de inventariação e administração voltada à conservação (CHOAY, 2014, p. 122-123).

Já durante o século XIX o conceito de patrimônio, preservação e restauro foram sendo ampliados. John Ruskin (1819-1900), Camillo Sitte (1843-1903) e Gustavo Giovannoni (1873-1947) foram os primeiros a conceituar o termo cidades históricas, por exemplo (LYRA, 2016,

p. 38). Ruskin, especificamente, defendia uma corrente contra o restauro, mas a favor da conservação, ou seja, segundo ele as ruínas e edifícios não deveriam ser reconstruídos, mas cuidados para que daquela forma como se encontravam servissem de espelho do tempo. Um outro nome de grande destaque desse período foi Viollet-le-Duc, segundo essa corrente de restauro o objetivo da restauração era restabelecer o que seria o aspecto original do monumento. “Para isso, tomava-se como base o conhecimento profundo não só do edifício em causa, mas também da tipologia arquitetônica a que ele pertencia, como revela a documentação das obras executadas no período” (LYRA, 2016, p. 62).

Com o passar dos anos e a ampliação no uso do patrimônio histórico, questões como restauração e novos usos passaram a ser cada vez mais importantes de serem debatidas. No século XX, por exemplo, houve grandes avanços na noção de restauro, algumas que permanecem até hoje. Cesare Brandi, um dos principais teóricos desse momento, trouxe conceitos fundamentais que auxiliaram a nortear algumas práticas de intervenção nos bens: distinguibilidade, retrabalhabilidade, mínima intervenção, compatibilidade técnica –, “voltados para uma responsável transmissão do bem, da melhor maneira possível, para as próximas gerações” (KÜHL, 2007, p. 210).

Deveriam, pois, ser analisadas as características da obra a serem respeitadas e conservadas, para, depois, definir funções e programas compatíveis com elas, e não o contrário, adaptar um dado edifício a um novo uso preestabelecido ou submetê-lo a transformações massificadas, na maioria das vezes em desacordo com suas particularidades, cuja implementação será feita em prejuízo do próprio monumento histórico (KÜHL, 2007, p. 204)

A partir do século XX e da reflexão desses teóricos, o restauro e os usos desses imóveis passou a ter um sentido crítico, onde se faz necessário analisar a obra ou imóvel tanto do ponto de vista formal, quanto documental e material. Passou a ser defendido um respeito sobre seus momentos históricos e marcas do tempo, buscando um equilíbrio e tratando a intervenção no bem tombado como uma ciência, e não algo ao critério do gosto ou da corrente teórica do restaurador.

2.3 Início da prática no Brasil

Apesar de prática quase centenária no Brasil, a política de tombamento ainda soa para muitos como um assunto pouco conhecido, mesmo para gestores e proprietários. O início dos ideais de preservação do patrimônio material brasileiro começa na primeira metade do século

XX, fortalecendo-se com a ideia de nação brasileira, que passa a ser um item desenvolvido durante o governo de Getúlio Vargas, conforme vemos a seguir.

Após a entrada de Getúlio Vargas no poder, em 1930, iniciou-se uma fase de busca pela consolidação de uma ideia de nacionalidade brasileira, onde era necessário buscar elementos que representassem a nação e criassem uma ideia de pertencimento. A autora Isaura Botelho destaca que foi só a partir de 1930 que se implantou um sistema articulado em nível de governo federal, “quando novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais transformando o governo federal no principal responsável pelo setor” (BOTELHO, 2007, p.110).

Assim, diversos símbolos nacionais, em diferentes áreas culturais, foram criados ou reconhecidos. Havia uma vontade de buscar o que se entende por “autêntica tradição brasileira” (BARBALHO, 2007), já que esses símbolos, cerimônias e criação de costumes acabam por se tornar a grande força motriz que impulsiona o sentimento nacionalista que Vargas tanto queria estimular.

(...) a vida política, assim, tornou-se então cada vez mais ritualizada e preenchida com símbolos e apelos de publicidade explícitos e subliminares. Uma vez que as formas antigas – principalmente as religiosas - de assegurar subordinação, obediência e lealdade haviam se desgastado, a necessidade agora premente de algo para substituí-las foi resolvida pela invenção da tradição, usando ambos evocadores antigos e já experimentados de emoção, como a simbologia da coroa e da glória militar [...] (HOBSBAWM, 1989, p. 105)

Nessa época foram criadas diversas instituições até então inexistentes, como o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN.

Em relação ao patrimônio arquitetônico, a primeira lei de preservação foi aprovada em 1933, tornando a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais como monumento nacional. Em 1936 foi criada a Inspeção dos Monumentos Nacionais, com o objetivo de preservar os itens que eram naquele momento reconhecidos como monumento. Nesse mesmo ano Gustavo Capanema assume o Ministério de Educação e Saúde. Com grande preocupação sobre a questão da preservação dos patrimônios nacionais, ele solicita a Mário de Andrade um projeto de lei voltado para esse assunto. Com base no texto produzido, Capanema decide criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que viria a ser dirigido durante 30 anos pelo advogado, jornalista e escritor Rodrigo Mello Franco de Andrade. O projeto foi aprovado

pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que até hoje é usado como ponto de partida para as questões de preservação, restauro e tombamento (IPHAN, 1997, p.3).

Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais. Outras iniciativas federais do período são a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em julho de 1938 foi criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, composto por sete membros (CALABRE, 2019, p. 2).

Esses primeiros 30 anos do órgão, também conhecidos como fase heroica, foram essenciais para a definição de que itens deveriam ser considerados dignos de preservação. No Brasil desse período vivíamos ainda uma predominância do movimento modernista, e suas diretrizes foram justamente o que guiaram as primeiras escolhas relativas à preservação, já que os dirigentes do SPHAN estavam muito mais ligados às artes plásticas do que à arquitetura e restauro (LYRA, 2016). Os estilos colonial e barroco foram considerados os verdadeiros símbolos da arquitetura nacional, enquanto o eclético ficou totalmente de fora desses primeiros tombamentos, o que levou a perda de diversos imóveis que não correspondiam a essa visão modernista.

Os arquitetos da “fase heroica” caracterizavam-se pela identificação com o Modernismo racionalista europeu, o que explica o emprego de uma metodologia originária do funcionalismo. Eram modernistas no pensamento e na postura, cultuavam a pureza formal do racionalismo funcionalista e repudiavam o ecletismo pela utilização do ornato. Afinados com os dogmas do Modernismo e com o ideário nacionalista, viam na singeleza da arquitetura colonial a expressão do patrimônio genuinamente nacional, relegando a segundo plano a produção eclética do fim do Império e do início da República (LYRA, 2016, p. 61).

Além da busca por edificações que fizessem parte dos estilos arquitetônicos mencionados, os primeiros critérios para a escolha de bens tombados, principalmente na questão de tombamento de conjunto urbano-paisagístico, foram a monumentalidade, homogeneidade e excepcionalidade, que com o tempo acabaram sendo “confrontados com uma realidade completamente diferente, demonstrando-se, muitas vezes, inadequados para a atribuição de valores culturais aos atuais espaços urbanos” (IPHAN, 2010, p. 7).

2.4 Trajetória do tombamento em Petrópolis

Em Petrópolis, os primeiros tombamentos foram individuais, envolvendo os imóveis ligados a grandes feitos da nação, e não diretamente relacionados às diretrizes de questões

estilísticas, uma vez que a cidade não possuía elementos puramente barrocos ou coloniais, visto ser uma cidade planejada e criada já no século XIX.

Ainda assim, podemos considerar que a cidade teve grande visibilidade na questão das primeiras políticas de preservação do SPHAN, o que se deve em boa parte pela presença não só do próprio Getúlio Vargas na cidade, como também da relação de outros nomes de relevo nessa trajetória, como o arquiteto Alcides da Rocha Miranda.

Veranejar em Petrópolis era uma tradição não só do Império como também se manteve na República Velha, principalmente a partir de 1896, quando o Palácio Rio Negro foi adquirido pelo governo do estado. Durante o século XX diversos presidentes mantiveram essa prática, mas foi Getúlio Vargas quem mais estreitou essa relação com a cidade de Petrópolis. Sua primeira visita na região se deu em 16 de março de 1931, vindo depois em todos os anos de governo.

Durante os dias que passava na serra, não se limitava a descansar no palácio presidencial. Muito à exemplo das próprias atitudes de D. Pedro II, Getúlio gostava de andar pela cidade, conversar com as crianças e criar vínculos com a população.

Seu hábito de realizar caminhadas pelas ruas da cidade, prestigiar todos os acontecimentos importantes da mesma, bem como jogar “golf” na Fazenda Santo Antônio, em Itaipava, explica a estima que lhe dedicavam os petropolitanos. Presidiu a inauguração do centro de educação física do 1º BC, a inauguração da Creche do Itamarati e foi o orador oficial da solenidade de sepultamento dos despojos de Suas Majestades o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina, realizada a 5 de dezembro de 1939, na Catedral São Pedro de Alcântara. (ALVES NETTO, 2000)

Importantes decretos foram assinados por ele enquanto veraneava na cidade, como o que criou o Ministério da Aeronáutica, e o que dispôs sobre a criação da Base Aérea de Natal, na 2ª Guerra Mundial. Quando ocorre seu suicídio em 1954, houve grande comoção na cidade, com paralisação da indústria e do comércio, passeatas e queimas de faixas de partidos rivais (ALVES NETTO, 2000).

Uma de suas maiores contribuições para Petrópolis foi a criação do Museu Imperial. Na verdade, o primeiro item a ser tombado na cidade foi justamente o Palácio Imperial, em 1938. O Palácio começou a ser construído em 1845 e finalizado em 1862. É um edifício de estilo neoclássico, criado para servir como residência de veraneio do Imperador D. Pedro II. Seu projeto original foi elaborado pelo próprio Koeler e, após seu falecimento, foi modificado por Cristóforo Bonini, com paisagismo de Jean Baptiste Binot, recebendo também contribuições de colonos e demais profissionais que marcaram a trajetória do palácio (LACOMBE, 2007, p.35).

O imóvel, quando da época do seu tombamento, encontrava-se com a fachada e jardins preservados, mas com vários elementos do interior bastante modificados, já que desde o exílio imposto à família imperial pela proclamação da República, o local havia abrigado duas escolas: primeiro o colégio Notre Dame de Sion (1893-1908), para meninas, e posteriormente o São Vicente de Paula (1909-1939), para meninos. Por ter sido um imóvel construído com o dinheiro pessoal do imperador, essa foi uma das poucas propriedades que continuaram em posse da família após 1889, tendo sido arrendado para os colégios pela própria princesa Isabel. Esses dois estabelecimentos de ensino foram responsáveis pela demolição de diversas paredes no interior do imóvel, com o objetivo de ampliar os ambientes e torná-los mais adequados ao formato de salas de aula, fato que não conseguimos saber se teve ou não aprovação do projeto pela princesa, uma vez que o contrato de aluguel determinava que as freiras deveriam entregar o imóvel no mesmo estado em que o receberam (MUSEU IMPERIAL, 1995, p.72).

Em 1940 Getúlio Vargas compra o imóvel e funda, com Alcindo Sodré, o Museu Imperial. Alcindo de Azevedo Sodré havia sido aluno do Colégio São Vicente de Paulo, e é considerado o primeiro a idealizar a transformação do colégio em um museu, mas essa ideia já havia sido pensada por Oswaldo Cruz, na época em que foi prefeito de Petrópolis. O fato dessa sugestão estar afinada com os propósitos nacionalistas de Vargas, convergiu para sua concretização. Assim, o Decreto-Lei nº 2.096 de 29 de março de 1940 criou o Museu Imperial, que foi inaugurado em 16 de março de 1943. Apesar do tombamento já ter sido realizado, nessa época foi construída uma varanda na ala direita, para simular a perfeição do estilo neoclássico, que previa o equilíbrio das formas. Essa prática estava afinada ainda com as teorias de restauro do século XIX, como o pensamento de Viollet-le-Duc, mas já não era mais praticada na Europa na década de 1940. Além disso, no mesmo ano de criação do museu, foi autorizada a mudança da cor da fachada, passando a ser o rosa Grão-Pará, cor inventada por um dos filhos da princesa Isabel e que iria marcar todos os imóveis ligados à família imperial, com o objetivo puramente turístico (FREITAS, 2021).

Seguindo a mesma lógica, em 1939 foi tombada a casa da princesa Isabel, localizada na Av. Koeler. Também em neoclássico, essa residência, ao contrário do Palácio Imperial, continuou em posse privada da família Orleans e Bragança até os dias atuais. Já as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela política de preservação ligada às fazendas históricas, como a do Padre Correia, a Samambaia e a de Santo Antônio. Em 1952, foi a vez da casa que pertenceu a Santos Dumont, assim como todo o seu acervo, receber a inscrição no Livro do Tombo. A casa que havia pertencido ao pai da aviação foi doada para a prefeitura de Petrópolis com o compromisso de transformar o espaço em um museu aberto à visitação.

É relevante notar que, apesar dos tombamentos individuais ocorridos entre a década de 1930 e 1950, um importante imóvel ficou de fora das políticas de preservação e acabou por ser demolido. A casa de número 12 da antiga Rua D. Januária, atualmente Rua Marechal Deodoro, era considerada a primeira residência da cidade, já que consistia justamente na sede da fazenda do Córrego Seco, um complexo importante que serviu como pouso e refúgio para as tropas, com armazéns e ranchos. Esse fato, por si só, já deveria ter chamado a atenção para a necessidade de manutenção do imóvel. Em 1941 o último proprietário, Berardino da Rocha Prista, entrou com o pedido de demolição completa do prédio, que é prontamente autorizado pela prefeitura. Atualmente o terreno da antiga sede da fazenda abriga um prédio e poucos arquivos existem sobre aquela que deveria ter sido a primeira casa tombada pelas instituições de preservação.

Figura 21 - Hotel Inglês (antigo Mac Dowell), 1865, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/2387>

2.5 O tombamento de conjunto

Petrópolis figura entre os 94 conjuntos urbanos protegidos pelo IPHAN. A prática de tombar uma área mais extensa do que um único bem começou a partir de 1938, com a primeira cidade preservada em conjunto, que foi Ouro Preto em Minas Gerais. Em 1958 o órgão tombou o conjunto histórico urbanístico e paisagístico de Vassouras. Ao longo das décadas o número

de conjuntos urbanos tombados foi aumentando expressivamente. O tombamento de conjunto é definido pelo IPHAN como

“uma série imóveis, que podem estar dispostos no território de forma contínua ou descontínua, mas que “compartilham da mesma argumentação para a proteção, argumentação esta relacionada à totalidade dos bens ou ao espaço onde estão inseridos, e não aos bens individualmente” (IPHAN, 2010, p. 15).

Nos primeiros anos da prática de tombamento de conjunto o critério era fortemente delimitado pela questão estética, da uniformidade estilística da área, fato que vai se modificar com o tempo.

Os tombamentos de conjunto em Petrópolis começaram na década de 1960, com o tombamento da Avenida Koeler, sendo ampliado em 1980 e estendido em 1982. A motivação começou devido a ameaça direta a integridade do imóvel nº 260, atualmente chamado também de Palácio Sérgio Fadel e que hoje abriga a Prefeitura da cidade. O edifício em questão, datado de 1872, é uma casa em estilo neoclássico que havia pertencido a Joaquim Antônio de Araújo e Silva, o Barão do Catete, médico e empresário brasileiro. O imóvel chegou a servir como casa de veraneio ao presidente Campos Sales e Rodrigues Alves. Abrigou o Colégio São José e o Colégio Pinto Ferreira, instituições também tradicionais na cidade. Com a valorização imobiliária dos terrenos da rua Koeler, um empresário da cidade, resolveu comprar o prédio em 1958 para demolir. Preocupado com o perigo de perda iminente de um ícone arquitetônico da cidade, Lourenço Lacombe, que era na época era presidente do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), pediu ao IPHAN que realizasse o tombamento do bem, assim como toda a extensão da rua e da Praça Princesa Isabel.

Existe nessa cidade, à av. Koeler, nº 260, um palacete de linhas sóbrias, construído em centro de amplo terreno, onde se instalou, desde alguns anos, o conhecido colégio São José. Recentemente adquirido o imóvel pelo negociante Eduardo Simão, não tardará este, segundo corre com insistência na cidade, a demolir o solar para erguer no local um conjunto de blocos de apartamentos, imitando a obra iconoclasta realizada, não há muito na velha propriedade conhecida como da baronesa de São Joaquim. (...)

Todo esse conjunto de residências isoladas está sob ameaças, no dia em que o primeiro proprietário resolver transformar seu prazo de terra em fonte de lucro (...) (Processo IPHAN n.º 662-T-62, v. I, p. 2).

Figura 22 - Palacete do Barão do Catete, 1870, Revert Klumb



Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/2405>

Figura 23 - Atual sede da Prefeitura de Petrópolis



Fonte: <http://www.visitepetropolis.com/o-que-fazer/perfil/palacio-sergio-fadel-prefeitura-de-petropolis/>

No entanto, essa empreitada não foi tão simples ou de fácil convencimento pelo IPHAN, suscitando a inúmeras discussões e questionamentos, conforme conseguimos acompanhar pela documentação original do processo de tombamento, decida pela instituição. Paulo Thedim

Barreto, por exemplo, arquiteto e técnico do órgão na época, foi contra o tombamento desse imóvel, segundo ele por não possuir as características necessárias para tal de acordo com o decreto de 1937 (DAMIANO, 2020, p. 40). No entanto, ele sugere a inclusão do tombamento da praça D. Pedro II, av. Sete de Setembro, praça Visconde de Mauá, av. Tiradentes, rua Raul de Leoni, av. Ipiranga, rua São Pedro de Alcântara, praça Princesa Isabel, praça Rui Barbosa, rua Barão do Amazonas e rua Roberto Silveira (Processo IPHAN n.º 662-T-62, v. I, p. 228), locais que só serão contemplados na ampliação do tombamento, em 1982.

Após uma grande luta e mobilização social, que envolveu não só o IHP, como também a APANDE e a sociedade civil, em 1964 a cidade conquistou o tombamento da Rua Koeler.

Percebe-se que a extensão do tombamento de Petrópolis foi singular em vários aspectos, desde a forte participação popular durante todo o processo, à integração do IPHAN com outras instituições, no sentido de articular as políticas de preservação do Patrimônio Cultural o Planejamento Urbano. O tombamento conseguiu pôr em prática a ampliação do conceito de patrimônio, ao incluir, da população e, conseqüentemente, do patrimônio cultural brasileiro. (DAMIANO, 2020, p. 79)

Na década de 1970 já se via a necessidade da extensão do tombamento, uma vez que cada vez mais prédios de gabarito alto, ou seja, altura maior que a permitida pela legislação, estavam com a construção sendo aprovada pela prefeitura, conforme consta nos documentos do processo de tombamento. Dessa maneira, a própria população começa a pedir inclusão de mais exemplares arquitetônicos nas políticas de preservação, buscando, inclusive, a ampliação dos estilos e identidades a serem tombadas, conforme veremos em nosso próximo tópico (Processo IPHAN n.º 662-T-62).

Figura 24 - Carta de Francisco Antônio Doria a Marcio Tavares do Amaral (1979)

A) Visão limitada do que seja patrimônio. Para eles, patrimônio são casas bonitas, apenas; casas de luxo. Em termos de Petrópolis, os arredores do Museu Imperial. No entanto sabemos que muito da arquitetura típica trazida pelos colonos da Renânia para Petrópolis está nos bairros "feios". A coisa é mais um problema de posturas municipais, e de fiscalização, que de zoneamento. E os bairros "feios", os bairros da classe média local, podem ser destruídos com esta nova lei.

Fonte: (Processo IPHAN n.º 662-T-62, v. I)

Assim, a primeira ampliação do tombamento, de 14 de janeiro de 1982, incluiu no conjunto urbano paisagístico toda a extensão da rua Ipiranga, trazendo alguns destaques, como

a casa que pertenceu à família Tavares Guerra e também abrangeu as áreas de preservação para mais além da Vila Imperial, contemplando até mesmo a bacia hidrográfica e regiões até então consideradas menos nobres, como alguns imóveis na Rua Washington Luís, Paulino Afonso, entre outras.

Praça Princesa Isabel; Igreja Catedral; Avenida Ipiranga, em toda a sua extensão, com especial referência à casa de n.º 716, pertencente à Família Guerra, que tem o seu jardim desenhado por Glaziou e o terreno em frente à mesma casa com jardins e parques que se constituem em importante reserva florestal; Avenida Tiradentes, em toda a sua extensão; Avenida 7 de Setembro, em toda a sua extensão; Rua São Pedro de Alcântara, em toda a sua extensão; Rua Raul de Leone, em toda a sua extensão; Praça Visconde de Mauá, inclusive o prédio da Prefeitura Municipal; Casa vizinha ao n.º 376 da Avenida Koeler, que, embora situada à entrada da Rua Roberto Silveira, incorpora-se à Praça Rui Barbosa ao lado que dá acesso à citada Avenida Koeler; Praça Rui Barbosa, inclusive a residência da Família Franklin Sampaio; Rua Barão de Amazonas, em toda a sua extensão; Rua do Encanto, em toda a sua extensão; Rua Monsenhor Bacelar, em toda a sua extensão, inclusive o Asilo dos Desvalidos; Avenida Piabanha (Presidente Kennedy), em toda a sua extensão, desde a esquina da Rua Mosela até a Praça de Koblenz, inclusive e especialmente a casa de n.º 148, antiga residência do Visconde de Mauá, com os respectivos parques e jardins. (Processo IPHAN n.º 662-T-62, v. I, p. 211-215).

2.6 O Projeto Petrópolis e a ampliação no conceito de patrimônio

O conceito de tombamento de conjunto alargou-se, fato ligado a própria ampliação do conceito de patrimônio que se expandiu com o tempo, e passou a ser praticado pelos órgãos de preservação, indo para além da questão de grandes feitos ou de estilos específicos e começando a valorizar modos de vida de uma população. “Era, assim, dentro do conceito de ‘arquitetura popular’, de ‘ambiência’, de ‘traçado urbanístico’, que o IPHAN ia construindo um conceito mais abrangente de patrimônio cultural, em que a ideia de coletivo era priorizada ante à do individual, do factual” (RIBEIRO, 2012, p. 239).

Desde a década de 1970 a sociedade civil organizava-se contra o crescimento urbano desordenado e a destruição de imóveis e bairros tradicionais que vinha ocorrendo como consequência da política governamental de incentivo à indústria da construção civil. As associações de moradores reivindicaram, além da preservação de imóveis e de áreas urbanas, mais “transparência” nas ações do governo. (...) Já não era mais possível empregar os critérios de preservação dos sítios históricos predominantes na Instituição nos primeiros anos de sua atuação, quando as pressões de crescimento não eram tão grandes e se valorizava a uniformidade estilística dos imóveis de conjuntos urbanos de características coloniais e considerados excepcionais. Passou a ser necessário valorizar também outros aspectos da

forma urbana e construir uma ampliação conceitual que os abarcasse. (MOTTA, 2012, p. 249-250)

Essas novas reflexões influenciaram na etapa de ampliação das áreas tombadas em Petrópolis, com uma movimentação popular em torno da preocupação com a história da cidade. “O movimento dos moradores motivou um anteprojeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, em 1978, visando ao tombamento de todo o município de Petrópolis, incluindo o seu patrimônio cultural e natural” (MOTTA, 2012, p. 250). Como não era possível se tomar algo através de uma lei, sendo necessários diversos procedimentos administrativos, foram necessários mais alguns anos até que as áreas preservadas pudessem ser ampliadas.

Dessa forma surgiu o Projeto Petrópolis, em 1980, que seria concluído em 1982. Ele tinha como objetivo realizar um novo zoneamento da cidade, com elaboração de um código de obras atualizado (Processo IPHAN n.º 662-T-62, anexo I, p. 10). Foram pedidos levantamentos em diferentes níveis, contemplando a parte arquitetônica, mas também histórica, urbanística e socioeconômica, dando base a criação de um dossiê que viria a nortear as novas áreas a serem preservadas. A responsabilidade técnica do projeto ficou a cargo da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), com apoio técnico do IPHAN, INEPAC, IBDF e FEEMA.

A FUNDREM realizou um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e com a Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Petrópolis. O projeto contou também com uma ampla equipe multidisciplinar, incluindo também membros da sociedade civil, com uma comissão consultiva composta pelo Instituto Histórico de Petrópolis, Universidade Católica de Petrópolis, APANDE, Sindicato da Construção Civil, Museu Imperial, Associação dos profissionais de engenharia e arquitetura, Conselho de Cultura e pelo Clube dos Diretores Lojistas.

Apesar da rápida aprovação por Bianor Esteves, na época prefeito de Petrópolis, e da grande participação popular, alguns setores da sociedade, que nos jornais se intitularam como a classe dos produtores, atacaram as medidas preservacionistas, acusando o parecer técnico de não contemplar a previsão de crescimento urbano e a possibilidade de expansão da cidade. Essa classe de produtores tinha como porta voz, justamente, o Sindicato da Construção Civil (Processo IPHAN n.º 662-T-62, v. I).

Figura 25 - notícia sobre o processo de tombamento em Petrópolis

Caso Inédito

Pelo ineditismo do fato como pelos resultados já obtidos, merece toda a atenção o que está acontecendo no Município de Petrópolis, salvo da bancarrota por uma extraordinária entrada em cena da iniciativa privada.

Em março deste ano, quando a Câmara Municipal casou o mandato do Prefeito Jamil Sabrá, a Prefeitura local devia Cr\$ 700 milhões para um orçamento anual de Cr\$ 600 milhões, e o funcionalismo não recebia há cinco meses. A cidade e o Município, patrimônios inestimáveis da geografia fluminense, estavam inviabilizados economicamente.

O novo Prefeito colocou, como condição para assumir, a necessidade de apoio da iniciativa privada. Esta respondeu ao apelo e preencheu 10 das 13 Secretarias locais. Em consequência disso, a Prefeitura está fechando o ano com suas contas em dia, pagando o 13º ao seu funcionalismo, que recebeu dois aumentos substanciais sem que tivesse sido preciso aumentar impostos.

A competência administrativa evidenciada pelo novo Secretariado terá tido, certamente, a sua parte neste "milagre", o bom senso e a eficiência substituindo o aleatório até então vigente. Mas essa eficiência administrativa encontrou a sua contrapartida na população que, confiando novamente nos seus administradores, acorreu para pagar as suas dívidas com a Prefeitura — com o que esta pôde sanar o seu déficit sem recorrer a novas tributações.

O "milagre" petropolitano não é, afinal, tão sobrenatural assim. Apenas, ocorreu ali o que seria natural e desejável que ocorresse em outras partes. Isto é, deu-se a necessária e até indispensável fusão entre o interesse público e o interesse da comunidade.

Em Petrópolis, esta coincidência de interesses foi particularmente viabilizada pelas proporções da cidade (no Rio de Janeiro, em contrapartida, há várias cidades em uma). Mas de uma maneira ou de outra, o que aconteceu ali é modelo para o que deveria ocorrer com mais freqüência. A vida urbana moderna, com a sua complexidade característica, não admite mais que governantes e governados marchem cada um para o seu próprio lado, pelos seus próprios caminhos.

As dificuldades econômicas também não permitem que haja essa dissociação. Em Petrópolis, no momento em que foi restabelecida a confiança mútua entre Governo e comunidade, esta acorreu a cumprir a sua parte. Não teria ocorrido se se sentisse dispensável, irrelevante, ou se achasse que a sua boa vontade e os seus recursos iam ser malbaratados.

Apoisada nesta harmonia que ali se estabelece pela primeira vez, Petrópolis tem condições de enfrentar o seu presente e o seu futuro: de planejar o crescimento da uma cidade que também urbanisticamente se ia inviabilizando.

A admirável atmosfera da Petrópolis de há algumas décadas, que caracterizava sobretudo o centro urbano, já foi duramente atingida. Mas ainda há muito o que preservar — um patrimônio quase único em termos brasileiros. Não se trata de aderir ao conservadorismo tacanho; mas de ter bom senso e sensibilidade para perceber que, em muitas ruas estreitas de Petrópolis, edifícios de 10 andares não têm o que fazer. A cidade tem de descobrir novos espaços — que não faltam — para que o novo não destrua o antigo. Se o fizer, estará dando um outro exemplo a um país que apenas começa a aprender a conviver com os seus valores culturais.

Fonte: IPHAN, 1962

Um dos aspectos interessantes do Projeto Petrópolis foi a realização de uma consulta à população dos seis distritos da cidade, onde ficou claro que a maioria era favorável a uma política preservacionista, com a preservação sendo entendida,

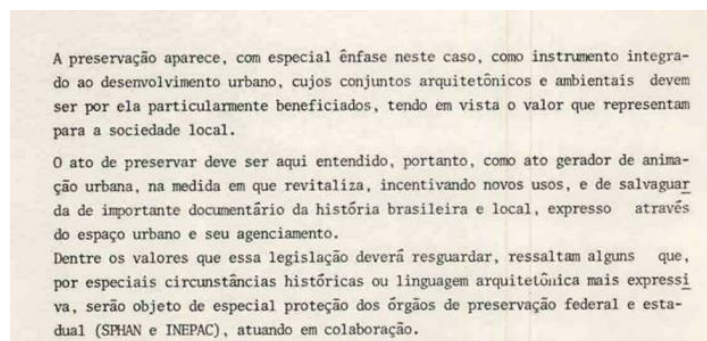
(...) não no sentido de cristalização da cidade, mas como meio de conciliar a salvaguarda, a proteção de sua cultura, sua história, sua reserva natural e seu desenvolvimento. Assim, o homem petropolitano, personagem principal desfrutará uma melhor qualidade de vida, integração com seu meio e sua comunidade. (Processo IPHAN n.º 662-T-62, anexo I, p.11)

Foram realizadas 942 entrevistas, entre 22 setores da cidade. Segundo o documento final do Projeto, a população pesquisada foi selecionada através de processo simples de amostragem aleatória e os trabalhos de campo foram realizados por uma equipe de pesquisadores selecionados e treinados, que tiveram acesso a um formulário preestabelecido. A primeira parte do formulário era direcionada a perguntas voltadas para escolha de partidos políticos e preferências por prefeitos da cidade, sendo a última parte dedicada às questões de preservação do patrimônio (IPHAN, 1962, p. 6 anexo II). No item relacionado à preservação da memória e das tradições da cidade, 90,4% mostraram-se favoráveis, com a maioria das respostas se

justificando nos fatos de que a cidade é turística, histórica e representa um patrimônio histórico. Os 9,6% que se declararam contra a preservação usaram do argumento de que isso iria atrapalhar o progresso da cidade e que não havia utilidade para a manutenção da memória e da história.

Uma outra questão que foi levantada durante esse novo processo de preservação, foi o reconhecimento de que Petrópolis possuía uma característica especial, que além de ter um grande patrimônio a ser preservado, também era uma cidade viva, em caminho de um desenvolvimento social e urbano. Esse aspecto fica evidente dos relatórios, conforme vemos nesse parecer da arquiteta Dora Alcântara, uma das pessoas fundamentais nessa etapa da preservação, não só de Petrópolis, como de todos os lugares onde atuou. Dora assumiu a Coordenadoria de Proteção do Iphan em 1987, e a Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais, entre 1987 e 1991 (COSTA; MORGADO, 2022).

Figura 26 - Parecer de Dora Alcântara, 25 de junho de 1981, Projeto Petrópolis



Fonte: Processo IPHAN n.º 662-T-62, Volume I, p.289

Esse aspecto vivo da cidade é ressaltado em outras partes do processo, como o parecer de Alcides da Rocha Miranda, presente no volume I- A do mesmo documento. Além de reiterar a questão de que Petrópolis está em constante desenvolvimento, e por isso uma necessidade de um olhar especial para a questão da preservação, ele também destaca a questão das diferentes “raízes e sincretismos” que fazem parte do desenvolvimento urbano e fundação da cidade. (Processo IPHAN n.º 662-T-62, Volume I, p. 75).

Essa valorização de diferentes raízes e sincretismos estava de acordo com as modificações pelas quais o conceito de patrimônio passou ao longo do século XX, ampliando-se consideravelmente. Uma das questões mais notáveis foi o reconhecimento do patrimônio imaterial, abrindo um campo para a valorização de diversas manifestações culturais brasileiras.

Essa ampliação do conceito de patrimônio foi incluída na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, que substituiu o termo Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural,

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, [20-]).

Essa perspectiva acabou por espelhar-se no patrimônio físico, pois começou-se a valorizar diferentes técnicas construtivas e formas de morar para além da elite, passando a incluir habitações populares, diferentes tipos de casas, assim como a história de seus ocupantes.

Estas mudanças de abordagem foram sendo, paulatinamente, incorporadas nos documentos internacionais dedicados à proteção patrimonial com o objetivo de integrar e ampliar os sistemas de identificação, a atribuição de valor, conservação e a preservação de bens e expressões culturais, o que certamente possibilitou novas formas de reconhecimento e de salvaguarda do patrimônio cultural. Mas para além disso, essas transformações também subverteram e modificaram o olhar sobre todos os bens acautelados e protegidos desde o início do século XIX, possibilitando a identificação de novas narrativas e outros vetores culturais de significância. (FABRINO; DUARTE, 2022, p. 3)

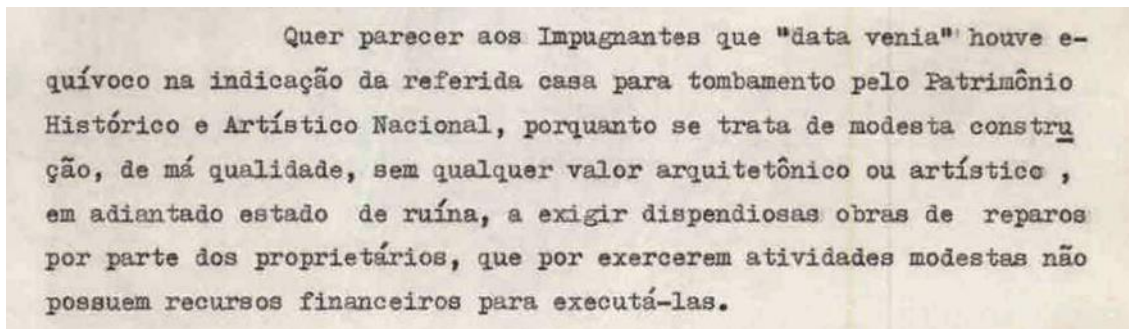
No Projeto Petrópolis, essa nova abordagem ficou clara no pedido de tombamento da casa da colona alemã Ana Mayworm, localizada na rua José Mayworm, n.º 1377, no bairro chamado Quarteirão Brasileiro. A casa representa um modo de construção típico dos colonos que se estabeleceram em Petrópolis na época de sua fundação e teve o pedido de tombamento feito em 1981. As autoras Daniella Martins Costa e Daniela Quireza Campos Morgado discorrem sobre essa mudança de perspectiva em seu artigo *Vernácula e de contexto: Contribuições de Dora Alcântara para um estudo tipológico em Petrópolis*.

Com a preservação dos exemplares arquitetônicos de excepcional valor já assegurada, o olhar se voltou para a arquitetura de menor escala e preservada em conjunto. Este reconhecimento veio acompanhado de uma reinterpretação do vocábulo nobre e de sua assimilação por nossa arquitetura, no século 20, que revelou arquiteturas de dimensões mais modestas, algumas com alpendres avarandados, outras com um avanço no telhado formando um triângulo no alto da empena; pequenos chalés existem por toda parte, na

Mosela, Quarteirão Ingelheim, Alto da Serra etc (COSTA; MORGADO, 2022).

Os proprietários tentaram impugnar o pedido de tombamento da casa de Ana Mayworm, utilizando como argumentos a justificativa de que a casa não tinha valor arquitetônico ou artístico, conforme vemos nesse extrato do processo.

Figura 27 - Documento de pedido de impugnação do tombamento da casa Ana Mayworm



Quer parecer aos Impugnantes que "data venia" houve equívoco na indicação da referida casa para tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porquanto se trata de modesta construção, de má qualidade, sem qualquer valor arquitetônico ou artístico, em adiantado estado de ruína, a exigir dispendiosas obras de reparos por parte dos proprietários, que por exercerem atividades modestas não possuem recursos financeiros para executá-las.

Fonte: Processo IPHAN n.º 662-T-62, Volume I - A, p.134

Essa tentativa de argumentação por parte dos proprietários do imóvel foi prontamente rebatida pelo parecer de Dora Alcantara, que destacou que, justamente pelo seu caráter de exemplar de construção dos colonos alemães, o imóvel teria sim elevado valor histórico e arquitetônico, uma vez que esse aspecto não está necessariamente ligado às casas da elite, mas a todas as formas de morar que sejam significativas para a construção da cidade, de sua trajetória. Em 21 de agosto de 1981 foi comunicado aos proprietários que a impugnação foi rejeitada e que iria se processar o tombamento (Processo IPHAN n.º 662-T-62, Volume I).

Figura 28 - casa de Ana Mayworm



Fonte: <https://www.facebook.com/petropolisalema/photos/a.389696837736657/569255723114100/?type=3>

Figura 29 - Casa de Ana Mayworm (2021)



Fonte: Tribuna de Petrópolis

Apesar da decisão tomada pelo Iphan em 1981, os proprietários não se conformaram. Ainda que tenha sido feito um escoramento do telhado pelo órgão no ano 2000, sem a continuidade dos restauros necessários, o imóvel encontra-se atualmente em um estado de conservação crítico, com risco de colapso. Em 2007, foi instaurado um inquérito civil público no MPF, com o objetivo de acompanhar a restauração do imóvel, que até o presente momento não aconteceu. (MPF VAI À JUSTIÇA... 2022)

2.7 Preservação para além do IPHAN

Um outro órgão que tem relevante atuação em Petrópolis, e participou ativamente do Projeto Petrópolis, é o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). A história do INEPAC se relaciona diretamente com a formação do Estado da Guanabara. Inicialmente o então governador Carlos Lacerda fundou em 1964 a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA), vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico da Guanabara o conjunto dos bens móveis e imóveis, públicos e particulares, existentes no Estado, inclusive os monumentos naturais, os sítios e as paisagens, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor folclórico, documental, artístico ou bibliográfico, quer pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.(INEPAC, [20–])

Com a fusão do estado da Guanabara com o do Rio de Janeiro, em 1974, foi necessário reestruturar os setores administrativos. Assim, a DPHA se transformou em INEPAC. A mudança de nomenclatura não foi só uma questão de governo, mas refletia também a ampliação de conceito de patrimônio que já mencionamos anteriormente. Dessa forma a estrutura do órgão também foi modificada, sendo criadas três divisões: a de Folclore, que deveria identificar, recolher e divulgar as manifestações folclóricas do estado; a divisão de Pesquisa da Manifestação Cultural, responsável pela identificação e cadastro de diferentes aspectos de manifestações culturais, e a divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, responsável pela preservação dos bens culturais do estado (INEPAC, [20–]). O órgão estadual, apesar de ter as mesmas funções do IPHAN, teve maior abrangência sobre os tipos e estilos dos imóveis que seriam preservados. Os critérios para tombamento são distintos nos dois órgãos, o que amplia ainda mais as áreas preservadas. Enquanto o IPHAN teve, na maior parte dos casos, a preocupação mais ligada a questão do estilo arquitetônico, o INEPAC dá uma ênfase maior à preservação histórica,

Embora tenha havido um investimento grande do Inepac em dar atenção aos imóveis de arquitetura eclética, ou mais “simples”, na prática a ação do órgão estadual estava baseada em um compromisso estético-estilístico, pois os imóveis a serem tombados deveriam ser reconhecidos pelos cânones da arquitetura. Havia uma preocupação com tipologias e estilos distintos dos coloniais: Neste caso, a referência utilizada para a seleção dos imóveis era a do valor arquitetônico ligado à historiografia tradicional da arquitetura. Os imóveis foram valorizados pelas suas características estilísticas, desde que enquadrados na historiografia da arquitetura. Embora imóveis ecléticos e de arquitetura mais simples do que aqueles contemplados pelo Iphan, como as igrejas barrocas em todo o Brasil, havia um compromisso estético-estilístico, pois que fossem valorizados deveria ser reconhecidos pela historiografia. (MOTTA, 2000, p. 66-67 *apud* INEPAC, [20–])

Em Petrópolis o INEPAC tem sido responsável por atingir diversas as áreas de preservação arquitetônica não abrangidas pelo IPHAN, sendo que alguns imóveis têm o tombamento tanto no nível estadual e federal, o que ocorre quando há um sobretombo nacional sobre o estadual. Os tombamentos do INEPAC em Petrópolis se caracterizam por escolher residências e áreas ainda não abarcadas pelo tombamento nacional. Por exemplo, são bens tombados pelo INEPAC um conjunto de pontes, como a ponte entre a Rua Padre Siqueira e a Rua Alfredo Pachá, sobre o rio Palatinato, a ponte da Av. Presidente Kennedy, fronteira à Kopke, sobre o rio Piabanha e a ponte entre a Rua Carlos Gomes e a Rua Francisco Manuel, próxima à Rua Mosela, sobre o rio Piabanha.

O Edifício do Matadouro Municipal, um prédio datado de 1926, localizado na Av. Visconde de Rio Branco nº 2053, atualmente onde hoje funciona uma das unidades do Liceu Municipal também é tombado pelo órgão.

Importantes itens de arquitetura neoclássica ou eclética que haviam sido excluídos dos decretos nacionais foram incluídos nos tombamentos estaduais. Entre eles temos a casa do Barão de Oliveira Castro, na Rua Visconde de Souza Franco nº 590, imóvel de 1892 construído em estilo eclético por José Mendes de Oliveira Castro, primeiro barão de Oliveira Castro. Outro item de extrema importância é o edifício da Câmara Municipal, na Praça Visconde de Mauá nº 89, construído pelo camarista de Dom Pedro II, José Carlos Mayrink e vendido em 1891 para Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, conhecido como o negro mais bem sucedido da época do Império. Em 1894, o barão vende o prédio para o município, que tinha como objetivo transferir a sede da Câmara Municipal de Petrópolis para esse endereço, onde funciona até hoje.

Figura 30- Palácio do Barão de Guaraciaba/Câmara Municipal.



Fonte: <https://www.petropolis.rj.leg.br/institucional/historia/palacio-amarelo>

Outros itens de destaque preservados pelo órgão são a casa do Visconde de Ubá, atual sede da Reitoria da Universidade Católica de Petrópolis na Rua Benjamin Constant, nº 213, o prédio dos Correios e Telégrafos, na Rua do Imperador nº 350; o conjunto urbano-paisagístico da rua Nilo Peçanha, a agência do Banco do Brasil nº 940, na rua do Imperador entre outros. Esse último item, é um dos quais tem mobilizado a prefeitura e demais órgãos devido ao estado de abandono no qual vem sendo deixado o imóvel. O prédio foi construído em 1928 para sediar o Banco de Petrópolis, primeiro banco fundado em Petrópolis, passando em 1931 a pertencer ao Banco do Brasil (SILVEIRA FILHO, 2009).

Figura 31 - Antigo prédio do Banco do Brasil



Fonte: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/fachada-e-telhado-do-antigo-banco-do-brasil-se-deterioram-no-tempo/>

Paralelo a isso, em 1983, foi criado na cidade o Conselho de Tombamento, que reúne em si representantes tanto do IPHAN e INEPAC, quanto órgãos da prefeitura como a Secretaria de Obras e COMDEP, assim como representantes da sociedade civil. Segundo a sua lei de criação, Lei Municipal nº 4.182, de 05 de dezembro de 1983, o Conselho tem entre suas atribuições a capacidade de tomar bens, móveis e imóveis, devendo comunicar as suas resoluções sobre tombamento ao oficial de registro de imóveis, para as transcrições e averbações no IPHAN e INEPAC, deve também exercer em nível municipal as mesmas atribuições do IPHAN, formular diretrizes e normas ordenadoras e disciplinadoras da preservação e manutenção do patrimônio, ajuizar quanto à adequação do uso proposto para o bem tombado, além de opinar sobre projetos de conservação, reparação, restauração e realizar a fiscalização dos bens tombados. Suas reuniões ordinárias acontecem uma vez por mês. Esse conselho também é o responsável por dar a palavra final tanto sobre reformas e restaurações quanto na concessão dos 50% de desconto no IPTU dos imóveis tombados.

Ainda assim, o órgão municipal enfrenta alguns problemas para a execução de tão extensas tarefas, além de faltar mão de obra especializada, uma vez que os membros do conselho são voluntários não remunerados, são poucos os processos levados até ele, sendo mais comum que os pedidos de obra e restauro se restrinjam ao próprio órgão que tombou, ferindo as diretrizes municipais. Da mesma forma, o conselho pode notificar os proprietários sobre eventuais infrações, mas não possui por si só capacidade de punição. Desde 2021 tem sido feita uma reformulação de seu estatuto, mas ainda não foi homologado pela Prefeitura Municipal.

Dessa forma podemos observar que em termos de legislação a cidade conta com uma ampla abrangência de políticas de preservação, tendo uma articulação entre os níveis federal, estadual e municipal. No entanto, como já afirmamos anteriormente, o trabalho começa, mas não termina com o tombamento, ou seja, se apenas se inscrever o bem nos registros e livros do tomo sem haver em paralelo a isso uma campanha de preservação e manutenção, o que sobrarão serão ruínas. Como as ferramentas não envolvem as questões de propriedade dos bens, é preciso então que ao lado da parte jurídica seja feita uma larga e permanente campanha de conscientização sobre a importância histórica, arquitetônica e social do que se pretende preservar.

CAPÍTULO 3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Nesse capítulo trabalharemos com a conceituação de educação patrimonial, com o objetivo de trazer uma reflexão de como ela pode ser aplicada para ampliar a sensação de pertencimento e identidade de uma população com seus bens culturais, em específico os bens imóveis, que são o objeto dessa presente dissertação. Também abordaremos de que forma os materiais didáticos sobre Petrópolis vem trazendo esse tema para a população.

3.1 A consciência sobre o patrimônio

Como tratamos anteriormente, ao falarmos sobre os conceitos de patrimônio e o início da trajetória dos tombamentos em Petrópolis, existe uma clara questão de que a inscrição de um edifício, acervo, objeto ou bem imaterial no livro do tomo não encerra as necessidades de preservação, muito pelo contrário, é nesse momento que deve ter início o esforço conjugado as práticas para a conservação do item tombado. Não é uma missão fácil, pois envolve uma força tarefa para fiscalização e acompanhamento de inúmeros bens. Fica evidente que os órgãos de tombamento sozinhos não dão conta de suprir todos os processos ligados aos itens tombados, inclusive de fomentar aquela que pode ser a maior aliada para a manutenção desses bens: a educação patrimonial.

É muito comum ouvir, nos discursos dos profissionais envolvidos, que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, o que demonstra o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção. Quando estas ocorrem, isso se dá, frequentemente, desencadeado a partir da necessidade de enfrentamento de algum conflito entre a ação de

tombamento e as necessidades e expectativas dos moradores destes patrimônios (SCIFONI, 2015, p.197)

Para que a missão do tombamento se cumpra é preciso suporte tanto do poder público quanto da população, afinal, por que estamos fazendo esse movimento em prol da preservação de determinado bem? É preciso que haja um sentido partilhado, uma consciência coletiva. Para auxiliar nessa etapa, temos a educação patrimonial, que, mais do que um processo educativo de cima para baixo, deve ser vista como uma abertura de consciência sobre a importância da preservação, tanto do ponto de vista físico do imóvel preservado propriamente dito, como também sobre a história e os processos sociais que estão no entorno dessas motivações.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.4)

O importante nesse ponto consiste em transformar a população em parceira desse processo de preservação, de maneira participativa e atuante, para que ela não só sinta a necessidade de fiscalizar e cobrar os órgãos como principalmente compreenda que muitas vezes o desenvolvimento geral de sua localidade, e conseqüentemente de sua própria vida, pode estar atrelado à sobrevivência de um certo conjunto de bens históricos.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

A ideia de ser necessária uma prática educativa associada aos processos de preservação não é um tema novo, apesar do termo educação patrimonial ser relativamente recente. Desde a criação do SPHAN, em 1937, era mencionada a necessidade de envolver a população, por intermédio das práticas educativas, nas políticas de conservação.

Só pelo conhecimento direto e não apenas ligeiro dessas obras do passado nacional, criadas com tamanho esforço e, às vezes, em condições tão poucos favoráveis é que se aprende a considerá-las no seu verdadeiro sentido.

Só do convívio com os monumentos e com sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o de apego às pessoas e às coisas familiares (PINHEIRO, 2006, p.10).

Apesar dessa preocupação inicial, durante as primeiras décadas do órgão não foi desenvolvida nenhuma política voltada diretamente para a integração da comunidade com os bens preservados. Foi somente durante a gestão de Aloísio Magalhães, na Fundação Pró Memória, que em 1979 passou a ter uma função de órgão operacional, associado ao SPHAN, onde Magalhães dirigia as duas instituições, que o tema começou a ser abordado de forma mais sistemática e profissional. Nesse momento a comunidade começou a ser vista como uma aliada na conservação do patrimônio. Durante a década seguinte o termo específico de Educação Patrimonial ganhou corpo, através de uma influência da museologia inglesa, que era denominada como *Heritage Education*.

No início da década de 1980, introduziu-se pela primeira vez no Brasil a expressão Educação Patrimonial, a partir de experiências na área de museologia que foram trazidas da Inglaterra e aplicadas aqui, nas quais se buscava o uso dos museus e dos monumentos históricos para finalidades educacionais. Surgida, assim, como um desdobramento no âmbito das práticas educativas dos museus, é preciso lembrar, como faz Chagas (2006), que a Educação Patrimonial já estava presente, embora sem tal denominação, como parte da ação cotidiana dos museus desde o século XIX. (SCIFONI, 2012, p.30)

Essa nova fase de abordagem da educação como forma integrada às práticas de conservação tem como seu marco um seminário ocorrido justamente em Petrópolis, no Museu Imperial, em 1983. Esse evento tinha como tema principal o uso educacional de museus e monumentos. O evento acabou por contribuir com a ideia de se publicar um guia voltado para esse tema. Assim, em 1999 foi publicado o *Guia básico de Educação Patrimonial*, sendo uma das autoras a própria diretora do Museu Imperial da época. Apesar de se constituir como um material de referência até hoje, o guia recebeu algumas críticas, como destaca a autora Simoni Scifoni (2015, p.195)

O problema é que o Guia atrelou uma determinada experiência de ação à própria definição deste campo de atuação e, ao ser difundido pelo país, multiplicando o seu uso, tem provocado mal estar constante entre os profissionais da área. Afinal, a Educação Patrimonial não é uma metodologia, nem é expressão de uma determinada metodologia, aquela que consta no Guia: esta é a crítica feita em geral e que foi apontada primeiramente por autores como Mauro Chagas (2006) e Denise Grispum (2000).

Dessa forma podemos observar que, apesar dos avanços no tema ao longo desses anos, ainda há um grande caminho a trilhar na busca por uma prática consciente e educativa relacionada à preservação dos bens históricos. Essa tomada de consciência sobre preservação e

patrimônio é uma prática e uma construção social e permanente, uma vez que, ainda que lideradas pelos órgãos responsáveis, a decisão do que se deve ou não preservar é coletiva, afetando toda uma comunidade. Desse modo, não adianta preservar algo sem vincular essa ação à difusão e comunicação a respeito do bem, pensando apenas que a letra da lei será suficiente para manter os monumentos de pé e as práticas comunitárias vivas.

Devemos considerar, ainda mais no caso de cidades históricas com grandes extensões de tombamento, como observamos em Petrópolis, que as novas gerações tendem a ver essa preservação como um engessamento e um obstáculo ao progresso. Por isso a grande importância na comunicação e na transmissão de conhecimento sobre os bens históricos, para envolver os jovens cada vez mais como indivíduos verdadeiramente engajados na preservação da memória do local, tirando o controle da mão de grupos restritos aos que trabalham diretamente com o tema e aos órgãos de tombamento e levando esse poder para a população em geral. A comunicação mencionada tem a capacidade de fortalecer os vínculos e ampliar o afeto da população com sua própria história. O sucesso da preservação depende da capacidade da população de se integrar nesse ideal, já que a valorização de algo só ocorre quando desenvolvemos uma sensação legítima de pertencimento.

O sentimento de identidade e pertencimento é despertado quando se compreende o vínculo da história local com a sua própria trajetória pessoal e familiar. Os imóveis tombados, por exemplo, a partir do momento em que nos permitimos aprofundar o conhecimento sobre eles, tornam-se documentos de uma época, dos estilos arquitetônicos e demais informações que a edificação pode nos transmitir, podendo ser uma ferramenta para conectar as novas gerações à história local. Para que isso ocorra, faz-se necessário que o indivíduo ou coletividade perceba e comunique o valor daquele bem.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (IPHAN, 1964)

Podemos dizer que esse espaço precisa se tornar, então, um lugar de memória, de acordo com o conceito desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora. Segundo ele, esses lugares possuem uma acepção dividida em três partes, são lugares concretos onde a memória social encontra ancoragem e pode ser percebida sensorialmente, tem um aspecto funcional, pois servem de alicerce para uma memória coletiva e são também espaço simbólico, que servem para a identidade se expressar e se revelar (NORA, 1993, p. 21-22).

A perspectiva de tornar ou consolidar algo como patrimônio torna-se uma forma de expressão da memória nacional. Ainda segundo Nora (1993, p. 21-22), podemos observar que esses locais são carregados de uma vontade de memória,

Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

Assim, ao termos um olhar sobre o imóvel tombado como documento, bem cultural e lugar de memória, estamos consolidando o papel desse espaço como fonte histórica e igualmente como fortalecedor de uma ideia de pertencimento. Aliados a esses conceitos e uma vez estudados esses aspectos, entra em perspectiva a noção de comunicação e investigação.

Partindo dessa reflexão, e com as observações que possuímos dos trabalhos que temos realizado na área, podemos dizer que o material voltado para a conscientização sobre o patrimônio pode ser aplicado e utilizado qualquer tipo de manifestação cultural, seja material ou imaterial, seja da cultura dominante ou reprimida historicamente, sejam edifícios ligados à história oficial ou mesmo objetos de uso cotidiano. O mais importante nesse processo, para além do item em si que está sendo utilizado para o pensamento crítico, é que haja uma apropriação consciente por parte dos indivíduos, ou seja, que eles vejam nessa prática não uma ação imposta de cima para baixo, por um órgão fiscalizador, porque faz parte de uma política institucional preestabelecida, mas sim que ele se aproprie dos conceitos, conseguindo compreender e apreender de fato que a preservação e aqueles bens estão ligados diretamente com a sua própria história e à valorização do desenvolvimento de sua localidade. Importante também que essa comunicação seja feita em uma linguagem de fácil compreensão e apropriação por parte dos indivíduos envolvidos.

Considerando esses fatores, é de suma importância que essa consciência preservacionista seja especialmente trabalhada também junto aos jovens e crianças, pois eles encontram-se numa fase mais aberta e disposta à compreensão e ao trabalho das relações identitárias que estão sendo construídas. Apesar da concordância dos teóricos sobre a importância simbólica e do valor prático dessa conscientização, podemos dizer que apenas recentemente essa prática tem recebido uma maior atenção como ferramenta eficaz aplicada diretamente nos ambientes de sala de aula.

Ao introduzir tarefas e projetos de educação patrimonial já no Ensino Fundamental o professor consegue trazer uma reflexão a respeito não só dos espaços, mas também dos

conhecimentos, habilidades, objetos e grupos culturais que são relevantes para a história individual e coletiva.

(...) a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06)

A prática da educação patrimonial em sala de aula estimula e dá subsídios para os professores trabalharem de forma transdisciplinar, fazendo também com que os alunos reconheçam o espaço e a formação da cidade, assim como suas potencialidades e dificuldade. Dentro desse momento podem ser trabalhadas questões ligadas a diferentes áreas, como a questão geográfica, envolvendo aspectos do solo e planejamento urbano; a questão ambiental, quando se fala do patrimônio natural, sem mencionar a história propriamente dita, que acaba por ser o fio condutor da educação patrimonial. Temas como identidade cultural e pertencimento também são relevantes, trazendo a questão da prática da cidadania, estimulando para a área de pesquisa em busca de fontes de conhecimento, capacidade investigativa, redescoberta da história e da memória, da cidade e do país (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999).

Um dos maiores frutos dessa prática de conscientização está justamente no estímulo da participação coletiva, uma vez que conhecer o território é saber usar os recursos ao seu favor, tornando a política de preservação uma aliada no progresso e não o contrário. O envolvimento das novas gerações permite não só em se pensar em uma infraestrutura que atenda ao turismo histórico, mas principalmente que consiga se integrar aos anseios da população. As situações de aprendizado e convívio com a própria história local que a educação patrimonial proporciona são capazes de despertar nos alunos e demais membros da população um grande interesse, e é a partir desse contato com essas manifestações e produtos da cultura que eles conseguem relacionar e interligar sua vida pessoal com o aspecto coletivo.

O valor social que esses bens assumem vai além do direito à propriedade. A sociedade passa a ser usufrutuária do patrimônio cultural, competindo a ela cuidar para que o bem não seja dilapidado, empobrecido, maculado, mas sim cada vez mais valorizado, de modo que as gerações sucessoras, herdeiras naturais dele, recebam-no nas melhores condições de vitalidade (ALBUQUERQUE, 2012, p. 5)

O meio ambiente histórico, termo utilizado no Guia, é justamente destacado como uma das ferramentas mais importantes capaz de produzir essa curiosidade sobre o próprio local que eles vivem.

O professor e seus alunos tem a possibilidade de aprender juntos sobre o Centro Histórico, já que este permite um amplo campo de investigação que desperta interesse tanto numa criança nos primeiros anos de aprendizagem como no adolescente do 2º grau. Ao mesmo tempo em que permite a exploração interdisciplinar, envolvendo os alunos em trabalhos fora da sala de aula, possibilita uma melhor compreensão da sua comunidade, através da história dos bairros, do meio ambiente e dos problemas que afetarão as futuras gerações. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.24)

O exercício da cidadania está diretamente ligado à participação na vida pública e no caso de uma cidade com largo tombamento de conjunto, trazer o diálogo sobre o processo de preservação se torna essencial nessa dinâmica.

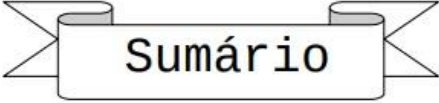
3.2 A Educação Patrimonial em Petrópolis

No caso de Petrópolis, cujo processo de tombamento acompanhamos no capítulo anterior, não existe um programa permanente voltado para a educação patrimonial, nem no nível escolar nem no nível acadêmico. Nos colégios da rede pública municipal existe uma matéria intitulada História e Geografia e Turismo de Petrópolis (HGPT), que procura introduzir parte da história local, misturando também aspectos de leis de trânsito e outras questões quotidianas.

No entanto, para lecionar essa matéria o professor não precisa saber de história, muito menos de patrimônio. Qualquer graduação está apta a ministrar a matéria de HGPT. Assim, uma oportunidade acaba sendo perdida, já que as apostilas elaboradas pela prefeitura não só não recebem atualizações (estão na mesma edição desde 2016), como também destacam apenas os pontos mais conhecidos, não sendo assim uma ferramenta feita para despertar uma consciência sobre a necessidade de preservação real do nosso patrimônio material e imaterial.

Como podemos observar no sumário abaixo, que corresponde à apostila de 6º ano do Ensino Fundamental, há uma abordagem da história local, com foco no início da ocupação do território, entrecortado por aspectos de turismo ecológico e regras de trânsito ou seja, sem envolver em nenhum momento a questão de patrimônio. O único edifício que tem a sua importância mencionada diretamente é o Museu Imperial, na apostila do 7º ano no capítulo intitulado “Importância Histórica e Cultural do Museu Imperial”.

Figura 32 – sumário apostila HGPT 6º ano

			
Unidade I: Petrópolis, que história é essa?		Unidade III: Quem vivia onde eu vivo?	
O início da História: Caminho Novo	12	Índios Coroados	63
Petrópolis Porto Estrela	19	Relevo de Petrópolis	69
Localização e limites de Petrópolis	23	Deslizamento de encostas	72
Acessibilidade regional e local	27	Acidentes de Trânsito	76
Abertura do Caminho Novo	30	Ecoturismo: Cachoeira e Montanhismo	83
A evolução dos Meios de Transportes	33		
Bondes em Petrópolis	37	Unidade IV: A mão de obra africana e seu legado	
Ônibus e automóveis em Petrópolis	39	Roubo do Tesouro	89
		Um diário imaginário	90
		Em Petrópolis	92
		Anúncios nos jornais petropolitanos	93
		Quilombos em Petrópolis	96
		Palácio de Cristal e Praça da Liberdade	99
		Abertura da Estrada Normal da Serra da Estrela	103
		Os tipos de sinalização de trânsito	105
		Referências	111
Unidade II: No meio do Caminho Novo havia um Atalho			
Atalho do Caminho Novo	42		
Caminho Novo e os importantes acontecimentos históricos	43		
No caminho Novo havia a Mata Atlântica	45		
O Atalho do Caminho Novo e a Nova subida da Serra	51		
Regras de Trânsito	53		
Ecoturismo em Petrópolis: Trilhas e Caminhadas Ecológicas	56		



Fonte: <https://www.petrópolis.rj.gov.br/see/index.php/educacao-municipal/proposta-curricular/category/6-cadernos-pedagogicos-de-hgpt-6-ao-9-ano-ensino-fundamental.html>

Essa matéria é dada apenas nas escolas da rede pública municipal. As escolas particulares não possuem a matéria de HGPT ou algo semelhante. Algumas instituições privadas realizam alguns projetos sazonais, como presenciamos no Colégio Bom Jesus, que introduziu no Ensino Fundamental I uma abordagem voltada para o patrimônio e para a história da cidade, mas que não consegue ser estendida para as demais fases escolares. Em 2023 estivemos nessa instituição de ensino para colaborar com esse projeto, e ouvimos as considerações da equipe sobre como é difícil, devido ao cronograma, estabelecer esse projeto de maneira contínua para os outros segmentos escolares. Dessa maneira, se não temos uma continuidade de projetos e práticas, logo chegando ao Ensino Médio esses estudantes se esquecem do que aprenderam, e a história local passa a ir para um último plano. Não há também um trabalho sistemático de visita a esses lugares, o que estimularia um pensar sobre o patrimônio para além de pontos turísticos consagrados.

Partindo desse pressuposto, elaboramos uma sugestão pedagógica que engloba educação patrimonial e turismo, que consiste em um mapa parcial do patrimônio em Petrópolis e procura justamente fugir do lugar comum que normalmente é abordado, seja com os estudantes, com demais indivíduos da população ou com o turista. Com essa ferramenta é possível, a partir de uma visão geral, compreender o processo crescente da vinda da corte, com Petrópolis sendo destaque não só nas construções da segunda metade do século XIX indo para o XX, com a formação de gosto e as escolhas que aqui aconteciam, como também o próprio processo de tombamento e a importância dele para a cidade, contemplando diferentes formas de morar, desde a corte ao colono.

Esse mapa poderá ser aplicado tanto ao público escolar, quanto a turistas e demais segmentos da população. Essa ferramenta pretende permitir que o patrimônio dialogue como um todo, com o território da cidade para além do espaço do centro histórico, ainda que ele também esteja ali contemplado.

Ele deverá servir como fonte de reconhecimento das variadas identidades que compõem a formação e crescimento de Petrópolis, auxiliando aqueles que puderem utilizar e visitar os locais apontados, a não só ter essa visão geral, como dito anteriormente, como também a vislumbrar que o patrimônio preservado não consiste unicamente em exemplares semelhantes ao Museu Imperial, mas que ele vai desde palacetes a complexos fabris e a casas mais simples, que a arquiteta Dora Alcantara chamava de arquitetura vernacular. Essa visibilidade pode ajudar a melhorar a sensação de pertencimento e identidade entre os alunos, e conseqüentemente, a visão de urgência e necessidade na preservação dessas várias vozes dentro da história local, facilitando o trabalho de conscientização que a educação patrimonial tem como objetivo.

Tendo por base essas referências podemos dizer que essa sugestão, assim como sua prática, pode ser uma boa ferramenta para a Educação Patrimonial, que pode ser tanto aplicada ao ambiente escolar como fora dele. Através de uma visão ampla dos principais tipos de patrimônio imóvel preservados na cidade, tanto a nível federal, estadual ou municipal, auxiliam na compreensão sobre o conceito de patrimônio e tombamento, a partir de exemplos práticos que sensibilizam a percepção e levam à uma reflexão sobre o tema. Um aspecto a ser destacado também, é que o mapa traz informações além do tipo de tombamento, como tipos de uso, estado de conservação e possibilidades (ou não) de visitas. Como resultados esperados, temos a expectativa de, ao formar essa consciência estejamos fortalecendo uma rede de proteção à história e ao patrimônio local, de forma que esses indivíduos, tenham uma mentalidade capaz de equilibrar o progresso material com a proteção aos bens tombados.

Dessa forma, essa prática levará à percepção de que quando bem explorado, no melhor sentido da palavra, o patrimônio tombado não inibe o avanço de uma localidade, pelo contrário, ele é um dos principais fatores que podem colaborar para um desenvolvimento sustentável tanto do ponto de vista ambiental quanto histórico. Além disso, o patrimônio pode, e quando bem conservado gera capital através das atividades turísticas. Com uma adequada administração pública, através dos investimentos nesse setor, podem ser feitas diversas aplicações de renda tanto na preservação daqueles bens, como no incremento das atividades turísticas, gerando ainda mais renda e emprego, e além disso, pode se investir sim no progresso da cidade em áreas fora das poligonais de preservação.

CAPÍTULO 4 OS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS NO TURISMO

Nesse capítulo iremos abordar que dentro das perspectivas do uso do patrimônio, incluindo as práticas de ação de educação patrimonial, temos também a possibilidade do uso turístico, que pode tanto agregar desenvolvimento financeiro para as localidades, como também pode ser uma ferramenta no processo de conscientização a respeito da manutenção do patrimônio e da cultura, estejam refletidos em bens materiais ou aspectos imateriais. Dentro do uso turístico, a ferramenta do mapa do patrimônio também pode, além de contribuir para a Educação Patrimonial, ser mais um atrativo, oferecendo um roteiro de visita além dos pontos já consagrados.

4.1 Conceituando o turismo

Segundo o artigo *Turismo de massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual*, da autora Flavia de Brito Panazzolo, a atividade turística pode ser definida como um deslocamento voluntário, por tempo determinado, sem atividades remuneradas, com finalidade de lazer, descanso, cultura ou saúde. Segundo abordado nesse estudo, essa é uma atividade que existe desde VIII a.C., na Grécia, quando as pessoas viajavam para assistir aos Jogos Olímpicos (PANAZOLLO, 2005, p. 2). Durante o correr dos séculos as pessoas continuaram se deslocando, por diversos motivos e finalidades. Na Idade Média, por exemplo, muitas viagens se davam por motivações religiosas. No entanto, podemos dizer que o aspecto turístico ligado ao movimento de massas ganhou tamanho com a evolução dos transportes, a partir da segunda metade do século XIX. A popularização do trem, a partir de 1830, quando foi

inaugurada a primeira linha férrea de grande distância, na Inglaterra, e a criação dos automóveis em 1886, facilitaram a locomoção e deram novo fôlego ao deslocamento como atividade de lazer.

O segmento de Turismo Cultural propriamente dito, que é um nicho específico dentro dos motivos de deslocamento, consiste em uma motivação de viagem pautada na finalidade de vivência específica ligada a manifestações culturais, que tanto podem estar vinculadas a aspectos físicos, quanto imateriais, como festas, músicas, e demais práticas culturais. Esse tipo de deslocamento teve início na Europa, por volta no século XVI, momento do Renascimento italiano (PANAZOLLO, 2005, p. 2). Nesse período apenas as camadas mais abastadas é que tinham condições de se deslocar por lazer. O grande objetivo das viagens naquela época era o interesse desse grupo social em conhecer os lugares ligados às artes produzidas no renascimento, assim como a aprendizagem com os chamados grandes mestres. Dessa forma, com a evolução dessa prática, surgiu o *grand tour*, que consistia em um tipo de viagem regular, ligada a uma experiência educacional para formar o gosto dos jovens membros da elite. Essas viagens podiam durar meses ou até anos, e foram muito populares até o século XIX (SALGUEIRO, 2002).

Figura 33 – Turistas no século XIX



Fonte: <https://www.despertaferro-ediciones.com/wp-content/uploads/2018/10/turistas-en-campagna-editado.jpg>

Já no século XX tivemos um aumento significativo na demanda turística, associada tanto ao crescimento e regulamentação do próprio setor quanto ao surgimento de leis trabalhistas, que criaram uma classe média com maior tempo disponível para o lazer. Houve uma intensificação na busca por visita a lugares históricos. Segundo Vera Lúcia Bogéa Borges, uma das motivações nesse tipo de busca pode estar associada a proximidade da virada do milênio, com um clima de nostalgia tomou conta do mundo, fortalecendo uma necessidade de

pertencimento, um resgate do próprio passado individual e de uma retomada nos vínculos emocionais (BORGES, 2015, p.34).

Podemos afirmar, assim, que foi a partir do século XX que o turismo realmente se desenvolveu de maneira mais organizada, tendo uma grande evolução em equipamentos, atrativos e serviços, aumentando também sua abrangência geográfica. A partir da década de 1970 o segmento turístico ganhou ainda mais reconhecimento. Esse tipo de deslocamento começou a ter grande importância e surgiram algumas organizações e convênios internacionais. Em 1974 foi criada a Organização Mundial do Turismo (OMT), instituição ligada a Organização das Nações Unidas (ONU), e que tem como principal objetivo a promoção e desenvolvimento do turismo, com um enfoque na aplicação de um código ético para a atividade, de forma que os aspectos econômicos possam estar associados às questões sociais e culturais.

Com o crescimento da demanda do setor e o aumento de fluxo de pessoas em locais históricos e de importante preservação, começou a ser necessário que uma política de conscientização fosse aplicada ao turismo. Em 1967 foi elaborada a Carta de Quito, que previa diretrizes para a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico.

A aproximação entre o fenômeno turístico e o patrimônio (...) parece ter ocorrido oficialmente a partir de 1967 no encontro no de Quito no Equador, do qual resultou um documento, assinado pelos países participantes, inclusive o Brasil: a Carta de Quito - encontro este promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta carta recomendava que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento turístico das regiões envolvidas. Recomendava-se, ainda, a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento de tais projetos. (SILVA, 2005, p.5)

Em 1972 a UNESCO elaborou uma convenção pautada justamente na proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Em 1985 surgiram dois documentos importantes: a Carta do Turismo e o Código do Turista, que deram uma base para a criação de um código de conduta aplicado tanto para quem trabalhava diretamente com o turismo como para quem usufruía dele. A ideia principal desses documentos era conscientizar para a necessidade de difusão sobre a preservação dos bens históricos, culturais, arqueológicos e artísticos, além de ressaltar a importância na interação dos visitantes com as populações locais.

No ano de 1989 foi feita a Declaração de Haia sobre o Turismo, ressaltando a importância do equilíbrio entre o uso e a gestão racional dos recursos e ativos, em busca de que as localidades receptoras pudessem usufruir de um desenvolvimento socioeconômico, do qual a população fosse de fato beneficiária. Dessa maneira as questões diretamente ligadas à

preocupação com a conservação do patrimônio cultural, e também o cuidado com a contraparte social, ganhou força.

O patrimônio cultural acaba sendo muitas vezes a porta de entrada que consegue despertar nas pessoas o interesse em conhecer mais e explorar, no bom sentido, os recursos e ambientes disponíveis. O turismo traz pontos positivos para o patrimônio como a revalorização e necessidade de conservação dos lugares históricos, além da expansão da visibilidade das práticas culturais.

O número de países signatários revela uma busca por prestígio internacional e, conseqüentemente, uma disputa para obtê-lo, já que o patrimônio histórico é considerado um empreendimento bastante rentável, que conferiria selo de qualidade ao lugar, dando-lhe visibilidade que, por conseguinte, pode atrair recursos e turistas para as cidades tombadas. O processo de patrimonialização de um sítio histórico no Brasil, por exemplo, cria uma movimentação que, na maioria dos casos, envolve representantes da comunidade local e gera compromissos por parte da União, do Estado e dos municípios, que visam [ou deveriam visar] a melhoria da qualidade de vida da população e da infraestrutura local e regional, e o aumento da oferta de empregos, entre outras. O tombamento de bens materiais e a salvaguarda do patrimônio podem, portanto, promover o desenvolvimento econômico e social local. (PADILHA, 2016, p. 436)

Em casos de cidades históricas, o espaço urbano propriamente dito se torna a atração, revelando marcas do passado, do dia a dia e do processo de mudança pelo qual essa região passou. Esses espaços se tornam diálogos constantes entre o passado e o presente. Segundo o historiador José Newton Coelho Meneses, o reconhecimento de um espaço como turístico é uma construção cultural, uma atribuição de sentido e significado a objetos e práticas de diversos momentos históricos e personalidades que usualmente não fazem parte da realidade diária dos turistas (MENESES, 2004, p. 104). Essas cidades se tornam, como abordamos anteriormente, lugares de memória.

Para Nora (1992, p. 18), a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Para ele, é a fusão entre estes dois tempos, do passado histórico e de sua memória, no presente, que constitui os lugares de memória. Assim, ao reconstituirmos a história é esta que se tornaria relativa, enquanto a memória seria o nosso absoluto, vivida na intimidade do presente. (PAES, 2012, p.321)

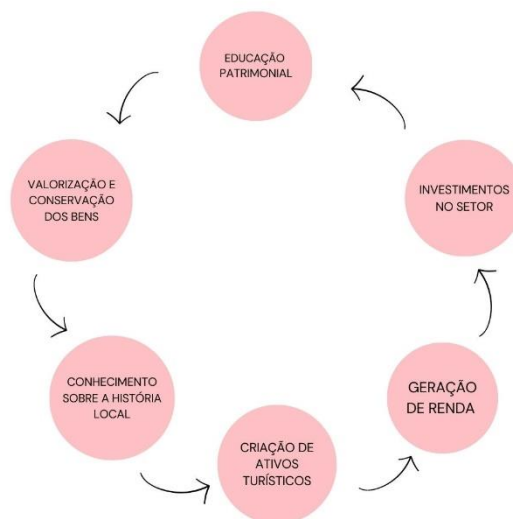
Um outro aspecto positivo que o desenvolvimento do turismo cultural possui é que através dele conseguimos fazer com que a própria população redescubra sua cidade e passe a apreciar aspectos que antes não eram tão valorizados. Existe, como no caso específico de Petrópolis, um sentimento de orgulho, quando há um reconhecimento e uma valorização como

destino turístico. Isso pode ser visto na notícia veiculada 17 de março de 2023 na *Veja Rio*, que fala sobre o destaque das cidades brasileiras mais recomendadas para o turismo. No estado do Rio de Janeiro dois locais entraram para o ranking, Paraty e Petrópolis. Essa pesquisa abarcou justamente destinos ligados ao turismo cultural ((RIO..., 2023).

No entanto, para que isso seja um movimento constante e sustentável, é preciso que esteja atrelado à educação patrimonial. A educação e o turismo cultural precisam andar juntos para que haja um real desenvolvimento e uma real valorização da história e da cidade como lugar de memória, fortalecendo a identidade e a cidadania, sem a exploração predatória desses espaços.

O processo de educação patrimonial pode servir como um propulsor da atividade turística consciente, uma vez que temos um ciclo, exposto no quadro abaixo, onde a prática de conscientização abre campo para estudos sobre a história local, que não só faz com que a própria comunidade entenda e valorize seu patrimônio, voltando-se para a sua conservação e manutenção, como também cria novas possibilidades de atrativos, já que a descoberta da história local cria pontos de interesse/memória que poderão ser repassados aos visitantes, criando-se uma experiência cada vez mais interessante.

Figura 34 – Ciclo turismo x educação patrimonial



Fonte: autoria própria

Dessa maneira, podemos dizer que as atividades culturais, quando corretamente valorizadas pelos turistas e pela população local, podem gerar uma prática legítima de inclusão

social, geração de postos de trabalho, aumento de renda, e até mesmo desenvolvimento de uma área acadêmica voltada para assuntos como história, turismo e patrimônio. Em uma cidade como Petrópolis, esse tipo de ação se torna essencial para o bom funcionamento do setor. O fortalecimento da identidade cultural da cidade como atrativo é capaz de torna-la ainda mais valorizada no segmento, oferecendo produtos e experiências onde a emoção e a sensação de pertencimento conseguem extrapolar a carga local.

A produção de um mapa do patrimônio se encaixa nessa perspectiva, já que alia a criação de um novo atrativo, que consiste no circuito abordado no mapa, como também auxilia no planejamento e gestão do setor, mostrando as áreas onde pode haver potencial de circulação turística e, conseqüentemente, melhoria nessa infraestrutura descentralizada. O mapa, torna-se, assim, um eficiente aliado na administração do setor, já que “o sistema de comunicação, a fonte de informação que o mapa proporciona aos gestores públicos e privados evidenciam o valor do produto gráfico definido pela simbologia adotada às atividades turísticas” (RECH; OLIVEIRA; LOCH, 2005, p.2). Além desse aspecto, a cartografia facilita a comunicação com o turista, pois através do mapa, quando bem elaborado, é possível fornecer informações claras e objetivas, possibilitando uma compreensão correta do espaço representado e das informações ali contidas (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p.13).

No entanto, é necessário se ter um pensamento crítico em relação a essa expansão e uso desse espaço. Para que o lado positivo traga de fato bons resultados, temos que estar atentos a alguns aspectos não tão favoráveis dessa interação entre um crescente número de pessoas e o patrimônio histórico. Um ponto que se deve ter atenção ao transformarmos um espaço histórico, uma cidade, em destino turístico é de que a infraestrutura criada para atender essa demanda crescente não seja algo apenas voltado para atender os visitantes, deixando a população de lado. Quando isso ocorre temos o grande risco de a população abandonar a região, começando a escassear mão de obra e termos não só um esvaziamento populacional, mas o fim da atividade turística em si mesma. Por isso é necessário que os responsáveis pelo desenvolvimento do setor, estejam eles vinculados a áreas públicas ou privadas, conheçam muito bem tanto o tipo de público que vão atender, os recursos disponíveis na região, sejam físicos ou de mão de obra, as necessidades capacitação dos profissionais envolvidos, assim como a relação desses fatores e produtos com o entorno dos atrativos e, principalmente, com a população (BORGES, 2015).

Em uma cidade histórica temos o convívio constante entre uma necessidade de um progresso físico e financeiro, e a manutenção do passado e da memória, através de seus prédios, monumentos e história cultural. Esse aspecto faz das cidades históricas um tecido vivo em constante modificação e aí temos o grande desafio do patrimônio relacionado ao turismo,

conforme questionamento já levantado no capítulo 2, quando abordamos o caso de Petrópolis em relação às suas áreas de preservação do patrimônio.

Por isso, ao abordarmos os aspectos da atividade turística voltada para imóveis históricos, temos que lidar com cautela, pensando não somente nas questões de desenvolvimento econômico do setor, mas principalmente em aspectos como a integridade do bem, questões de autenticidade, impacto e planejamento do entorno.

O compromisso e o compartilhamento das responsabilidades sobre as formas e limites de uso do patrimônio têm que se dar entre os diversos atores sociais, ou seja, poder público, cidadãos, gestores da área de turismo e de cultura. A ação planejada não deve impactar negativamente a relação entre a comunidade local e o patrimônio a ser oferecido como objeto de exploração turística (CALABRE, 2015, p. 164).

Além disso, quando transformamos um determinado local em um atrativo turístico temos que levar em consideração que as mudanças e interferências feitas no espaço não podem adular as relações de identidade que a população do local possa ter com aquele bem ou conjunto de bens. Segundo Calabre (2015), deve necessariamente haver um equilíbrio entre a sensibilização para a proteção e conservação e as dinâmicas das transformações urbanas. Outra questão que devemos ter também sempre em mente é que o direcionamento de áreas históricas para espetáculos culturais, que vão ser consumidos de maneira efêmera pela população, pode deixar impactos negativos e não gerar nenhum retorno benéfico no trabalho de conscientização sobre o patrimônio.

É o que Hannah Arendt aborda em seu texto *A crise na cultura*, quando chama a atenção para os movimentos de massa onde a cultura passa a ter uma utilidade prática, que a afasta de seu propósito original, de prender a atenção e nos comover. Os objetos culturais passaram a ser objetos de troca, valores, mas ainda assim continuavam a ser objetos e a existir, mesmo reduzido a “pedregulhos”. Há uma necessidade de novidade e ineditismo a ser consumido, mas se a indústria do entretenimento produzir seus próprios bens para consumo não há problema, o perigo está no momento em que essa indústria se utiliza dos objetos culturais, modificando sua natureza. A cultura, e da mesma maneira o patrimônio, passa a ser destruída para produzir entretenimento.

Muitas vezes a súbita valorização do patrimônio cultural fica muito mais atrelada a uma exploração financeira, com vista nos potenciais de mercado que dele advém, não estando de fato interessada na manutenção da história, memória e cultura locais, que deveria sempre ser o foco das ações patrimoniais. Françoise Choay, em seu livro *Alegoria do Patrimônio* (2014), também aborda o tema, quando coloca que esses locais têm uma dupla função, ao mesmo tempo

que servem para a observação e deleite também são vistos como produtos a serem consumidos. O autor Luchiari também chama atenção para o tema,

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar [...] (LUCHIARI, 2005, p. 95).

Uma outra preocupação que se deve ter é o grau de preservação e que tipo de produto cultural está sendo entregue. Ao se transformar um bem histórico em atrativo turístico, um ponto de extrema relevância, talvez, na verdade seja o de maior importância e impacto, é a atenção que deve ser dada aos aspectos físicos que serão impactados pela atividade. Falando não só a preservação do bem em si, tem termos de conservação, mas também a atenção às adaptações necessárias (ou não) para transformar o imóvel ou espaço em atrativo, uma vez que estamos tratando de bens históricos tombados. Nesse momento é importante ressaltar que, segundo o trabalho sobre Cesare Brandi, de Beatriz Mugayar Külh, não podemos ter nessa adaptação e nesse uso o foco principal. Pelo contrário, o mais importante deve ser a preservação do patrimônio e o turismo deve ser um aliado nesse processo e não o objetivo final.

Deveriam, pois, ser analisadas as características da obra a serem respeitadas e conservadas, para, depois, definir funções e programas compatíveis com elas, e não o contrário, adaptar um dado edifício a um novo uso preestabelecido ou submetê-lo a transformações massificadas, na maioria das vezes em desacordo com suas particularidades, cuja implementação será feita em prejuízo do próprio monumento histórico (KULH, 2007, p.7)

Adaptações para itens como acessibilidade e a segurança do visitante são hoje permitidos em bens históricos, uma vez que é obrigatório em qualquer equipamento que haja condições de acesso para todos os tipos de público, assim como as questões de segurança, no que tange a projetos e intervenções de combate a incêndio e pânico. No entanto essas intervenções devem sempre levar em consideração as diretrizes de distinguibilidade e reversibilidade, ou seja, não podem ser um simulacro do estilo original, devem estar claramente distintas como uma construção nova. Para não gerar um falso histórico e essas intervenções tem que ser reversíveis, ou seja, feitas com a mínima intervenção e com a capacidade de retorno ao que era a estrutura original do bem

Deve-se atuar com uma unidade conceitual e metodológica – baseada em princípios tão bem e consistentemente enunciados por Brandi e os quais

fundamentam correntes do restauro na atualidade: distinguibilidade, retrabalhabilidade, mínima intervenção, compatibilidade técnica –, voltados para uma responsável transmissão do bem, da melhor maneira possível, para as próximas gerações. (KULH, 2007, p.13)

Dessa forma, podemos dizer que a integridade do atrativo é o que mais importa, utilizando-se a criatividade associada ao bem estar do turista e a produção de uma experiência prazerosa, mas que possa ser duradoura, já que o bem deve ser conservado.

A memória local, incluindo a população passa a ser um item primordial na manutenção da identidade, e nesse sentido a atividade turística deve favorecer essa consciência e não apartar e monopolizar os aspectos econômicos da atividade. A atividade turística deve contribuir para perpetuar a memória, e principalmente a conservação de sua contraparte física.

Por isso a utilização de um mapa do patrimônio, como já citamos anteriormente, acaba por ser uma ferramenta que atende, além das questões educacionais e turísticas, a parte de manutenção da memória e das diversas identidades locais, principalmente se esse mapa em questão abordar os diferentes tipos de patrimônio. Assim, ele pode permitir que se tenha uma noção geral do patrimônio imóvel tombado na cidade pelas diferentes instancias, sem que necessariamente esse patrimônio sofra intervenções apressadas para abrigar a demanda de uma possível visitação. O mapa é um primeiro passo para dar uma visibilidade geral a esse conjunto de bens, começando uma conscientização, para diversos segmentos, sobre a importância de todos esses espaços, sejam eles abertos ou não à visitação interna, com uma reflexão de que eles devam ser preservados, pois a comportam valorização tanto da história nacional e local quanto das várias narrativas que compõem essa trajetória.

No entanto, esse processo de conscientização não deve se restringir com a camada da população local e dos turistas. Ele precisa atingir as camadas políticas e administrativa das cidades. Uma das questões é uso e aplicação dos recursos financeiros advindos dessa atividade, pois quando se fala em ativos turísticos muito enfoque costuma ser dado para a rede hoteleira e alimentar, sem levar em consideração a área do patrimônio, ou seja, sem se reinvestir os recursos onde mais é necessário.

Assim, tendo em vista os trabalhos consultados e a experiência de se viver em uma cidade polo de turismo histórico cultural, podemos observar algumas condições que favorecem o desenvolvimento de um local como cidade histórica/turística: incentivo a pesquisas sobre a história local, com a formação de um imaginário positivo da cidade; equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e o bem estar da população; capacitação dos profissionais que tanto lidam com o turista quanto com o uso de bens históricos; conscientização ligada à educação

patrimonial, com a revitalização e conservação dos bens tombados; valorização de diferentes manifestações culturais, dando espaço para diferentes formas de expressão, de modo que a sensação de pertencimento de identidade possam ser estendidas; condições de uso dos equipamentos políticos pela própria população; envolvimento e colaboração das esferas públicas e privadas, incluindo, principalmente a participação dos órgãos de tombamento como parceiros desse processo. Todos esses processos só atingem sua plenitude quando acompanhados de uma prática efetiva de educação patrimonial.

A experiência turística verdadeiramente cultural envolve a comunidade como protagonista, compreende a dimensão da preservação e da interpretação de bens culturais (patrimônio cultural), traduzindo seu sentido e valor para quem os visita. A interpretação, associada aos princípios da educação patrimonial, é mais do que informar, em sua essência, ela deve ter a capacidade de convencer as pessoas do valor e dos significados do patrimônio, promovendo assim uma relação de respeito, atitudes conscientes de conservação. (BRASIL, 2010, p.60)

4.2 Turismo em Petrópolis

Como observamos no primeiro capítulo, Petrópolis, desde sua criação, teve um grande apelo como destino turístico, mas ainda voltado para as camadas da corte. Os escritos de Taunay e Klumb traziam não só as boas características da cidade que, segundo eles, a transformavam em um bom local para se viver, mas também evidenciavam a infraestrutura para atender ao crescente número de visitantes, com “acesso pronto e fácil por uma estrada modelo e um povoado opulento fornecido de agradáveis moradas e bons hotéis, recortado por ruas largas e direitas, muito bem niveladas e macadamizadas” (TAUNAY, 1995, p.21).

Taunay continua mais à frente em seu relato, trazendo uma visão idealizada de uma cidade com o poder de trazer o sossego refletido até mesmo na fisionomia dos turistas,

Dir-se-ia que o privilégio das estações montanhosas seja infundir nas almas a quietude das florestas, e dos inabaláveis baluartes graníticos que elas vestem. Se divisa esse sossego nas fisionomias dos habitantes e turistas. O bem estar, os sentimentos simpáticos, a indulgência predominam. As rivalidades de partidos, os preconceitos de nacionalidade, as antipatias religiosas fazem tréguas. É terreno neutro onde todos fraternizam. A benevolência das relações não para em nenhum dos degraus da escada social (TAUNAY, 1995, p.34)

Segundo ele, existiam quatro causas para que a cidade estivesse prosperando como estação de descanso entre as pessoas. Além de ser de mais fácil acesso e menor distância do Rio de Janeiro do que a cidade de Nova Friburgo, por exemplo, Petrópolis se destacava, em primeiro lugar segundo a opinião de Taunay (1995), por ser residência da corte, da diplomacia e da classe abastada, em segundo lugar vem a existência dos estabelecimentos educacionais para ambos os sexos, em terceiro a cidade era vista como um excelente refúgio para tratamento de saúde, em especial de febre amarela, que na época se espalhava por regiões mais quentes, e por fim, no quarto lugar, o comércio crescente entre a cidade e demais localidades de relevância, como Minas Gerais. O autor J. Tinoco também explora os benefícios da cidade em sua obra,

E o bendirão ainda - porque aqui terão achado um aplicador que observa as instruções do facultativo sem desviar-se uma linha do determinado nelas, uma casa onde nada falte ao seu bem-estar, uma temperatura sempre agradável, um ar puro a respirar, e finalmente a cidade de Petrópolis, com todos os seus atrativos e belezas naturais e artísticas. Vindo para esta cidade de recreio, onde a vida desliza-se suavemente entre os elementos que lhe são indispensáveis, o visitante que aqui está não se pode julgar em um exílio, o doente que para aqui vier não se poderá dizer desenganado (TINOCO, 2015, p. 293)

Figura 35 - notícia destaca a importância da cidade como destino de pessoas ilustres



Fonte: O Século (1910)

Durante o século XX a cidade continuou sendo procurada como um bom local de veraneio, já que a República, repetindo os costumes imperiais, trazia seus representantes para temporadas no Palácio Rio Negro. Nos primeiros anos da virada do século o setor turístico propriamente dito começou a ser organizado para atender diferentes camadas da população.

Nesse período surgiram também as primeiras publicações específicas tendo em vista um mercado turístico para além das visitas da aristocracia.

Em seu artigo *Os Primórdios do Turismo Organizado em Petrópolis* (2010), o autor André Barcelos Damasceno Daibert, traz a informação de que em 1908 inaugurou na cidade uma empresa de turismo chamada Empreza ALEX, fato pioneiro, já que o Rio de Janeiro só iria registrar o primeiro estabelecimento desse tipo na década de 1920. Em 1922 a cidade cria o Sindicato de Iniciativa de Turismo do Município de Petrópolis, também anterior a Sociedade Brasileira de Turismo, sediada na cidade do Rio de Janeiro e criada em 1923. Datam desse período os primeiros guias turísticos impressos, semelhantes aos atuais, com mapas da cidade, imagens e informações uteis aos viajantes.

Em outro artigo, que complementa o estudo sobre o início do turismo em Petrópolis, Daibert destaca que, as principais características de Petrópolis mencionadas pelas publicações citadas, envolviam temas como,

(...) 1) É dada uma grande ênfase à privilegiada situação climática e higiênica da cidade, construindo uma noção de Petrópolis como uma “cidade de cura”; 2) É construída uma contraditória noção de um local “Campestre, Bucólico e Pitoresco”, ao mesmo tempo em que se “vende” a idéia de Petrópolis como um “burgo industrial”; 3) As publicações também apresentaram de forma bem nítida a noção de Petrópolis como “Rainha das Serras” ou “Princesa do Piabanha”, ou seja, um destino voltado para as elites da época (DAIBERT, 2011, p.15)

Com o decorrer do século XX, associando-se com o surgimento das primeiras práticas de preservação do patrimônio arquitetônico, como citamos no capítulo 2, o foco dos visitantes de Petrópolis foi se concentrando justamente na prática do turismo cultural. O segmento começou a se profissionalizar nessa área. A criação do Museu Imperial, em 1940, também pode ser considerado um fato de grande relevância para o desenvolvimento turístico da cidade, uma vez que passou a ser considerado um dos museus mais visitados do país (MUSEU..., 2022). Na década de 1950, com a criação do Museu Casa de Santos Dumont, a cidade continua o processo para se consolidar como um destino referência em aspectos da história nacional. O título de Cidade Imperial concedido em 1981, em plena Ditadura Militar, pelo presidente João Figueiredo impulsionou ainda mais o imaginário relacionado à cidade, aumentando o interesse nacional na sua visitação.

O século XXI marcou o reconhecimento da cidade como destino cultural. Em 2007 a cidade foi destacada como um dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico

Regional no país pelo Ministério do Turismo. Em 2013 Petrópolis criou o Observatório Regional do Turismo, responsável por monitorar não só o fluxo de turistas na região, como também as motivações de deslocamento e as ofertas turísticas.

De acordo com uma pesquisa feita através de questionários aplicados nos centros de informação turística da cidade, que aparecem no relatório de 2014, a motivação cultural fica evidente como principal escolha para se visitar Petrópolis.

Questionados sobre qual o principal motivo da viagem a Petrópolis, a maioria respondeu que é pelo turismo, seguido dos demais itens como compras, trabalho e estudo. Perguntados sobre o que os induziu a fazer a viagem, os entrevistados responderam que são os atrativos histórico-culturais, logo a seguir vem os atrativos naturais e depois o segmento gastronomia que tem despertado o interesse de muitos turistas. Quanto ao que influenciou a vinda deles a Petrópolis, a maioria dos entrevistados respondeu que já tinham um conhecimento prévio da cidade (PETRÓPOLIS, 2014, p.18)

Em 2019, ano anterior à pandemia de COVID-19, nota-se que os atrativos mais buscados pelos turistas são os museus históricos, com o ecoturismo figurando em último lugar na tabela do relatório elaborado pela prefeitura.

Figura 36 – indicadores de Turismo 2019

INDICADORES DE TURISMO DE PETRÓPOLIS EM 2019

Indicadores de Turismo de Petrópolis - 2019														
Atrativos Turísticos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média Mensal
Museu Imperial*	36.345	13.639	25.874	24.353	26.763	36.535	50.208	28.678	27.004	34.083	46.502	42.769	392.753	32.729
Museu Casa de Santos Dumont	15.087	5.441	9.947	10.683	12.031	16.698	26.895	14.290	13.237	18.437	22.265	20.910	185.921	15.493
Cervejaria Bohemia (Tour Interativo)	6.649	3.556	5.458	4.843	4.602	8.060	9.433	5.558	4.813	5.162	5.068	5.283	68.485	5.707
Palácio Rio Negro **			42	75	190	783	771	351	2.441	3.675	4.593	5.484	18.405	1.841
Som e Luz*	2.005	611	1.487	1.390	1.144	1.541	2.924	1.970	1.412	1.704	2.065	1.843	20.096	1.675
Um Sarau Imperial*	1.737	360	897	904	1.266	1.269	1.881	1.125	950	1.752	1.748	1.239	15.128	1.261
Museu Casa do Colono	428	222	497	1.088	2.276	3.186	2.110	2.557	2.409	3.039	3.587	2.899	24.298	2.025
Palácio Amarelo (CMP)	1.013	363	1.013	1.265	730	1.595	1.992	807	675	820	997	1.172	12.442	1.037
Centro Cultural Estação Nogueira	220	220	212	277	303	273	598	478	305	283	231	299	3.699	308
Casa Stefan Zweig	195	150	199	240	240	233	234	165	289	201	263	130	2.539	212
Igreja de Confissão Luterana***	140	152	281	290	342	652	476	311	306	389	447	236	4.022	335
PARNASO - Geral	43.253	15.826	14.167	14.980	13.486	15.495	15.785	8.901	8.975	15.342	12.991	17.029	196.230	16.353
PARNASO - Sede Petrópolis	7.051	2.236	1.557	1.572	1.210	1.290	1.909	866	1.127	2.066	1.082	2.538	24.504	2.042

* Museu Imperial/IBRAM/MINC - Fonte das informações relativas ao Museu Imperial de Petrópolis
 ** Palácio Rio Negro - Fechado para obra desde dezembro/2018 - Visitação somente externa; Visitantes espontâneos excepcionalmente durante eventos entre março e meados meados de setembro de 2019;
 *** Igreja Luterana - Funcionamento somente aos sábados, domingos e feriados;
 Disque Turismo 1 - Devido à problemas técnicos este serviço ficou quatro (04) dias sem funcionar em fevereiro;
 Fonte: Observatório Regional do Turismo/Diretoria de Turismo e Eventos/Secretaria de Turismo de Petrópolis - TurisPetro/PMP

Fonte: Turispetro

Em 2021, após o ápice da pandemia, observamos uma diminuição no fluxo geral de turistas. No entanto, mesmo com o setor apresentando essa queda podemos notar, através da tabela abaixo, que os atrativos ligados ao turismo cultural continuam figurando entre os

primeiros lugares do ranking, mesmo se tratando de locais fechados, podendo gerar algum receio entre os visitantes.

Figura 37 – Indicadores de turismo (atrativos)

INDICADORES DE TURISMO DE PETRÓPOLIS

ATRATIVOS HISTÓRICO-CULTURRAIS

INDICADORES DE TURISMO DE PETRÓPOLIS 2021														
ATRATIVOS HISTÓRICO-CULTURRAIS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média Mensal
Museu Imperial*		8.514	6.404	2.154	9.213	16.085	34.692	19.429	18.209	14.378	12.790	18.618	160.486	14.590
Museu Casa de Santos Dumont****	6.339	5.237	2.264		3.279	7.429	15.490	7.012	9.443	11.175	8.656	11.090	87.414	7.947
Centro de Exp. Cervejeiro Bohemia	4.906	2.735	1.640	659	3.592	6.439	10.216	5.598	4.916	6.389	4.796	4.229	56.115	4.676
Casa de Petrópolis Inst. De Cultura*	1.237	1.072	674	245	1.172	1.965	3.504	1.823	1.837	2.474	1.731	1.607	19.341	1.612
Museu Casa do Colono	602	255	255		234	470	1.403	1.013	1.008	801	666	1.365	8.072	734
Casa Stefan Zweig**					200	525	1.097	452	330	458	342		3.404	486
Centro Cultural Estação Nogueira*	137	56	121		207	293	477	302	291	273	251	190	2.598	236
Igreja de Confissão Luterana***	31	0	20		4	11	31	19	68	28	34	168	414	38
Palácio Amarelo (CMP)														
Palácio Rio Negro														

*Fonte: MI/IBRAM/Secretaria Especial de Cultura - Ministério do Turismo

Fonte: Observatório Regional de Turismo/Diretoria de Turismo e Eventos/Secretaria de Turismo de Petrópolis - TurisPetro/PMP

Fonte: Turispetro

O mesmo fato pode ser observado no quadro que demonstra as motivações pelos quais os turistas entraram em contato com o telefone do Disque Turismo. Em primeiro lugar está a busca por um roteiro histórico cultural, com 390 contatos ao longo de 2021.

Figura 38 – Contatos no Disque Turismo

Detalhamento dos contatos via WhatsApp - Disque Turismo em 2021

SOLICITAÇÕES	PERÍODO DE APURAÇÃO												TOTAL	%	RKG	
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
Roteiro histórico-cultural						129	83	51	72	26	29	390	16,53	1º		
Atrativos abertos					65	42	40	34	36	19	19	294	12,46	2º		
Museu Imperial							67	26	48	11	6	13	171	7,25	3º	
Voucher (para entrar na cidade)					97	63							160	6,78	4º	
Informações diversas/saúde						12	51	14	14	22	14	28	155	6,57	5º	
Barreira Sanitária					42	39	15	11	9	9	12	6	143	6,06	6º	
Hotéis e Pousadas					12	27	52	14		5	13	17	140	5,93	7º	
Natal Imperial							2	5	3	20	46	38	114	4,83	8º	
Decreto Municipal					15	41	8			6	14		84	3,56	9º	
Entretenimento					6	5	5	4	15	12	11	19	77	3,26	10º	
Polos de compra					11	24	10	4	11	3	6	6	75	3,18	11º	
Informações Bauernfest					9	29	35						73	3,09	12º	
Guias de turismo e Serviços					4	6	8	12	5	4	16	15	70	2,97	13º	
Atrativos naturais					12	13	10	5	4	4	8		56	2,37	14º	
Gastronomia						18	10	2	9		5	9	53	2,25	15º	
Pousadas/hotéis (link)							48						48	2,03	16º	
Estrada Real					10	9	1	1	3	5	3	9	41	1,74	17º	
Ceias Natal/Ano Novo												17	21	38	1,61	18º
O que funciona Natal e Réveillon												25	25	1,06	19º	
Estacionamento veículos turismo												12	12	24	1,02	20º
Natal SESC												17	6	23	0,97	21º
Inf. Parque Municipal-Haipava										7	4	11	22	0,93	22º	
Pousadas/hotéis (vaga)							2	13	5				20	0,85	23º	
Círculo Cervejeiro								3	3	6	4		16	0,68	24º	
Carruagem Elétrica									5	5	2		12	0,51	25º	
Rodoviária						11							11	0,47	26º	
Trenzinho										2	6	2	10	0,42	27º	
Artesanato											4		4	0,17	28º	
Vacina								3					3	0,13	29º	
Tempo/clima												3	3	0,13	30º	
Atualização						2							2	0,08	31º	
Roteiro Cervejeiro													2	0,08	32º	
TOTAL					271	338	496	228	222	214	266	324	2.359	100,00		

Fonte: Turispetro

Com esses dados podemos constatar que a busca por Petrópolis como destino turístico está pautada na demanda por atrativos voltados para aspectos históricos e culturais e que perpassam necessariamente pelo patrimônio edificado da cidade. Os museus e demais pontos localizados em imóveis tombados são os que lideram o interesse de visitação, demonstrando como a história da cidade não está restrita a um vínculo ou memória locais e sim tem uma capacidade de conexão e pertencimento com um aspecto nacional da história.

Dessa maneira, podemos dizer que a educação patrimonial aplicada tanto à população quanto aos turistas se torna, então, primordial para que essa visitação crescente continue sendo feita, mas de maneira sustentável onde o patrimônio seja o protagonista não só nos rankings, mas principalmente nas políticas de conservação, manutenção e restauro, fortalecendo as atividades de educação patrimonial.

4.3 O uso do mapa como ferramenta turística

Com uma abordagem técnica, o autor Cleidison Vieira de Rezende, destaca em seu artigo *Cartografia turística: o mapa como mediador na interpretação do território de Ouro Preto-MG*, que o objetivo inicial da cartografia se configura em expressar, em uma base plana e com a utilização de coordenadas, os pontos que tenham perfeita ligação com seu semelhante na superfície terrestre, de maneira que, quando transposto para a superfície real, esse espaço tenha uma perfeita correspondência (REZENDE, 2011, p.20), permitindo, assim, as noções de direção, espaço e distância.

Segundo o IBGE (2004), a cartografia consiste em

Um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa à elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

Os registros históricos contam que o primeiro mapa elaborado data de 2.300 a.C, e foi encontrado na região da Mesopotâmia. Já no ano 500 a.C, na região da Grécia, tiveram início as primeiras tentativas de se criar regras para a criação cartográfica. Com a expansão das grandes navegações, no séc. XV, ficou cada vez mais necessário que os mapas fossem o mais verossímeis possível (SENE; MOREIRA, 2010). Inicialmente a produção de mapas tinha forte relação com o reconhecimento de território para realização de conquistas e descobertas. No

passado a criação dos mapas estava identificada com as relações de poder, principalmente considerando as rotas de comércio e outras estratégias militares. Os autores Laíze Leite Vieira e Ivanilton José de Oliveira (2013, p.3) refletem que atualmente “este poder associa-se ao domínio de informações que auxiliem na tomada de decisões e à orientação sobre a realidade de um lugar, de modo a proporcionar o conforto do saber”. Com o tempo, a criação cartográfica foi se transformando para se adequar a diferentes objetivos e realidades, como estudos sobre habitação, topografia, clima, transportes, entre outros, sendo o turismo uma das áreas contempladas.

Aplicando esses conceitos à área turística, podemos observar que os mapas atuam trazendo as informações que são necessárias para o conhecimento desse novo território, já não com a perspectiva de conquista, mas sim de lazer e cultura. No turismo, os mapas temáticos oferecem suporte ao monitoramento, tanto em nível de planejamento quanto na execução de projetos. Os dados que constam nesses mapas temáticos são necessários não apenas para a localização dos visitantes, mas também nas áreas de gestão, seja na cidade ou na organização dos eventos e atrativos sazonais. Assim,

O atlas permite o entendimento das paisagens, dos valores culturais e especificidades existentes no patrimônio cultural local. Pode ser apropriado pelo turismo para divulgação do local, servir como material de apoio para conhecimento do patrimônio e, até mesmo, como uma forma de atualização dos dados relativos ao turismo. Para a gestão turística e patrimonial, um atlas se constitui como importante instrumento para conhecimento geográfico e administração do território. (BURDA; MARTINELLI, 2014, p.25)

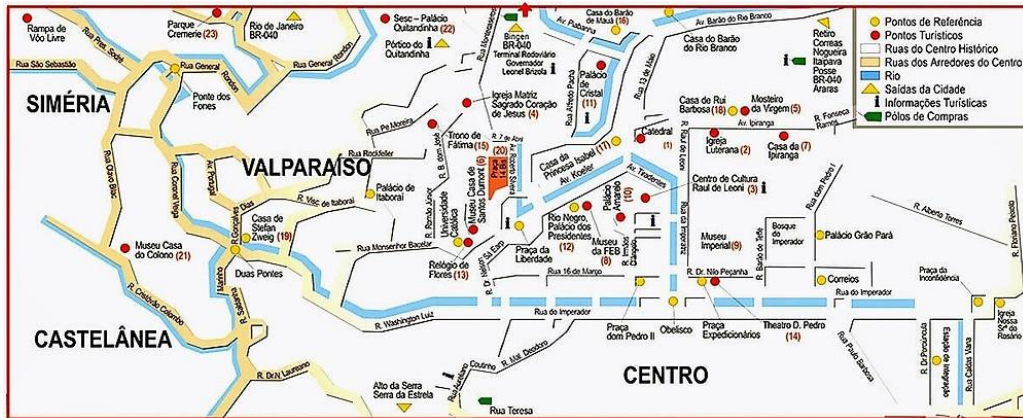
Em Petrópolis, os mapas elaborados para o setor apresentam algumas deficiências, com seleção restrita de atrativos expostos, uso meramente ilustrativo e algumas distorções geográficas, além de não serem mais disponibilizados em material físico e não terem atualizações constantes. Esse potencial dos mapas acaba sendo pouco explorado pelos gestores locais, mas, segundo as autoras Cláudia Maria Correia Borges Rech, Kênya Naoe de Oliveira e Ruth Emília Nogueira Loch, esse não é um problema somente da cidade em questão,

No Brasil, falta uma cultura cartográfica, ou seja, falta conhecimento do uso de mapas e de outros produtos cartográficos como ferramentas imprescindíveis no fornecimento de informações para o desenvolvimento e gestão do país. Porém, ela está ganhando uma conotação diferenciada neste início de século, pois várias questões envolvendo problemáticas ambientais e gestão do território estão em evidência. (RECH; OLIVEIRA; LOCH, 2005 p.3)

Os mapas que tivemos acesso, conforme as imagens a seguir, demonstram uma distorção territorial, não dando ao visitante a real dimensão das distâncias, além de estarem concentrados

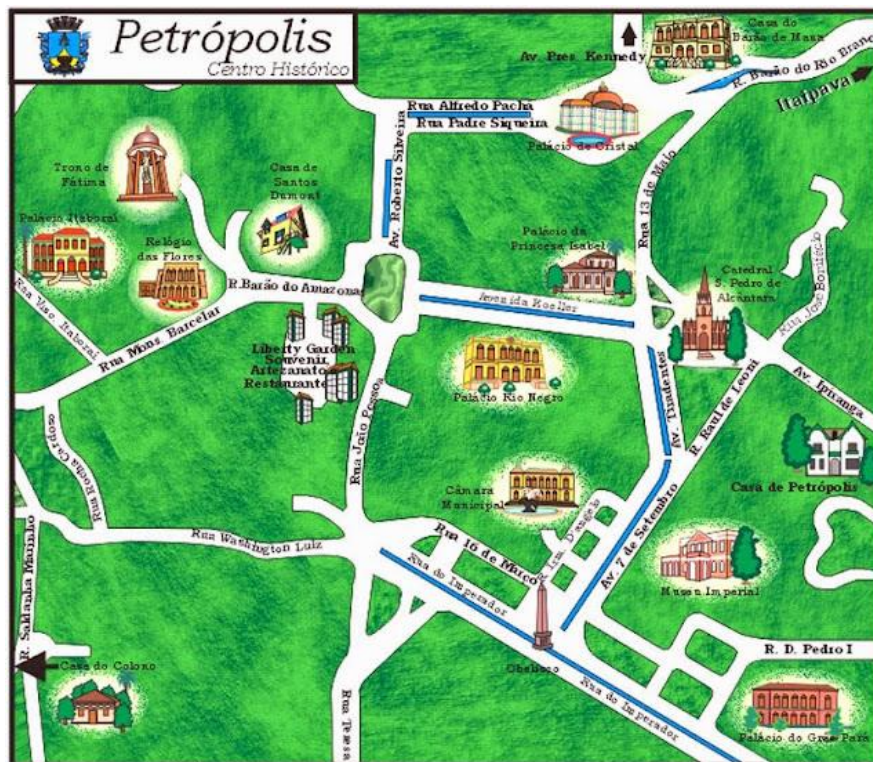
apenas nos pontos já consagrados, não consistindo ou criando uma nova possibilidade de exploração e conhecimento do território, além de não trazer a diversidade de identidades locais.

Figura 39 – mapa turístico de Petrópolis



Fonte: <https://www.turisteandoelmundo.com/post/petropolis-ciudad-imperial>

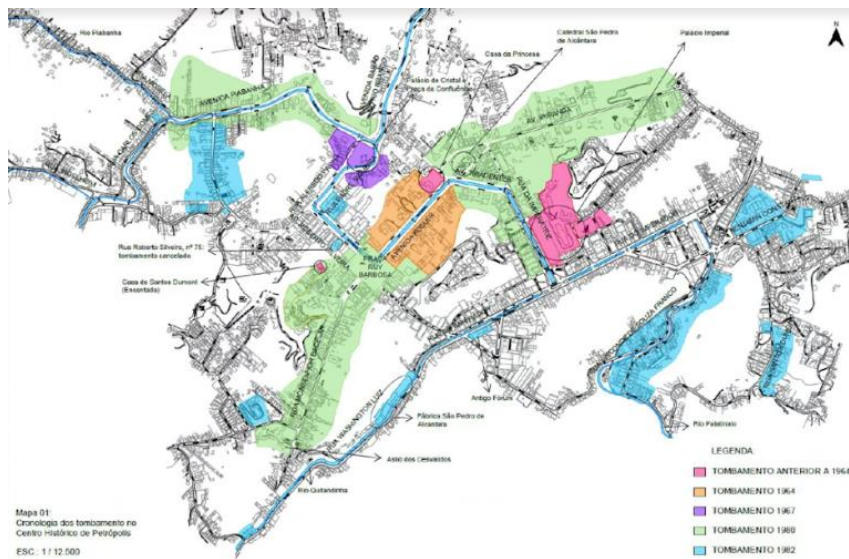
Figura 40 – Mapa Turístico centro histórico



Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2014/06/mapas-de-petropolis-rj.html>

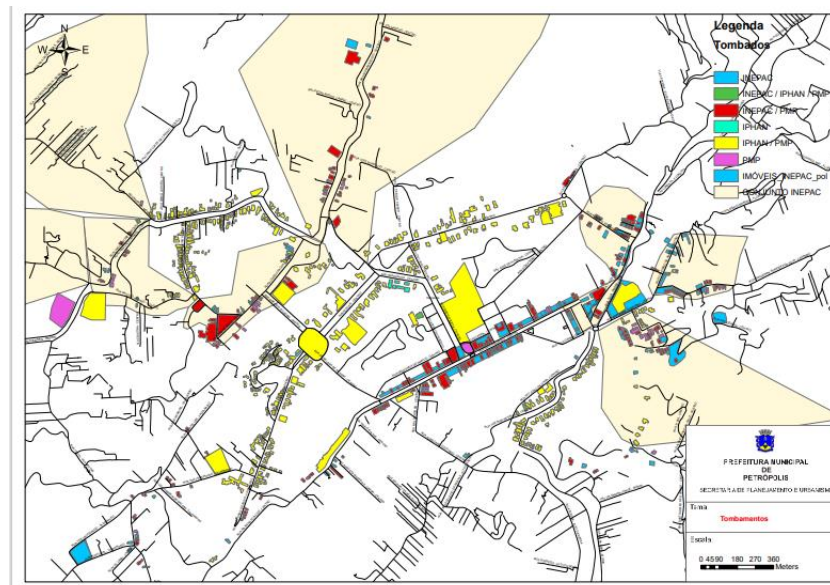
Em contrapartida, os mapas relacionados ao monitoramento das áreas tombadas, ainda que elaborados com o rigor técnico, não representam possibilidades de uso por parte dos turistas, alunos ou população, que queiram usar essa ferramenta para uma melhor compreensão desse patrimônio.

Figura 41 – Áreas tomabadas



Fonte: cessão de Mário Lordeiro

Figura 42 – Imóveis Tombados



Fonte: cessão de Mário Lordeiro

Essa temática é o que abordam especificamente as autoras Ana Betânia S. P. Martins e Claudia F. Baeta Leal, quando colocam que

(...) definir duas formas gerais de abordagem: de um lado, metodologias da cartografia que tratam a questão cultural a partir de uma mais técnica, na qual a produção cartográfica debruça-se na “captação” de dados do espaço físico e não inclui ou dialoga pouco com o usuário final; e outra abordagem que se propõe participativa, cujos mapeamentos culturais tentam

aproximar o usuário e leitor de mapas do processo de produção e aquisição dos dados que serão lançados no mapa, considerando inclusive suas interpretações sobre os temas representados cartograficamente (MARTINS; LEAL, 2015, p.31).

Por esses motivos vemos a necessidade da elaboração de um mapa turístico temático sobre o patrimônio tombado de Petrópolis, onde tenhamos tanto o aspecto técnico quanto uma linguagem acessível, que auxilie nos propósitos da educação patrimonial, levando em conta a sistematização das informações, uma boa visão espacial, de fácil comunicação e com linguagem direta. Precisamos ter em mente que os usuários desse mapa, sejam turistas, estudantes ou qualquer outra pessoa da comunidade local, normalmente não tem um conhecimento profundo sobre cartografia, por isso se faz necessário que o autor do mapa transmita as informações da maneira mais clara possível, com os objetivos do mapa bem delineados, além de levar em conta a dimensão pedagógica, que pressupõe uma rápida apreensão daquele conteúdo exposto.

O recorte escolhido para os tipos de patrimônio retratados no mapa levou em conta o processo geral de formação e criação da cidade de Petrópolis, com a valorização de diferentes referências culturais, que aplicada à questão de um mapa com diferentes imóveis, traz igualmente tanto diferentes formas de morar como referência aos diversos grupos responsáveis por essa diversidade cultural. Com esse recorte pretendemos começar um diálogo entre esse patrimônio e a sociedade, assim como ampliar a oferta turística. Além disso, através das legendas, o mapa proposto traz também o estado de conservação desses imóveis, auxiliando na preservação, gestão e monitoramento desses bens, assim como a destinação de cada um deles, demonstrando aqueles que podem ou não ser visitados durante as atividades turísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar temas ligados ao patrimônio é sempre um desafio, seja passando pelo estudo para compreender suas motivações, seja na execução das políticas de conscientização. O fato é que a preocupação com a salvaguarda do patrimônio edificado normalmente não foi acompanhada de políticas voltadas para a viabilização desse propósito e nem procura trabalhar com a conscientização constante por parte do povo, salvo algumas exceções. Pelo contrário, sem orientação e diretriz, boa parte dos imóveis tombados, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal, são deixados em estado de abandono, em um misto de ignorância, revolta e, principalmente, falta de recursos por parte dos proprietários. Sem contar a falta de um processo de reconhecimento entre a população e esses espaços de memória.

O caso de Petrópolis, especificamente tratado nessa dissertação, teve um percurso de tombamentos que veio desde a criação do órgão, como falado nos capítulos precedentes. Ainda assim, órgãos municipais de fiscalização ligados à área de patrimônio só foram criados na década de 1980, ou seja, quase 50 anos após os primeiros tombamentos da cidade.

Retomando o que já trabalhamos, podemos observar que ainda que os tombamentos individuais estivessem acontecendo, a luta pelo tombamento de conjunto só teve início quando um dos imóveis icônicos, da rua mais tradicional da cidade esteve em risco de demolição, mas quantos outros, considerados menos nobres pelos petropolitanos não desapareceram em ruínas e demolição? Citamos ao longo do trabalho o caso de alguns exemplares arquitetônicos que ou desapareceram ou estão em estado de avançada ruína, como a antiga matriz, a sede da fazenda do Córrego Seco, a casa da Nair de Teffé, entre outros.

Uma região que, desde o seu início como formação de cidade, esteve atrelada a uma forte setorização territorial em relação à divisão de classe, não conseguiu desenvolver uma prática eficiente no que se refere tanto à manutenção de suas casas históricas, quanto em desenvolvimento acadêmico sobre o tema. Em uma cidade cuja área destinada a preservação arquitetônica representa quase a totalidade do que chamamos de “centro histórico”, era esperado que estivesse sido desenvolvida uma melhor infraestrutura para a preservação e fiscalização desses bens. Sem mencionar a necessidade de expansão, na prática, do conceito de tombamento entre a própria população e entre gestores. No entanto, a falta de comunicação entre as instâncias pública e privada tem dificultado a ideal política de tombamento na cidade. Somado a isso temos a ausência de uma tradição acadêmica voltada para a preservação, não só em Petrópolis como no país como um todo. O que é um problema não só local. Até a década de 1970 os profissionais brasileiros que se interessavam pela área de preservação de bens imóveis

tinham que buscar formação especializada no exterior, já que no Brasil, as primeiras tentativas começaram na USP, com o primeiro curso de especialização em preservação do patrimônio arquitetônico, feito em 1964. No caso de Petrópolis existem três universidades que oferecem o curso de arquitetura: a Estácio de Sá, com a primeira turma de 2013, e a UERJ, em 2016 e a Universidade Católica de Petrópolis (UCP), que jamais chegou a responder à consulta feita sobre o ano de abertura do curso de arquitetura; datas essas que podem ser consideradas muito recentes, perto das demandas da cidade.

Assim, em uma cidade que começou seu processo de preservação arquitetônica em 1938, a população só teve acesso a formação em arquitetura mais de 70 anos depois. Porém, não há na cidade nenhum curso de restauro e mesmo as matérias ofertadas nas universidades não contemplam a parte prática de se lidar com esse tipo de edificação, fixando-se muito mais na parte teórica. Caso o professor, por si só, não estimule esse contato direto com a realidade da cidade, os alunos ficam sem se aprofundar na perspectiva local. Os profissionais formados em instituições de ensino fora da cidade, não tiveram oportunidade, da mesma maneira, de estudar os casos específicos de Petrópolis.

Dessa forma, a cidade que se mostrou pioneira no tombamento de conjunto urbano-paisagístico, não tinha recursos para saber o que fazer com esse patrimônio após a implementação das políticas de preservação, nem mão de obra especializada para orientar os proprietários no trato com esse tipo de bem. Como dissemos, o trabalho não termina com a conquista do tombamento, na verdade é aí que ele começa. Assim, começou na cidade uma forte deterioração dos bens que tanto esforço levaram para serem incluídos nos livros do Tombo.

De um lado, um poder público que não possui mão de obra, técnica e orçamento para realizar as intervenções necessárias; de outro, os proprietários que, por falta de um projeto de conscientização, não só não compreendem a importância dessas ferramentas como, pelo contrário, revoltam-se e preferem deixar o bem ruir a investir em sua recuperação. A especulação imobiliária em torno dos terrenos também dificulta as ações, uma vez que, para esses proprietários, o imóvel demolido vale muito mais do que ele recuperado. É o caso que observamos pessoalmente com a casa Franklin Sampaio, um imóvel construído em 1874, pelo religioso Monsenhor Bacelar, que veio acompanhando a família imperial e que, depois de ser propriedade de João Teixeira Soares, pertenceu a Franklin Ferreira Sampaio, indivíduo responsável pela instalação de luz elétrica em Petrópolis, assim como outras obras de infraestrutura. A casa está sendo deixada em processo de ruínas por alguns proprietários, provavelmente com o objetivo de se aproveitar o valor imobiliário do terreno, localizado em

área nobre. Em 2022, a autora, junto com o IPHAN e o MPF fez uma proposta de reuso da casa, contemplando o restauro sem custo para os proprietários, o que foi negado. Assim como foi negado o acesso a um grupo de alunos de arquitetura da UERJ, para a elaboração de um dossiê sobre o imóvel. A noção entre público e privado, propriedade e preservação se misturam em um imóvel tombado e sem o devido trabalho de educação patrimonial se torna muito difícil tornar os proprietários parceiros conscientes nessa empreitada.

Durante o processo de pesquisa e de trabalho diretamente com esse tema, variadas vezes fomos confrontados com outros casos que demonstram de maneira explícita essa confusão que se opera na mente dos proprietários de imóveis tombados. Um dos casos ocorreu em uma casa na rua Ipiranga, onde o proprietário queria realizar um projeto para captação de recursos em leis de incentivo, mas não queria que sua casa devolvesse nada em troca à sociedade, ou seja, sua pretensão era de que fosse possível utilizar recursos de isenção de impostos públicos para que apenas sua família usufruísse do espaço. Outro caso temos na casa Tavares Guerra, que foi gerida pela autora entre 2020 e 2022. Os proprietários, após a autora regularizar o imóvel em todas as instancias legais, resolveram que gostariam de ter apenas uma administração familiar, já que aquela era a casa da tia deles, e assim, todo o projeto de recuperação tanto estrutural quanto cultural desse imóvel ficaram estagnados.

Dessa maneira, falta de verba, fiscalização e consciência fizeram com que o rico casario dos conjuntos tombados começasse a apresentar fortes discrepâncias entre os seus imóveis. Aqueles que os proprietários possuem maiores condições financeiras ainda mantêm um bom aspecto, mas a maioria desses casos são imóveis vendidos para estabelecimentos comerciais, e encontram-se totalmente modificados tanto internamente quanto a área externa dos jardins.

Devido também ao curto espaço de tempo entre a construção desses imóveis e a implementação das políticas de preservação, para muitos donos essas casas não são vistas como monumentos históricos, e sim como a “casa da tia”, a “casa dos avós” e que por essa característica não desperta um sentimento de necessidade de compartilhar essa partícula da história com a comunidade local, faltando um trabalho de recuperação histórica e simbólica.

A casa, como item simbólico, é um elemento de construção social, e de extrema importância para compreendermos a formação de uma sociedade, pois através de seu estudo aprofundamos tanto na questão de formação de gosto, quando na evolução das formações familiares, por exemplo. E é através de diferentes formas de morar e de construir que também podemos valorizar as diferentes matrizes culturais e sociais de uma região. Considerando esses fatores, as casas, a partir do momento em que nos permitimos aprofundar o conhecimento sobre elas, tornam-se documentos de uma época, e por isso a importância de sua preservação vai

muito além dos estilos arquitetônicos e demais informações que a edificação pode nos transmitir. Vai muito além, até mesmo, da história íntima dos que ali viveram. Elas passam a se tornar um lugar de memória, ligados tanto a uma história pessoal, quanto geral.

Por isso a importância e a busca não só pela preservação dos espaços já consagrados, mas principalmente em ampliar essa conscientização, como dissemos nos capítulos anteriores. Além disso, a conservação de todo o conjunto histórico tem grande potencial para gerar uma visão positiva deles por parte do setor turístico. Em Petrópolis, o segmento turístico está diretamente atrelado ao patrimônio cultural da cidade. Como observamos no capítulo 4, a maior motivação de deslocamento para a cidade está ligada à visita a lugares e prédios históricos, como o Museu Imperial e o Museu Casa de Santos Dumont. Apesar desse fato, as demais casas históricas que não estão sob administração federal ou municipal, não recebem qualquer tipo de incentivo para se transformarem em atrativos ou centros culturais. Nesse caso, o desconto de IPTU, por exemplo, é o mesmo dado a um imóvel que tenha apenas a fachada tombada e uma casa Tavares Guerra, que recebeu em seu segundo ano de funcionamento mais de 20 mil turistas.

A visão de turismo que prevalece na administração da cidade está ligada ao setor hoteleiro, gastronômico e cervejeiro. São as empresas desses ramos que conseguem determinados benefícios, como isenções ou descontos de impostos vultuosos para suas atividades, enquanto as empresas que lidam com a área cultural e de patrimônio não encontram as mesmas facilidades. Além disso, boa parte da administração de importantes setores ligados à gestão do turismo e da cultura tem sido feito com base em indicações partidárias, e não em competências técnicas. Isso afeta toda a cadeia produtiva do setor, gerando uma forte perda de confiança dos fazedores de cultura locais.

Esses fatos observados corroboram a importância de fazermos uma conscientização sobre a importância do patrimônio histórico edificado, indo além do centro histórico. Essa conscientização é importante para toda a população. Não apenas de arquitetos e historiadores, mas sim toda e qualquer pessoa que em algum momento do exercício de sua profissão atuará em um imóvel tombado. Vale lembrar que a maior parte desses edifícios históricos estão se transformando em escolas, clínicas ou bancos. Não é de se esperar que uma faculdade de medicina aborde questões de patrimônio, então essa formação deve vir de maneira sólida pela trajetória escolar e também direcionada para outros setores da população. Facilitaria muito o trabalho dos órgãos de patrimônio se todos os ocupantes desses imóveis tivessem uma base de consciência sobre como estar neles de forma sustentável.

Além disso, o trabalho contínuo de conscientização é de extrema importância para a criação de vínculo entre a população e a história local, favorecendo os laços de identidade e pertencimento. Afinal, podemos nos questionar, como estamos nos vendo nesse patrimônio? De que forma as novas gerações conseguirão realizar esses vínculos? Parecem palavras abstratas e repetidas até o cansaço, mas a verdade é que a prática quando não efetivada leva à repetição do discurso. Podemos observar, com dados concretos, a falta de vínculo gerada pela ausência de um ensino adequado de escola local. Podemos ver com esse exemplo, vivido pela autora quando atuava como professora em uma escola municipal de referência, localizada no bairro Mosela, a maior parte dos alunos jamais havia visitado o Museu Imperial e muito menos conseguia localizá-lo no mapa. Vamos trabalhar em uma situação hipotética em que esse imóvel fosse comprado para a demolição, que diferença isso faria na vida desses jovens que não conhecem a importância do local?

Usar um exemplo desse chega a ser cruel, pois é um prédio ligado a história nacional e cujo valor consegue ser rapidamente comunicado, mas o que dizer de uma casa como a Franklin Sampaio? Que tipo de pressão esses estudantes e futuros profissionais podem fazer se não se sentem vinculados a essa história. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a demolição do prédio do antigo colégio Werneck, instituição tradicional na cidade, para dar espaço a um grande e moderno shopping center, feito fora de todas as legislações de códigos de posturas e obra da cidade. Poucas pessoas sentiram o impacto dessa perda.

Dessa maneira, devemos pensar em um projeto que consiga aliar a educação patrimonial e o turismo, que se paute para além dos prédios consagrados, pretendemos fazer uma ponte entre a memória pessoal e uma história geral, uma ligação entre os cidadãos e o espaço onde vivem. Nesse sentido, o uso do mapa, que consta no Anexo A, pode ser interessante e com um efeito quase imediato. Para isso se torna necessário pensar fora do circuito conhecido, para abranger o conhecimento sobre todas as formas de morar, e não só os espaços já consagrados.

Uma outra ferramenta, já posta em execução, foi a criação de um seminário sobre o tema, unindo diferentes profissionais e diversas perspectivas sobre o patrimônio da cidade, cuja programação completa consta no Anexo B. O seminário Petrópolis, Memória e Patrimônio ocorreu nos dias 20 e 21 de outubro, na Casa Cláudio de Souza e foi voltado para o debate do panorama atual da preservação do conjunto arquitetônico histórico tombado de Petrópolis, resultado de ações do Iphan, do Inepac, do Conselho Municipal de Tombamento e de membros da sociedade civil. O objetivo desse debate foi não só valorizar esse variado conjunto arquitetônico como também ressaltar os principais desafios que a cidade vem enfrentando nas políticas de salvaguarda. Já como um desdobramento das pesquisas que envolveram a

elaboração dessa dissertação, o seminário contou com a presença de variados setores que trabalham com o patrimônio da cidade, trazendo interessantes debates sobre diferentes perspectivas, incluindo desde os desafios da gestão de um bem tombado, passando pelas pesquisas acadêmicas e pelo trabalho dos órgãos de tombamento. A proposta é que ele possa ser realizado anualmente, incorporando a cada edição novos aspectos.

Dessa maneira podemos afirmar que essa discussão e essas iniciativas não encerram o trabalho, outras etapas podem e devem surgir para podemos dar uma continuidade adequada ao trabalho que começou lá em 1936, com a criação do IPHAN. Dessa maneira poderemos salvaguardar nossa história, memória e identidade, para nós mesmos e para as futuras gerações, pensando em novos caminhos, novos passos sociais que sejam de fato integradores e capazes de transformar a atual realidade.

REFERÊNCIAS

Reportagens de jornais e periódicos:

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação Patrimonial reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

ALCÂNTARA, P. M.; Leandro Pereira; OLIVEIRA, A. L. . O movimento integralista em Petrópolis (1933-1938). *CES Revista* (CES/JF. Impresso), v. 27, p. 295-310, 2013.

ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. Curso de história de Petrópolis. *Boletim Semestral do IHP*, ano 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=4360>. Acesso em: 01 set. 2022.

AULER, Guilherme. As propriedades do major Koeler em Petrópolis. *Vozes de Petrópolis*, [Petrópolis], 1953. p. 577-597. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5515> Acesso em: 30 nov. 2022.

ANDREW, Nicholas. *A história da malha rodoviária brasileira*. Rodoquick Transportes. Disponível em: <https://rodoquick.com.br/blog/a-historia-da-malha-rodoviaria-brasileira/> Acesso em: 01 set. 2023.

BRETZ, Walter João. A matriz velha de São Pedro de Alcântara em Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, [Petrópolis], 25 maio 1926. Disponível em: <https://www.alemanhaemusica.com.br/index.php/a-matriz-velha-de-sao-pedro-de-alcantara-em-petropolis> Acesso em: 30 nov. 2022.

BURDA, Naomi Anaue; MARTINELLI, Marcello. Cartografia do Turismo: a elaboração de roteiros turísticos do patrimônio cultural da Lapa (PR). In: *Geografias*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Cartografia-do-Turismo%3A-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-roteiros-do-Burda-Martinelli/0e98ffd807fabd5cb0f069b0553b1d55b756d2d8>. Acesso em: 03 set. 2023.

CHAGAS, Mário. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.2, n. 2, 11, 1994. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>. Acesso em 01 set. 2021.

COSTA, Daniella Martins; MORGADO, Daniela Quireza Campos. *Vernácula e de contexto*: Contribuições de Dora Alcântara para um estudo tipológico em Petrópolis. 23 jun.

2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.265/8532> Acesso em: 02 set. 2023.

CARDOSO, José Antônio dos Santos. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo e Henrique Laemmert, 1879. v. 1

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Os primórdios do turismo organizado em Petrópolis. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 6., 2010. Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/09/Os%20Primordios%20do%20Turismo%20Organizado%20em%20Petropolis.pdf Acesso em: 02 set. 2023.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Turismo em Petrópolis no início do século XX: história e construções culturais. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011. São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163936_ARQUIVO_TURISMOEMPETROPOLISNOINICIODOSECULOXX-HISTORIAECONSTRUCOESCULTURAIIS.pdf Acesso em: 10 set. 2023.

FABRINO, Raphael; DUARTE, Alice. A ampliação do conceito de patrimônio cultural e a Unesco. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 254–270, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38565>. Acesso em: 5 jul. 2023

FREITAS, Carolina. *Você sabia que o Palácio Imperial de Petrópolis nem sempre foi rosa?* In: Petrópolis sob lentes, [Petrópolis], 12 maio 2021. Disponível em: <https://petropolisoblentes.com.br/voce-sabia-que-o-palacio-imperial-de-petropolis-nem-sempre-foi-rosa/> Acesso em: 30 ago. 2023

GAZETA DE PETRÓPOLIS. O Banco construtor e a iluminação particular. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, ano V, n.1, 1 jan. 1896, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=304808&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=1597>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Periódicos FURG*, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 12 set. 2021.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. *Pós*, São Paulo, n. 21, jun. 2007. p. 198-243.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, [S. l.], n. 1, p. 16-40, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LORDEIRO, Manoel de Souza. A atualidade do plano urbanístico de Koeler. *Tribuna de Petrópolis*, [Petrópolis], 16 mar. 2000. Suplemento. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1839> Acesso em: 30 nov. 2022.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *A Reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. In: Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, 2005. p. 95-105.

MALTA, Marize. *Museologia & Interdisciplinaridade: arte doméstica e imagem da nação: um olhar sobre os museus-casa de Rui Barbosa e de Benjamin Constant*, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12641>. Acesso em: 12 set. 2021.

MARTINS, Ana Betânia S. P.; LEAL, Claudia F. Baeta. Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural. In: *Revista Geografia e Pesquisa*, Ourinhos, v. 9, n. 2, p. 29-36, 2015.

MPF VAI À JUSTIÇA para que seja feita a restauração da "Casa de Ana Mayworm", um dos patrimônios da arquitetura germânica em Petrópolis. *Tribuna de Petrópolis*, [Petrópolis], 28 jun. 2022. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/mpf-vai-a-justica-para-que-seja-feita-a-restauracao-da-casa-de-ana-mayworm-um-dos-patrimonios-da-arquitetura-germanica-em-petropolis/> Acesso em: 01 set. 2023.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 34, p. 249-279, 2012.

MUSEU Imperial teve visitação recorde de mais de 446 mil pessoas em 2019. *Tribuna de Petrópolis*, [Petrópolis], 02 fev. 2020. Disponível em: https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/museu-imperial-teve-visitacao-recorde-de-mais-de-446-mil-pessoas-em-2019/?page&news=museu-imperial-teve-visitacao-recorde-de-mais-de-446-mil-pessoas-em-2019&post_type=news Acesso em: 10 set. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 1 set. 2021.

PADILHA, Marcela do Nascimento. Turismo, patrimônio histórico e transformações socioespaciais em cidades tombadas: o caso de Paraty. *Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade*, v. 8, n. 4, p. 434-449, 2016.

PAES, Maria Tereza Duarte. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Geografia*, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.

PANAZZOLO, Flavia de Brito. Turismo de massa: um breve resgate histórico e a sua importância no contexto atual. In: *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 3., 2005, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2005. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf> Acesso em: 02 set. 2023.

PAREDES, Aghata. A relação de amor do centenário Plácido da Rocha Miranda com a cidade. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 2022. Casa & Campo. Disponível em: <https://tribunadepetropolis.com.br/noticias/a-relacao-de-amor-do-centenario-placido-da-rocha-miranda-com-a-cidade/> Acesso em: 27 fev. 2023.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], n. 3, p. 4-14, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, p. 89-102, 2013.

RANGEL, Aparecida. A construção da subjetividade no museu-casa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 44, p. 199-212, 2012.

RECH, Claudia Maria Correia Borges; OLIVEIRA, Kênya Naoe de; LOCH, Ruth Emília Nogueira. *Orientações para elaborar um mapa temático turístico*. Disponível em: http://www.geolab.faed.udesc.br/sites_disciplinas/Cartografia_tematica/Texto_03_orientacao_carto_tematica.pdf Acesso em: 03 set. 2023

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 34, p. 223-247, 2012.

RIO tem duas cidades na lista de melhores destinos históricos. Veja Rio, Rio de Janeiro, 17 mar. 2023. Cidade. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/rio-duas-cidades-ranking-destinos-historicos> Acesso em: 2 ago. 2023.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310. 2002.

SILVA, Adriana Pisoni. O turismo nos sítios históricos urbanos: o patrimônio para além dos monumentos. *In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 3., 2005, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2005. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-turismo-de-massa.pdf> Acesso em: 02 set. 2023.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. De Banco de Petrópolis a Banco do Brasil. *Tribuna de Petrópolis*, [Petrópolis], 25 fev. 2009. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5133> Acesso em: 30 nov. 2022.

VASCONCELLOS, Francisco de. O tema é ainda Paulo Barbosa da Silva. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 03 dez. 2000. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1848> Acesso em: 30 nov. 2022.

VIEIRA, Laíze Leite; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Cartografia aplicada ao turismo: mapas para turistas. *In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 10., 2013, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2013. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[43\]x_anptur_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[43]x_anptur_2013.pdf) Acesso em: 08 ago. 2023.

Legislações:

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, [Rio de Janeiro], p. 24056, 6 dez. 1937. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 101, de 29 de setembro de 1857. Decreta a elevação de cidade as vilas de Valença e Vassouras e a povoação de Petrópolis. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 268, 01 out. 1857.

PETRÓPOLIS. Lei Municipal nº 4.182, de 05 de dezembro de 1983. Cria o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico de Petrópolis e dá outras providências. Petrópolis: 1983.

Processos de tombamento e documentos técnicos:

BORGES, Vera Lúcia. *Turismo Histórico-Cultural*. Fundação Cecierj, 2015. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/122016/4ce778b132b25a1de6c36e18120c2b64.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. [Brasília]: IPHAN, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf Acesso em: 03 jul. 2023.

IBGE. Glossário. 2004. Disponível em: <https://sites.google.com/capes.net.br/glossario-coleta/2-produ%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica/2-2-cartas-mapas-ou-similares>. Acesso em: 02 set. 2023.

INEPAC. *O INEPAC: histórico*. [20-]. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico> Acesso em: 30 nov. 2022.

IPHAN. *Carta de Veneza*. [Veneza]: IPHAN, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 30 ago. 2022.

IPHAN. *Normalização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf Acesso em: 30 nov. 2022.

IPHAN. *Of. nº 103/97-9ªCR/IPHAN/SP*. São Paulo: IPHAN, 11 mar. 1997.

IPHAN. *Plano de Preservação: sítio histórico urbano*. Brasília: IPHAN/Ministério da Cultura, 2003.

IPHAN. *Processo IPHAN n.º 662-T-62*. Tombamento do conjunto urbano paisagístico de Petrópolis/RJ. 1962.

IPHAN. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

IPHAN. Patrimônio cultural. [20-]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em: 10 set. 2023.

PETRÓPOLIS. *Código de posturas do município de Petrópolis*. Petrópolis: Typ.da Pap. Jeronymo Silva, 1900.

PETRÓPOLIS. Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis. *Indicadores do turismo de Petrópolis*. [Petrópolis]: [S. n.], 2014.

Livros, dissertações e teses:

ALGEBAILLE, Simone. *O palácio e o mobiliário: ostentação e requinte do Palácio das Laranjeiras*. 2020. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervo) - Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

ALGRANTI, Leila. Famílias e vida doméstica. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 181-232.

ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. *Os verões presidenciais em Petrópolis*. [Petrópolis]: [s. n.], 2000. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=1704> Acesso em: 30 nov. 2022.

AMARAL, João. *Como fazer uma pesquisa bibliográfica*. Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDREOTTI, Azilde. *Acervo de Fontes de Pesquisa para a História da Educação Brasileira: características e conteúdo*. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/azilde_andreotti2_artigo_0.pdfIn: www.istedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 05 set 2022.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARÉVALO, Márcia Conceição. Lugares de memória ou prática de preservar o invisível através do concreto. 2004. In: *Encontro memorial do instituto de ciências humanas e sociais*. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/heitor.cavagnari/Meus%20documentos/Downloads/MarciaDaMassena.pdf>. Acesso em 05 de set 2022.

ARIÈS, Philippe. Da família medieval à família moderna. *In: História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

BACHERLARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. *In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs). Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. *In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs). Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1993.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRYSON, Bill. *Em casa: uma breve história da vida doméstica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALABRE, Lia. Diálogos sobre o patrimônio: estado e sociedade em ação. *In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.) Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015, p. 157-168. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1)

CALABRE, Lia. *Escritos sobre políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

CAMERON, Tomás. Os estabelecimentos úteis de Petrópolis. *In: MUSEU IMPERIAL. Anuário do Museu Imperial: edição comemorativa: 50 anos do Museu Imperial/150 anos de fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1995. p. 269-299.

CAVALCANTE, Carolina de Moraes. *A Chácara do Paraíso: permanência e transição*. 2021. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervo) - Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2014.

DAMIANO, Raíssa Rangel. *Possibilidades e limites da gestão compartilhada do conjunto urbano e paisagístico de Petrópolis*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da tapera*. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DUNLOP, Charles. *Petrópolis de Antigamente*. Rio de Janeiro: ERCA, 1985.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

FROES, José Kopke. A mais antiga residência da cidade. *Tribuna de Petrópolis*, Petrópolis, 29 jun. 1953.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1989.

HOMEM, Maria Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

KLUMB, Revert. *Doze horas em diligência: guia de viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: FBN, 2014.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Biografia de um palácio*. Petrópolis: Museu Imperial, 2007

LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso*. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

MALTA, Marize. *O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 181-231.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MUSEU IMPERIAL. *Anuário do Museu Imperial: edição comemorativa: 50 anos do Museu Imperial/150 anos de fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1995.

NEVES, Flávio Menna Barreto; ZANATTA, Eliane Marchesini. *Traços de Koeler: a origem de Petrópolis a partir da planta de 1846*. Rio de Janeiro: Bourdout, 2016.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 8-27.

PEDROSO, M. M. M. *Petrópolis: de povoação-colônia a elevação à categoria de cidade: um estudo sobre sua formação urbana*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1887.

RABAÇO, Henrique José. *História de Petrópolis: antecedentes históricos e a povoação*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.

REIS FILHO, Nestor. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 30-37. (Caderno Temático; 2)

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.) *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, 2015, p. 193-206. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1)

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos Moreira. *Geografia geral do Brasil, v. 1: espaço geográfico e globalização: ensino médio*. São Paulo: Scipione, 2010.

SILVA, Paulo Machado da Costa e. *Conhecendo nosso passado: história da câmara municipal segundo suas atas*. [Petrópolis]: [s. n.], 2006. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=4276>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TAULOIS, Antônio Eugênio de Azevedo. *O barão de Langsdorff e a sua tentativa de promover a imigração alemã na fazenda da mandioca*. [Petrópolis]: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://ihp.org.br/?p=5274>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TAUNAY, Carlos Augusto. Viagem pitoresca a Petrópolis. In: MUSEU IMPERIAL. *Anuário do Museu Imperial: edição comemorativa: 50 anos do Museu Imperial/150 anos de fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1995. p. 13-85.

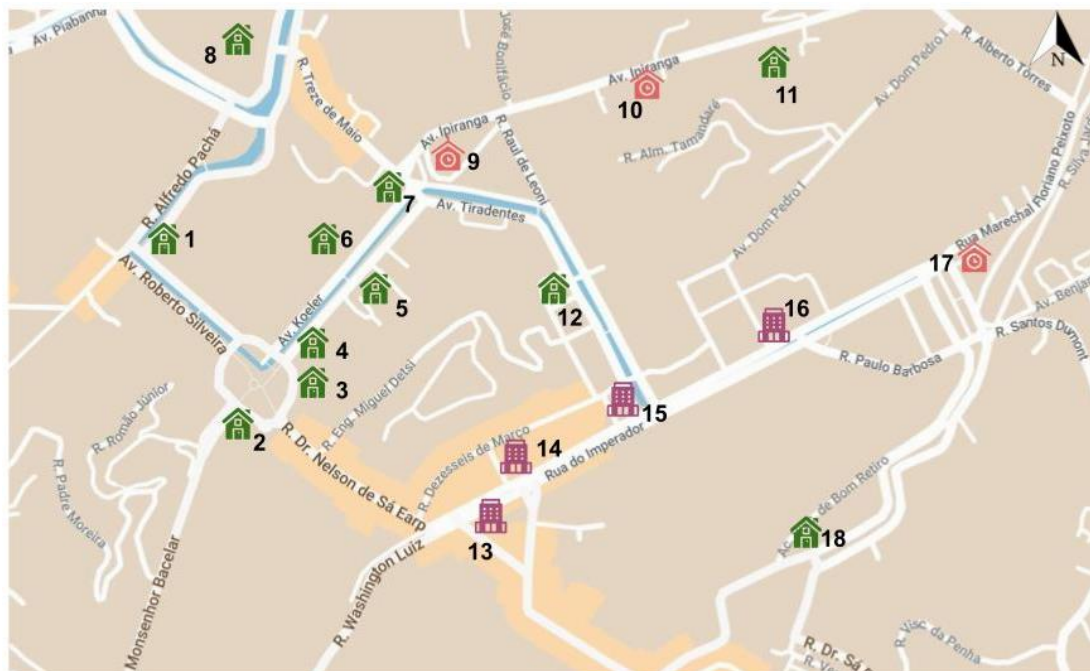
TINOCO, J. Petrópolis: guia de viagem. In: MUSEU IMPERIAL. *Anuário do Museu Imperial: edição comemorativa: 50 anos do Museu Imperial/150 anos de fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1995. p. 197-258.

TOREM, Ana Cláudia. O ornamento na pintura mural decorativa luminense. In: *VI Colóquio Internacional As Casas Senhoriais*, 2019, Belém. As Casas Senhoriais: Anatomia dos Interiores, 2019.

VIOLEET-LE-DUC, Eugene. *Restauração*. Tradução Beatriz Magayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ANEXO A

Mapa Parcial 1 – Centro Histórico



 **1. Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo**

Rua Roberto Silveira n° 150

Tombamento: INEPAC (a confirmar)

Propriedade: privada (Igreja)

Uso: religioso/educacional

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: indefinida

 **2. Casa Cláudio de Souza**

Praça da Liberdade, 247

Tombamento: IPHAN

Propriedade: pública

Uso: cultural

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: sem acesso/somente eventos

 **3. Casa Franklin Sampaio**

Praça Rui Barbosa, 55

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada
Uso: sem uso
Estado de Conservação: abandonada/ruínas
Visitação: sem acesso

4. Vila Itararé

Rua Koeler, 60

Tombamento: IPHAN
Propriedade: privada
Uso: privado
Estado de Conservação: bom estado
Visitação: sem acesso

5. Palácio Rio Negro

Rua Koeler, 255

Tombamento: IPHAN
Propriedade: pública
Uso: cultural
Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções
Visitação: sem definição

6. Palácio Sergio Fadel (Barão do Catete)

Rua Koeler, 260

Tombamento: IPHAN
Propriedade: pública
Uso: político
Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções
Visitação: sem definição

7. Casa da Princesa Isabel

Av. Koeler, 42

Tombamento: IPHAN
Propriedade: privada
Uso: privado/cultural
Estado de Conservação: bom estado
Visitação: interna

8. Casa Visconde de Mauá

Av. Barão do Rio Branco, 3

Tombamento: IPHAN
Propriedade: pública
Uso: educacional
Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: sem definição



9. Catedral

R. São Pedro Alcântara, 60

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada (Igreja)

Uso: religioso/cultural

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna



10. Igreja Luterana

Av. Ipiranga, 346

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada (Igreja)

Uso: religioso/cultural

Estado de Conservação: em obras

Visitação: interna



11. Casa Tavares Guerra

Rua Ipiranga, 716

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: cultural

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: interna



12. Câmara Municipal

Praça Visconde de Mauá, 89

Tombamento: INEPAC

Propriedade: pública

Uso: político

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna



13. Fórum (atual CEFET)

Rua do Imperador, 971

Tombamento: IPHAN

Propriedade: pública

Uso: educacional

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: interna



14. Banco do Brasil

Rua do Imperador com Alencar Lima

Tombamento: INEPAC

Propriedade: privada

Uso: sem uso

Estado de Conservação: em obras

Visitação: sem acesso



15. Casa D'Angelo

Rua do Imperador, 700

Tombamento: INEPAC

Propriedade: privada

Uso: comercial

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna



16. Prédio dos Correios e Telégrafos

Rua do Imperador, nº 350

Tombamento: INEPAC

Propriedade: pública

Uso: comercial

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: interna



17. Igreja do Rosário

Praça da Inconfidência

Tombamento: Inepac

Propriedade: privada (Igreja)

Uso: religioso

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna



18. Barão de Oliveira Castro

Rua Visconde de Souza Franco, nº 590

Tombamento: INEPAC

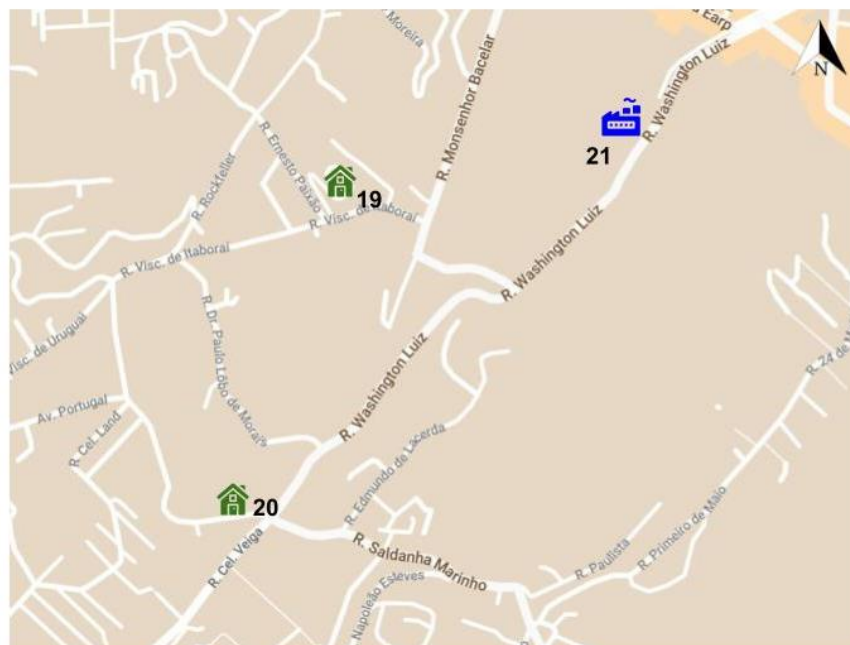
Propriedade: privada

Uso: educacional

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: sem acesso

Mapa parcial 2 – Valparaíso



 **19. Palácio Itaboraí**

R. Visconde de Itaboraí, 188 – Valparaíso

Tombamento: IPHAN

Propriedade: pública

Uso: cultural

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna

 **20. Casa Stefan Zweig**

R. Gonçalves Dias, 34 - Valparaíso

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: cultural

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna

 **21. Fábrica São Pedro de Alcantara**

R. Washington Luiz, 220-414

Tombamento: IPHAN

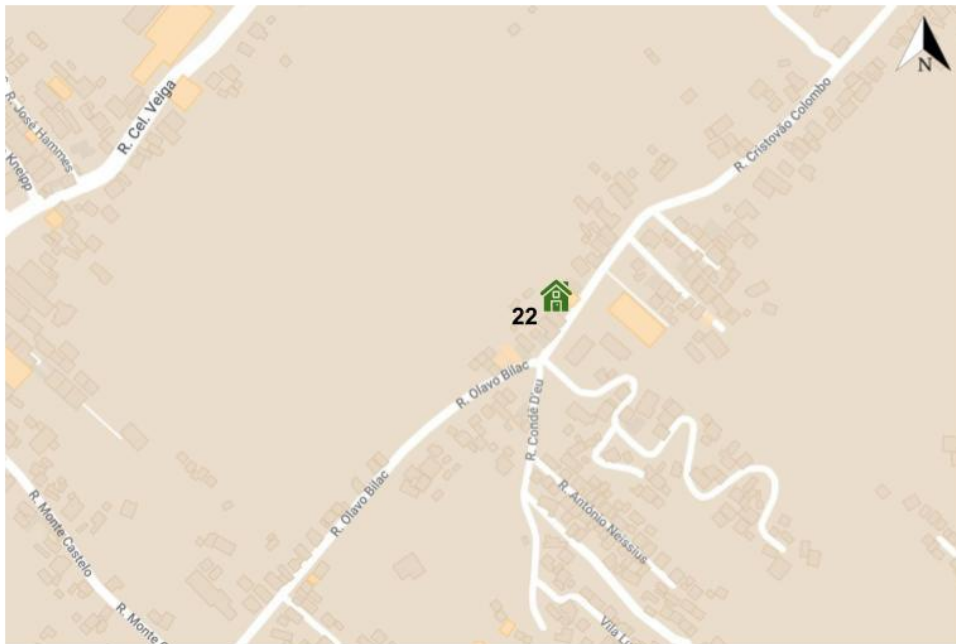
Propriedade: privada

Uso: comercial

Estado de Conservação: em obras

Visitação: sem definição

Mapa parcial 3 – Castelânea

**🏠 22. Casa do Colono**

R. Cristóvão Colombo, 1034 – Castelânea

Tombamento: Iphan

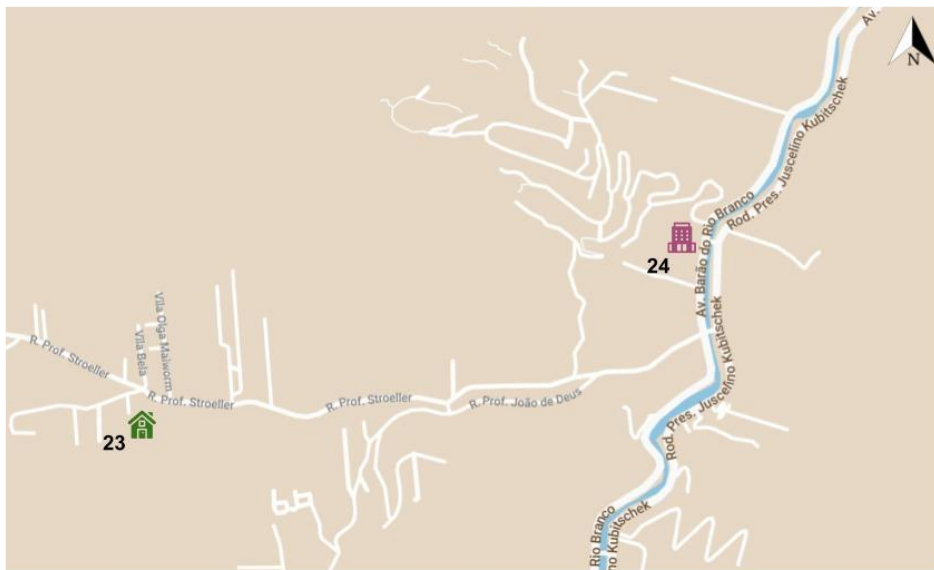
Propriedade: pública

Uso: cultural

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: interna

Mapa parcial 4 – Quarteirão Brasileiro



 **23. Casa Ana Mayworm**

Rua José Mayworm, n° 1377

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: sem uso

Estado de Conservação: abandonada

Visitação: sem acesso

 **24. Matadouro**

Av. Visconde de Rio Branco, n° 2053

Tombamento: INEPAC

Propriedade: público

Uso: educacional

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: sem definição

Mapa parcial 5 – Quarteirão Ingelheim/Bingen



25. Casa dos Constituintes

Rua Ingelheim, 222

Tombamento: INEPAC

Propriedade: privada

Uso: privado

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: sem acesso

26. Hospital Santa Teresa

Tombamento: INEPAC

Propriedade: privada

Uso: hospitalar

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: sem definição

Mapa parcial 6 – Cascatinha/Samambaia



 **27. Companhia Petropolitana de Tecidos**

Estrada Cascatinha, 46

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: sem uso

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: sem acesso

 **28. Fazenda Samambaia**

Estr. da Samambaia, 138 – Samambaia

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: privado/hospedagem

Estado de Conservação: razoável/necessita intervenções

Visitação: interna

Mapa parcial 8 – Itaipava/Posse

**30. Fazenda Santo Antônio**

Estrada Philuvio Cerqueira Rodrigues, km 495

Tombamento: IPHAN

Propriedade: privada

Uso: privado

Estado de Conservação: bom estado

Visitação: sem acesso

ANEXO B

SEMINÁRIO PETRÓPOLIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



Evento voltado para o debate do panorama atual da preservação do conjunto arquitetônico histórico tombado de Petrópolis, resultado de ações do Iphan, do Inepac, do Conselho Municipal de Tombamento e de membros da sociedade civil, e que reúne testemunhos de imóveis de sesmarias, da cidade de veraneio imperial e do centro fabril republicano.

Esse conjunto é composto por casas de fazenda dos sec. XVIII, os emblemáticos Palácio Imperial e Palácio Rio Negro, mansões e chalés privados, igrejas, fábricas, e diversos outros imóveis que são um retrato das formas de vida e estilos que perpassam o século XVIII, desde a concessão da primeira sesmaria na região, até o século XX, quando a cidade se destaca como pólo fabril ao mesmo tempo que se mantém como local de veraneio para os representantes do governo. O objetivo desse debate é não só valorizar esse variado conjunto arquitetônico como também ressaltar os principais desafios que a cidade vem enfrentando nas políticas de salvaguarda.

A pauta proposta é resultado de questões suscitadas pela pesquisa “Revisitando a Petrópolis Imperial: formas de morar e a representação social no sec. XIX”, promovida pela FCRB com apoio da Faperj, e da dissertação em andamento sobre os desafios no patrimônio em Petrópolis e a educação patrimonial, de Rachel Wider, para o PPGMA/FCRB.

Promoção do Centro de Pesquisa e do PPGMA da Fundação Casa de Rui Barbosa, com o apoio do Instituto Histórico de Petrópolis, da Othala curadoria de Patrimônio Cultural e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.

20 e 21 de Outubro de 2023

Casa de Cláudio de Souza

Praça Rui Barbosa, 247

Centro - Petrópolis/ RJ

Inscrições prévias através do e-mail: seminariopatrimoniopetropolis@gmail.com
ou pelo telefone (24) 99318-6716

1

SEMINÁRIO PETRÓPOLIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



Casa de Cláudio de Souza - Petrópolis, RJ

20 e 21 de Outubro de 2023

Dia 1 - 20 de outubro (sexta-feira)

16h

Abertura

Representantes da FCRB, Instituto Histórico de Petrópolis, Museu Imperial, Iphan, Inepac, Museu da República

17h

Mesa I - Petrópolis, patrimônio e políticas de preservação

Mediação: *Ana Pessoa* (PPGMA/FCRB)

Revisitando a Petrópolis Imperial

Andreza Baptista (FCRB/PROARQ-UFRJ)

A comunicação apresenta o projeto “Revisitando a Petrópolis Imperial: formas de morar e a representação social no sec. XIX”, onde as casas foram consideradas documentos plenos de memória e identidade social, indispensáveis para se compreender os modos de morar e suas relações nas mentalidades, com repercussões na contemporaneidade. Foram privilegiados conjuntos residenciais como as fazendas Santo Antônio, Samambaia e Casa do Padre Correia, os palácios Palácio Imperial, Palácio Isabel e do Grão Pará, chalés e cottages como casa do barão de Oliveira Castro, Casa da família Tavares Guerra, Franklin Sampaio, Visconde de Mauá, e palacetes os Rio Negro e Itaboraí, entre outros.

Academia Extramuros: possibilidades de colaboração para a preservação de sítios urbanos históricos

Daniela Martins (UFRJ)

A comunicação apresenta relato sobre a experiência da parceria entre o ETRS/IPHAN-RJ e o Laboratório Cidade e Memória/PROARQ/FAU/UFRJ, apresentando alguns trabalhos realizados entre 2019 e 2022 para a cidade de Petrópolis. Baseado nesta experiência, trabalhando em parceria fora dos muros da universidade, comprovamos que quando a Academia vai a campo ao encontro das questões existentes, todos ganham, corpo docente e discente da universidade, os órgãos oficiais de proteção e principalmente a sociedade.

O Iphan e os tombamentos em Petrópolis (1930-1980): a reificação da história a partir da materialidade preservada

Jamile Silva Neto

A comunicação tem como objetivo apresentar a trajetória dos tombamentos realizados pelo Iphan na cidade de Petrópolis dos anos 1930 até o começo da década de 1980, levando em consideração os agentes envolvidos nesse processo e os significados para as materialidades preservadas, além das mudanças e das permanências vivenciadas pelo órgão federal de preservação ao longo do tempo.

2

SEMINÁRIO PETRÓPOLIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



Dia 1 - 20 de outubro (sexta-feira)

19h

Mesa II - Desafios na gerência de imóveis tombados

Mediação: *Ana Lúcia Vieira dos Santos* (Arquiteta/EAU-UFF)

Representante do Quitandinha (SESC), Fazenda Samambaia, por Jean Charles de Barreto Góes. (Diretor do ISCAE, proprietário), Palácio Rio Negro, por Pedro Fidelis (Museu da República, Ibram, gestor público)

Dia 2 - 21 de outubro (sábado)

10h

Mesa III - O papel da pesquisa na recuperação e uso do patrimônio de Petrópolis

Mediação: *Rachel Wider* (Historiadora/ PPGMA)

Intervenções em bens patrimoniais: uma perspectiva com um olhar respeitoso à paisagem

Mário Lordeiro (arquiteto)

Nesta palestra vamos conversar sobre a importância de levar em consideração a paisagem da qual o bem patrimonial está inserido, e sua importância para novas intervenções. Esboçaremos em exemplos gráficos vários níveis de intervenção em ambientes construídos que respeitam a paisagem. Traremos autores que propõem novas práticas de retrofit, lincando as propostas com possíveis intervenções na cidade histórica de Petrópolis.

Propostas de reabilitação de imóveis tombados em Petrópolis

Cláudia Baima (ESDI/UERJ)

Petrópolis possui um rico e importante patrimônio arquitetônico compreendido em seu centro histórico e entorno, assim como os bens isolados da cidade, proporcionando aos alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UERJ, um diverso e enorme acervo a céu aberto para pesquisas e estudos, envolvendo-os na discussão da valorização destes acervos edificados. Conscientizá-los da importância da preservação, conservação e salvaguarda, promovendo a reflexão e contribuindo para a formação da identidade e memória das cidades e indivíduos.

Antigos novos olhares: o patrimônio cultural petropolitano sob a ótica paisagística

Thiago Fonseca (IPHAN)

O tombamento federal de Petrópolis baseia-se em valores paisagísticos compreendidos de maneira sofisticada pelo ato da proteção, contudo, em função do tradicional modo de gestão que os órgãos de preservação adotam em centros históricos, dando primazia à arquitetura nas diretrizes de preservação mediante a proteção quase individual das construções. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo demonstrar como as pesquisas suscitadas pela revisão do tombamento federal do Conjunto Urbano-Paisagístico de Petrópolis trouxeram à gestão novas perspectivas de abordagem dos processos urbanos de patrimonialização a partir do protagonismo da paisagem, contrapondo prática institucional há décadas consolidada na atuação de centros históricos coloniais.

2

SEMINÁRIO PETRÓPOLIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



14h

Mesa IV - Petrópolis e o Desenvolvimento urbano

Mediação: *Carlos Fernando Andrade* (Arquiteto/ Coordenador de projetos na Urbanacon, Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio)

Passado, Presente e Futuro da ocupação imobiliária do Centro Histórico

Paulo Lyrio (Arquiteto) e *Vera Abad* (Historiadora/ IHP)

A Vila Imperial, constituída pelas cercanias do Palácio Imperial, teve sua ocupação regulamentada desde o primeiro planejamento de Koeler em 1845. Ao longo dos anos, a construção de novos prédios obedeceu mais às necessidades temporais dos habitantes locais que à preocupação de valores históricos e culturais, descaracterizando o patrimônio inicial herdado da primeira concepção da cidade. No presente estudo fazemos um resumo da ocupação imobiliária dos espaços, ressaltando os bens patrimoniais, valores, tombamento e perspectiva de futuro.

As legislações de proteção ao patrimônio material

Cecília Félix de Paiva (Arquiteta da PMP, especialista em restauro)

Introdução dos três níveis de tombamento: municipal, estadual e federal. A aplicação prática das portarias Nº 213/1996 e 455/2017 do IPHAN, que dispõem sobre a proteção do entorno. Discorrer a respeito do licenciamento de obras de bens tombados. Indicar a ferramenta do sobretombo dos imóveis. Apresentar o dispositivo de incentivo à conservação de imóveis tombados a nível municipal: redução de 50% do IPTU.

16h

Mesa V - O patrimônio e a memória afetiva

Mediação: *Andreza Baptista* (FCRB/ PROARQ-UFRJ)

Patrimônio, história e pertencimento

Rachel Wider (Historiadora/ PPGMA)

Apresentação sobre como o conhecimento da história local se torna essencial para o processo de salvaguarda do patrimônio edificado, com destaque para os exemplos das casas que não integram o circuito turístico pré estabelecido na cidade. O objetivo é alertar para a deterioração crescente de imóveis tombados, cuja história, sendo importante para o contexto local e nacional, ainda não é conhecida/valorizada pelos moradores, fato que torna necessário uma campanha maior e mais direcionada para a conscientização para a importância do restauro e reuso adequado desses espaços.

Além das fachadas: histórias e memórias por trás dos casarões da Rua do Imperador

Carolina Freitas

Jornalista e escritora, Carolina Freitas é membro da Academia Petropolitana de Letras, autora do livro “Petrópolis: o comércio de ontem, a saudade de hoje” e idealizadora do projeto Petrópolis Sob Lentes de resgate e valorização da memória petropolitana. No seminário, irá abordar as transformações vividas pelos casarões do Centro Histórico no comércio local e o impacto sócio-político das respectivas edificações na vida petropolitana.

Acesso à Petrópolis

Jéssica Justino (Arquivista – Chefe do Arquivo)

Apresentando o acervo do arquivo Histórico de Petrópolis.

3

SEMINÁRIO PETRÓPOLIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



17h

Homenagens

Dora Alcântara

Arquiteta, Livre Docente e Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, dirigente do Iphan, membro da Comissão 1980, autora “Petrópolis arquitetura contextual: Considerações sobre o caráter peculiar de Petrópolis”.

Edna June Morley

Arqueóloga, técnica do Iphan, autora da dissertação "A forma da utopia: o plano Koeler e a construção da Vila Imperial Petrópolis", FAU/UFRJ, 2001, e do livro O Presente Do Passado O Que É Arqueologia.

Encerramento

Organização

Ana Pessoa (PPGMA/FCRB), Rachel Wider (PPGMA/FCRB-Othala) e Andreza Baptista (FCRB/PROARQ-UFRJ)

4

